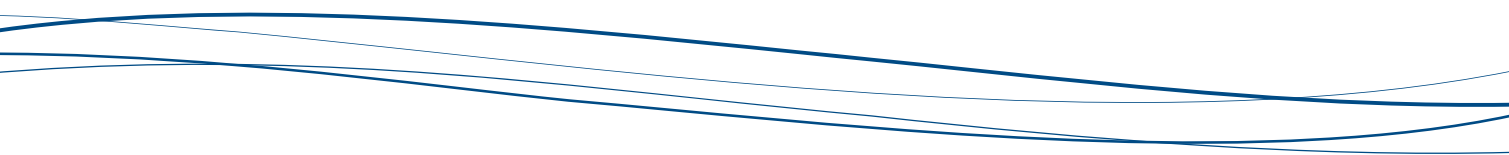






AdO - Águas do Oeste, S.A.
Relatório e Contas 2010





Índice

Mensagem do Presidente.....	4
A Empresa.....	6
Principais acontecimentos.....	10
A - Governo da Sociedade.....	12
1. Missão, Objectivos e Políticas.....	15
2. Regulamentos Internos e Externos	19
3. Informação sobre Transacções Relevantes com Entidades Relevantes.....	19
3.1 Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços	20
4. Modelo de Governo.....	20
4.1. Órgãos Sociais.....	20
4.1.1 Mesa da Assembleia Geral.....	20
4.1.2 Conselho de Administração	21
4.1.3 Fiscal Único	23
4.2. Estrutura Organizacional.....	23
5. Remunerações e Outros Encargos.....	29
5.1 Mesa da Assembleia Geral.....	29
5.2 Conselho de Administração	30
5.3 Órgão de Fiscalização	31
6. Análise de Sustentabilidade.....	31
6.1. Gestão do Capital Humano.....	32
6.2. Investigação & Desenvolvimento e Inovação.....	35
7. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo.....	35
8. Código de Conduta e Ética.....	38
9. Controlo de Risco	39
10. Prevenção de Conflito de Interesses.....	40
11. Divulgação de Informação	41
12. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional.....	41
13. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa.....	43
14. Relatório dos Administradores não Executivos sobre o Desempenho do Administrador Executivo da Águas do Oeste, S.A.....	43
B - Actividade da Empresa	46
1. Introdução	49
2. Enquadramento Macroeconómico.....	50
3. Enquadramento do Sector	51
4. Cadeia de valor.....	52
5. Regulação.....	54
6. Carteira de Participações	55
7. Adopção dos IFRS	55
8. Análise Económica e Financeira	56
9. Actividade Operacional	71
10. Objectivos de Gestão	82
11. Prazos Médios de Pagamento e de Recebimento	82
12. Perspectivas para o Futuro	83
13. Considerações Finais.....	83
14. Proposta de Aplicação de Resultados	83
15. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício.....	84
16. Anexo ao Relatório	84
C - Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010.....	86
Demonstração da Posição Financeira	90
Demonstração dos Resultados.....	91
Demonstração das Variações do Capital Próprio.....	92
Demonstração dos Fluxos de Caixa	93
Notas às Demonstrações Financeiras	94
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	135
Certificação Legal de Contas	137
Relatório de Auditoria aos Objectivos de Gestão	139



“O ano 2010 foi ainda fortemente marcado pelo início ou conclusão da fase de arranque de um vasto conjunto de instalações(...) e um conjunto significativo de condutas, pontos de entrega e estações elevatórias.”

Mensagem do Presidente

O ano de 2010 foi marcado pela situação económica e financeira do país, nomeadamente pela aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC) e a consequente fixação dos limites anuais ao crescimento do endividamento, de 2010 a 2013, para as empresas do sector empresarial do Estado. Pese embora tenha havido uma excepção ao Grupo Águas de Portugal no que respeita ao endividamento para o ano 2010, a situação terá certamente relevantes implicações nos anos seguintes.

Igualmente a imposição de um corte nos custos com pessoal e fornecimento de serviços externos da Águas do Oeste, embora não tivesse afectado de modo significativo a actividade desenvolvida durante o ano 2010, é expectável que venha a atingir uma forte expressão em 2011.

O investimento que se cifrou em 14,3 milhões de euros, excluindo o investimento financeiro, ficou claramente aquém do previsto, em parte pelo desfásamento do investimento para anos seguintes, e por outro, decorrente de optimizações introduzidas em algumas soluções técnicas e que conduziram a uma redução da ordem dos 4 milhões de euros. O investimento acumulado atingiu no final do ano o valor de 273 milhões de euros.

Pese embora as circunstâncias atrás descritas um conjunto de investimentos significativos teve a sua conclusão em 2010, nomeadamente a ampliação dos Sistemas de Saneamento de Torres Vedras, a remodelação da ETAR de Sobral de Monte Agraço, a construção do Sistema de Saneamento do Casal de Camarão (Bombarral e Cadaval), a ampliação do Sistema de Saneamento de Nazaré, a execução da Estação e Conduta Elevatória de Farol (Azambuja), a reabilitação do Subsistema de Saneamento de Miragaia (Lourinhã), a ampliação do Sistema de Saneamento de Aveiras de Baixo (Azambuja).

O ano 2010 foi ainda fortemente marcado pelo início ou conclusão da fase de arranque de um vasto conjunto de instalações nomeadamente as ETAR de Alenquer, Carregado, Nazaré, S. João da Ribeira, Pontes de Monfalim e um conjunto significativo de condutas, pontos de entrega e estações elevatórias.

A nível de abastecimento de água, o ano 2010 foi especialmente marcado pela consolidação do sistema de abastecimento de água aos municípios das zonas Centro e Norte e pelo arranque do abastecimento em dois pontos de entrega do Município da Nazaré e em dois pontos de entrega de Rio Maior. É de salientar ainda a transferência para a empresa dos subsistemas do Pinhal e do Paço, da Lourinhã, o início da operação da captação do Farol, em Azambuja, e do subsistema de Vale Rolão no Bombarral.

A empresa forneceu em 2010 cerca de 24,3 milhões de m³ de água, dos quais cerca de 87% teve origem na EPAL e 13% em captações próprias da empresa. O aumento relativamente a 2009 ficou muito aquém do esperado e em cerca de 2,75%, tendo havido, inesperadamente, uma redução de consumo nos utilizadores.

Relativamente ao controlo de qualidade da água fornecida e com base no Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) o grau de conformidade das suas características qualitativas correspondeu, para a globalidade do ano de 2010,

a uma taxa de conformidade de 99,93%.

Na actividade de saneamento de águas residuais verificou-se um aumento do volume recolhido (16%) e tratado (17%), decorrente da entrada em funcionamento de novas infra-estruturas e de maiores volumes afluentes às infra-estruturas já existentes.

No final do ano tinham sido tratados cerca de 20.879 milhares de metros cúbicos, e a facturação atingiu o valor de cerca de 9,55 milhões de euros encontrando-se em operação 70 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e 120 Estações Elevatórias (EE).

No que respeita ao cumprimento de parâmetros legais relativos a ETAR já licenciadas e com investimento concluído, os resultados obtidos foram de 99,5% de cumprimento dos parâmetros de descarga.

O volume de negócios (venda de água e prestação de serviços - saneamento) aumentou cerca de 16% face ao ano anterior, tendo atingido o valor de 26,23 milhões de euros.

No que diz respeito à certificação a empresa manteve a certificação das cerca de 600 instalações em "qualidade do serviço", e alargou de 300 para 350 as instalações certificadas em "qualidade ambiental".

Também numa lógica de melhoria contínua, a Águas do Oeste decidiu avançar para a certificação em Segurança e Saúde no Trabalho.

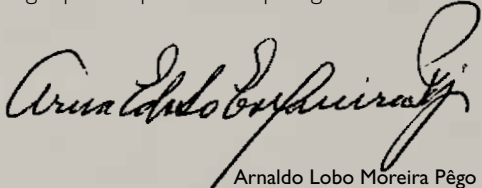
A nível de investigação e desenvolvimento a empresa deu continuidade ao projecto AQUASAFE e participou ainda no projecto PAST 21 – Iniciativa Nacional de Avaliação de Desempenho de ETA e ETAR Urbanas, na sequência de um protocolo assinado entre a AdP e o LNEC.

Ao nível da educação ambiental foi realizado um número muito considerável de acções dirigidas a alunos, professores e comunidade em geral, quase sempre acompanhadas de publicações convenientemente dirigidas e orientadas para as diferentes camadas etárias em questão.

Considera-se ainda de destacar pelo reconhecimento externo pelo trabalho realizado, a distinção que a empresa obteve do INAG (Instituto da Água), pela qualidade do preenchimento do INSAAR – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, referente ao ano de 2009.

Para finalizar, resta-me agradecer a colaboração e o apoio institucional que nos foram dados pelos Concedente, ERSAR e Accionistas, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia Geral e ao Auditor Ernst & Young.

O nosso agradecimento também a todos os colaboradores pela sua dedicação e empenho e a quem este ano, face ao enquadramento económico que vivemos, pedimos a manutenção do espírito de entrega que sempre foi seu apanágio.



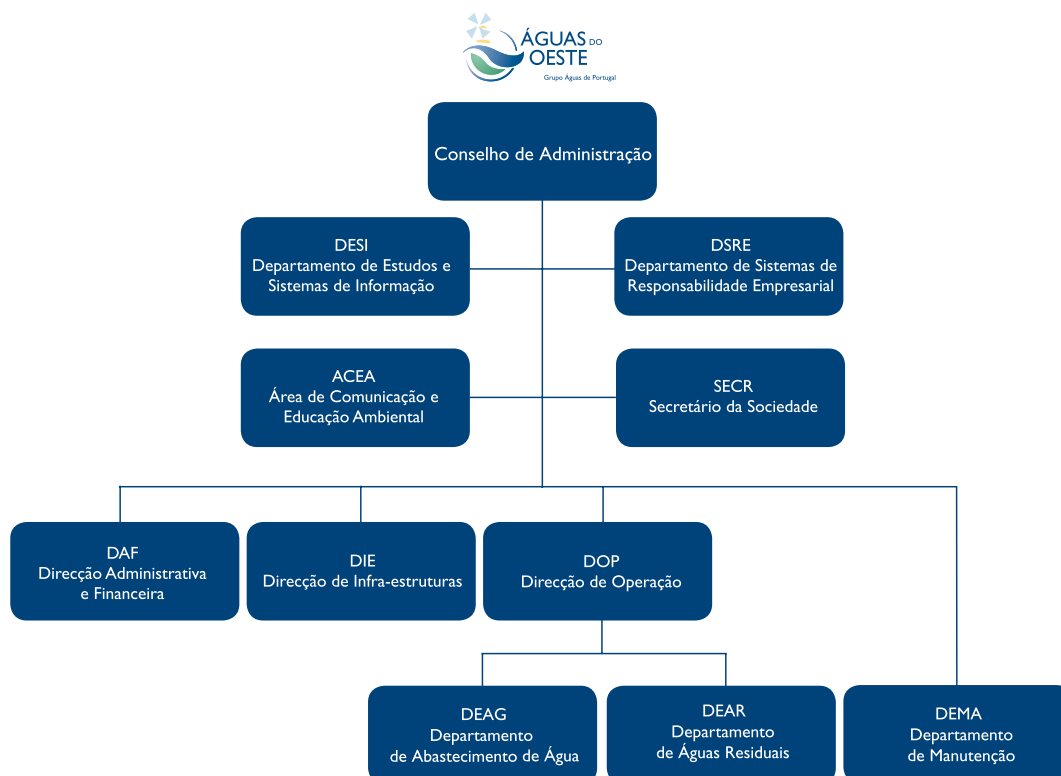
Arnaldo Lobo Moreira Pêgo
Presidente do Conselho de Administração

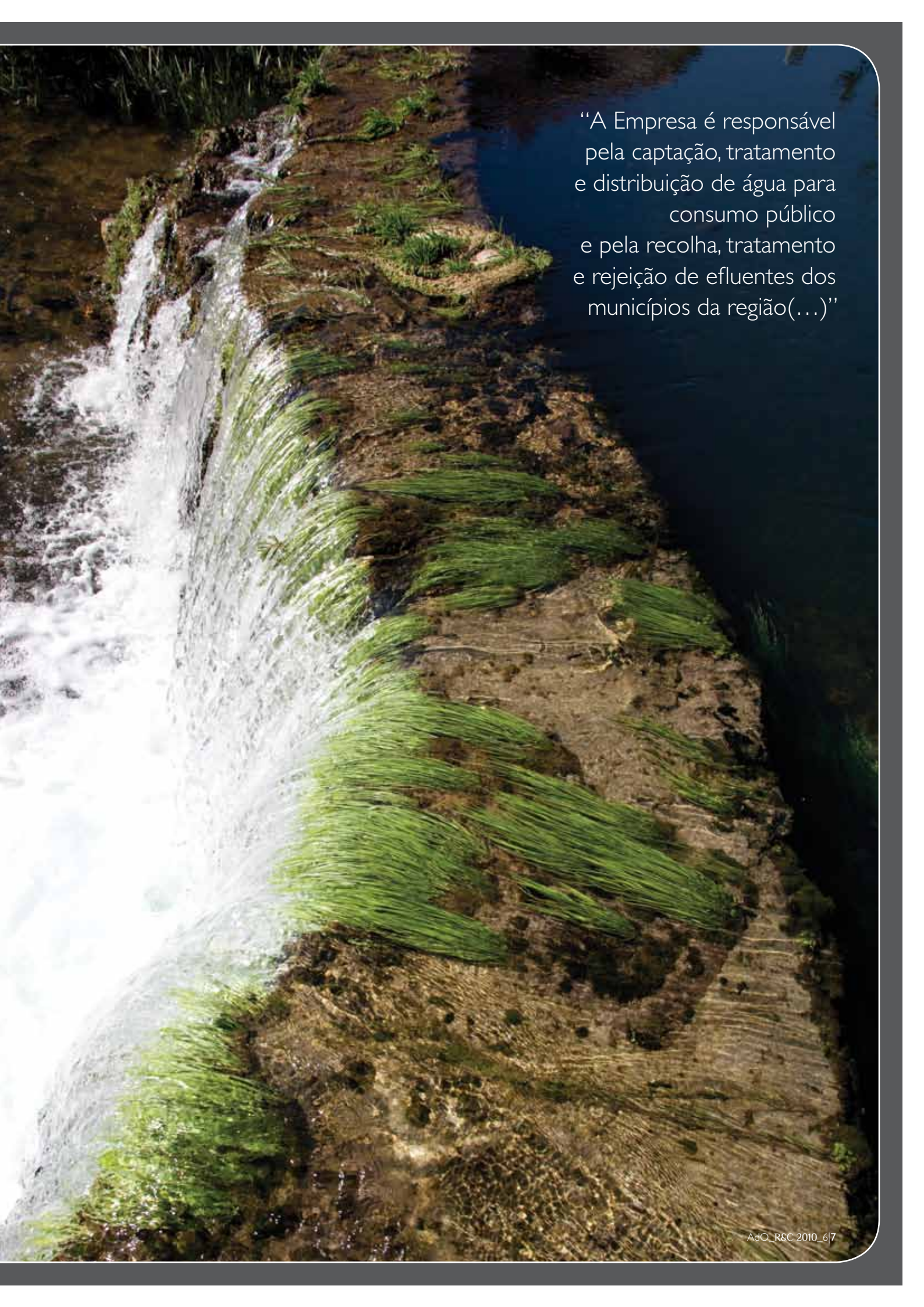
A Empresa

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por AdO ou Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade), criada a 24 de Novembro 2000, por Decreto-Lei n.º 305-A/2000, tem como objecto a concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste por um período de 35 anos. Os seus accionistas são a Águas de Portugal, SGPS, S.A., a Associação de Municípios do Oeste e os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

A Empresa é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios da região, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações do Oeste e à recuperação da qualidade ambiental, garantindo sempre a qualidade do abastecimento público de água, bem como a despoluição de todas as bacias hidrográficas da região e permitindo a valorização ambiental da região e o desenvolvimento do potencial económico e turístico do Oeste.

Organograma





“A Empresa é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios da região(…)”

Indicadores Financeiros

unidade: euros

Indicadores Financeiros	2009	2010
Volume de Negócios	22.634.821,01	26.226.749,95
EBITDA	5.889.484,79	10.107.996,86
Volume de Investimento	20.426.488,32	14.359.436,65
Activos	297.996.966,08	308.580.840,15
Resultado Líquido do Exercício	(3.409.064,19)	(780.623,94)

Rácios

unidade: euros

Rácios	2009	2010
Liquidez geral	1,19	1,90
Solvabilidade	0,08	0,08
Cobertura do Imobilizado	9,45%	9,30%
Autonomia Financeira	7,64%	7,51%



Indicadores de Actividade

unidade: euros

	Unid.	2008	2009	2010
Volume de Água				
Volume de água produzida	m ³	22.314.875	24.006.487	24.931.978
Volume de água distribuída	m ³	21.904.374	23.693.300	24.336.271
Volume de Efluentes				
Volume de efluente recolhido	m ³	16.621.312	20.205.141	23.600.474
Volume de efluente tratado	m ³	14.390.461	17.706.840	20.878.613
Municípios Abrangidos				
Abastecimento	-	15	15	15
Saneamento	-	14	14	14
Municípios Servidos				
Abastecimento	-	13	13	14
Saneamento	-	14	14	14
População Abrangida				
Abastecimento	Habitantes	346.019	350.781	355.738
Saneamento	Habitantes	349.434	353.385	357.300
População Servida				
Abastecimento	Habitantes	277.496	288.302	307.607
Saneamento	Habitantes	281.489	293.773	311.775



“A consolidação do Sistema de Abastecimento de Água Norte/ Centro, com o início do fornecimento de água ao município de Nazaré e a 2 novos Pontos de Entrega, localizados no município de Rio Maior.”



Principais acontecimentos

- A consolidação do Sistema de Abastecimento de Água Norte/Centro, com o início do fornecimento de água ao município de Nazaré (Pontos de Entrega da Pedemeira e de Fanhais) e a 2 novos Pontos de Entrega, Marmeleira e Cabeços, localizados no município de Rio Maior;
- O início da exploração dos sistemas de abastecimento de água do Pinhal e do Paço, transferidos do município da Lourinhã, conforme previsto no Contrato de Concessão;
- O início da exploração da captação do Farol (Azambuja) e do sistema de Vale Rolão (Bombarral);
- A manutenção da posição do município de Alcobaça de não permitir o início do fornecimento de água, tendo, no entanto, a AdO procedido à facturação correspondente ao previsto nos contratos de concessão e de fornecimento de água;
- O aumento do número de infra-estruturas de abastecimento de água em exploração, correspondendo, no final de 2010, a 57 captações, 2 ETA, 19 reservatórios, 34 estações elevatórias, 92 pontos de entrega e cerca de 360 km de condutas.
- O aumento significativo das infra-estruturas de abastecimento de água integradas no Sistema de Telegestão, contribuindo para uma melhoria da gestão do respectivo sistema;
- A elevada taxa de qualidade da água fornecida, correspondendo a 99,93% de cumprimento dos parâmetros, e o cumprimento integral do Plano de Controlo da Qualidade da Água;
- O desenvolvimento dos diversos Planos de monitorização da qualidade da água;
- O aumento do número de infra-estruturas de saneamento de águas residuais em exploração, correspondendo a 70 ETAR, 120 estações elevatórias e cerca de 433 km de emissários;
- A externalização da exploração das ETAR de Atougua da Baleia, da Zambujeira e de Rio Maior; e dos serviços de manutenção;
- A continuação da elaboração dos processos para a obtenção das licenças necessárias à exploração das infra-estruturas, designadamente das licenças de captação de abastecimento de água e de descarga de águas residuais;
- O desenvolvimento do plano de Investimentos, com a conclusão de 18 empreitadas e um forte desenvolvimento de outras 8 intervenções, cuja conclusão decorrerá até ao final do primeiro semestre de 2011;
- Um investimento em construção e remodelação de infra-estruturas de cerca de 14 milhões de euros, tendo-se atingido um volume do investimento acumulado de cerca de 273 milhões de euros;
- A colocação em serviço de um total de 31 infra-estruturas de dimensão intermédia (condutas, pontos de entrega e EE) a que acresce o início ou a conclusão do processo de arranque de 7 ETAR (Alenquer, Carregado, Nazaré, Pontes de Monfálum, Vale de Paredes e Sobral de Monte Agraço);
- A continuação do processo de negociação com os proprietários das parcelas de terreno necessárias para a construção das infra-estruturas, tendo-se já atingido as 4.820 parcelas, bem como do processo para a obtenção da respectiva Declaração de Utilidade Pública.
- A reanálise de alguns projectos, com destaque para o Sistema de Pedra do Ouro e as remodelações das ETAR de Arruda dos Vinhos e

de Azambuja, com base nos dados mais actualizados de exploração, da população servida e das condições dos meios receptores;

- O arranque de um elevado número de infra-estruturas, de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- A apresentação do pedido de Reprogramação física e temporal das Candidaturas ao Fundo de Coesão (FC 2000/PT/16/C/PE/001 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (1º Grupo de Projectos de Saneamento, FC 2004/PT/16/C/PE/006 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (2º Grupo de Projectos de Saneamento)") e FC 2004/PT/16/C/PE/008 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (3ª Fase – Abastecimento de Água)", tendo a primeira das referidas candidaturas sido aprovado em 2 de Dezembro de 2010;
- A manutenção da certificação no âmbito das normas que regulam a actividade de Gestão da Qualidade do serviço (normas NP EN ISO 9001:2008) e o aumento, de 300 para 350, das infra-estruturas certificadas pela NP EN ISO 14001:2004, que regula a Gestão Ambiental;
- O trabalho desenvolvido para a criação de condições que permitam a certificação da empresa em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e a integração da vertente Segurança no Sistema Integrado de Gestão da empresa;
- O cumprimento do programa de auditorias internas;
- A participação em Projectos de I&D, como a aplicação informática GIBQDA, enquadrada no projecto de Investigação e Desenvolvimento AQUASAFE, que permitirá tratar os resultados analíticos referentes ao controlo da qualidade da água para consumo humano, de uma forma mais prática e célere, e o projecto PAST 21 – Iniciativa Nacional de Avaliação de Desempenho de ETA e ETAR Urbanas, na sequência de um protocolo assinado entre a AdP e o LNEC;
- A assistência técnica à TrevoOeste, ao abrigo da qual se destaca a assessoria ao nível de gestão da empreitada de "Concepção/ Construção das Estações de Tratamento de Efluentes de Suinicultura dos Sistemas Integrados de Despoluição das Bacias Hidrográficas dos Rios Lis, Tomada e Real/ Amóia – Lote S. Martinho do Porto";
- O crescimento do volume de facturação de abastecimento de água em cerca de 22% e do volume de facturação de saneamento de águas residuais em cerca de 11%, atingindo-se um volume de facturação global de cerca de 26 milhões de euros;
- A actividade desenvolvida no sentido de criar condições para que os clientes/ utilizadores pudessem diminuir as suas dívidas à AdO por serviços prestados;
- Para a intensa actividade desenvolvida pela empresa foi fundamental o intenso esforço desenvolvido por todos os colaboradores, num quadro de fortes constrangimentos, e o clima positivo de relacionamento laboral.
- Toda a actividade desenvolvida decorreu num clima que se pretendeu que fosse de franca cooperação com os municípios integrados na empresa e no sistema Multimunicipal, com o objectivo de resolver os problemas com que a empresa se debate e prosseguir a melhoria contínua da actividade desenvolvida.

A - Governo da Sociedade







A - Governo da Sociedade

I. Missão, Objectivos e Políticas

Missão

A Missão, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de Março de 2010, é abastecer de água os Municípios, recolher e tratar as águas residuais deles provenientes, investindo no Oeste e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

Objectivos Estratégicos

- Assegurar progressivamente o abastecimento de água a todos os Municípios do Oeste;
- Completar o investimento necessário para prosseguir a Missão da Águas do Oeste;
- Explorar as infra-estruturas necessárias para o tratamento das águas residuais provenientes dos Municípios do Oeste;
- Fornecer um serviço que cumpra as expectativas e necessidades dos Clientes e da Comunidade;
- Cumprir as normas legais e o Contrato de Concessão, nos termos decorrentes da regulação aplicável;
- Prosseguir o equilíbrio económico e financeiro da concessão, assegurando aos Accionistas as condições para a remuneração dos capitais investidos;
- Assegurar a melhoria contínua da eficácia do Sistema Integrado da Qualidade e Ambiente, envolvendo todos os Colaboradores;
- Assegurar a protecção e salvaguarda da segurança e saúde dos colaboradores, prevenindo potenciais danos decorrentes das actividades desenvolvidas;
- Contribuir para o Desenvolvimento Sustentável da região que a Empresa serve, garantindo a protecção do Ambiente e monitorizando a eficiência ambiental da sua actividade.

A 17 de Março de 2010, em sede de Assembleia Geral, foram definidas as orientações Estratégicas e definidos e aprovados os objectivos de gestão para o exercício de 2010.

Objectivos e Políticas:

Orientações Estratégicas Gerais

Na gestão da Águas do Oeste, S.A. serão observadas as orientações fixadas nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que define o enquadramento geral da actuação do sector empresarial do Estado, e que determina:

- Que a empresa deve, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua actividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, optimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Que a empresa deve ser socialmente responsável, prosseguindo na sua actuação objectivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a protecção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a protecção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Que a empresa, sendo prestadora de serviços de interesse económico geral, deve promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respectiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

Com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprova os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, a administração da Águas do Oeste, S.A., na qualidade de empresa pública, obriga-se a:

- Adoptar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria (qualidade de serviço);
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa (política de recursos humanos);
- Conceber e implementar planos de acção, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades colectivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adoptar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, susceptíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção - Geral de Finanças e o Tribunal de Contas (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da Águas do Oeste, S.A., está, ainda, obrigada ao envio da informação, e em prazos fixados, à Inspeção - Geral de Finanças e à Direcção - Geral do Tesouro e Finanças, constante do Despacho n.º 14277/2008, 23 de Maio, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, para efeitos de acompanhamento.

Orientações Estratégicas Específicas

Com base no Despacho conjunto n.º 6008/2009, 23 de Fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece e aprova a recomendação ao conselho de administração da Águas de Portugal, SGPS, S.A., a administração da Águas do Oeste, S.A., no quadro da missão definida deverá prosseguir, para cada uma das linhas de orientação estratégica, os seguintes objectivos específicos:

- Prosseguir com a execução das políticas públicas e contribuir para alcançar os objectivos nacionais para o sector, através da implementação das medidas definidas e previstas nos PEAASAR e ENEAPAI, de modo a atingir os resultados aí estabelecidos,
- Prosseguir e intensificar os planos de investimento em curso, de modo a atingir os níveis de serviço previstos nos diferentes planos estratégicos (taxas de cobertura, padrões de qualidade, etc.):
 - ✓ Desenvolver os procedimentos necessários ao alargamento dos sistemas multimunicipais existentes aos municípios que nisso manifestem interesse, dando maior dimensão às empresas e diminuindo os custos de operação,
 - ✓ Apoiar a criação e o desenvolvimento de novos sistemas multimunicipais, nomeadamente aqueles em que a actividade é complementares, e que insiram na mesma região, no quadro do PEAASAR,
 - ✓ Apoiar a criação de parcerias Estado - Autarquias para a prestação de serviços de água e saneamento em baixa, com especial ênfase para aquelas que são servidas por sistemas multimunicipais, no quadro do PEAASAR, e
 - ✓ Apoiar a instalação de unidades para tratamento de efluentes da agro-pecuária e da agro-indústria no quadro do ENEAPAI.
- Zelar pelo cumprimento dos contratos que a obrigam e prestar os serviços nas melhores condições de qualidade e preço, para o que deve promover a melhoria da eficiência económica, ambiental e energética da empresa,
 - ✓ Dotar a empresa com os títulos autorizativos requeridos na lei,
 - ✓ Concluir o processo de certificação da empresa, nos referenciais de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, até ao final do ano de 2010, bem como assegurar a continuidade da empresa como entidade certificada,
 - ✓ Publicar e Divulgar o Relatório de Sustentabilidade da empresa relativo ao ano de 2010, devendo o dos anos subsequentes ser devidamente certificado e auditado;
 - ✓ Promover, sempre que economicamente sustentada, outras actividades complementares prestadas pelas concessionárias de sistemas multimunicipais, em volume significativo,
 - ✓ Adoptar medidas, de racionalização e economia de meios, tendentes a aumentar a eficiência na prestação dos serviços concessionados, designadamente, promovendo ganhos de escala,
 - ✓ Prosseguir com a política de externalização de actividades de operação e manutenção de infra-estruturas integradas no sistema multimunicipal, e

- ✓ Promover políticas tendentes à redução dos prazos médios de recebimento e de pagamento.
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira das operações em que está envolvida, promovendo a correcção de situações contratuais desajustadas:
 - ✓ Rever o estudo de viabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal e identificar, em conjunto com os accionistas, as soluções que assegurem a sua sustentabilidade económica e financeira,
 - ✓ Aproveitar todas as formas de energias alternativas passíveis de instalação nas suas infra-estruturas de tratamento, em particular a eólica e a solar (fotovoltaica ou térmica/eléctrica),
 - ✓ Aproveitar o potencial hidroeléctrico existente nas infra-estruturas da empresa e na região onde se insere, e
 - ✓ Apoiar a criação e instalação de unidades de valorização energética de lamas de ETAR e CDR, em condições sustentáveis.

Relativamente ao aproveitamento de todas as formas de energias alternativas passíveis de instalação nas suas infra-estruturas, a administração da Águas do Oeste, S.A., está, ainda, obrigada:

- À promoção sistemática da melhoria da eficiência energética nas suas operações, e à procura activa de novas oportunidades que permitam extrair potencialidades ao nível do trinómio Resíduos – Ambiente – Energia;
- À consulta prévia obrigatória dos seus accionistas relativamente à tomada de decisão relativamente a parceria ou investimento a efectuar, assim que identificada a possibilidade de desenvolvimento de nova área de negócio no domínio das energias renováveis ou na promoção da reciclagem e do escoamento dos subprodutos resultantes dos processos de tratamento.

Sem prejuízo dos desafios identificados, a administração da Águas do Oeste, S.A., está igualmente obrigada a dar continuidade aos esforços com vista à implementação das medidas de carácter geral e intemporal, estabelecidas no Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de Fevereiro, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que mantêm plena actualidade.

A administração da Águas do Oeste, S.A., está igualmente obrigada a cumprir as medidas e acções que venham a ser emanadas pelo conselho de administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., em particular aquelas que resultem de orientação da tutela.

O Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. deve, no âmbito dos assuntos de gestão geral, assumir a responsabilidade por:

- Assegurar a Gestão Operacional da empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;
- Garantir o bom funcionamento das infra-estruturas cumprindo os objectivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;
- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte do accionista maioritário, acrescido dos apoios do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários, quando existam, os meios financeiros e os recursos necessários à prossecução dos objectivos definidos no Orçamento e nos Planos de Actividade e de Investimento;
- Assegurar que os seus membros e os colaboradores da empresa se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os Municípios - accionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as empresas privadas;
- Adoptar as medidas e as acções que possibilitem cumprir as orientações com vista à implementação de procedimentos uniformizados, em todas as empresas concessionárias de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os accionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar activamente com os accionistas, ou os seus representantes no desempenho das suas funções, garantindo a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo accionista;
- Informar os accionistas sobre todos os assuntos em análise com o concedente e com o regulador, designadamente:
 - ✓ Orçamentos, Planos de Actividade e projectos tarifários,
 - ✓ Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
 - ✓ Avaliação de infra-estruturas, e
 - ✓ Abertura a novas áreas de negócio complementares.
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspectos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão e dos respectivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes.

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal, o conselho de administração da Águas do Oeste, S.A. obriga-se a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Actividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- Celebrar e garantir a execução de contratos de gestão corporativa;
- Propiciar o desenvolvimento na empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração com outras empresas concessionárias de Sistemas Multimunicipais e as empresas gestoras de parcerias Estado - Autarquias e as estruturas centrais do Grupo Águas de Portugal e das suas empresas instrumentais.

A Águas do Oeste, e a sua administração, pautou a sua actividade no sentido do cumprimento das orientações estabelecidas pelo Concedente e pelos accionistas, e das recomendações emitidas pela Entidade Reguladora do sector.

O quadro de forte restrição, particularmente financeira, levou a que algumas das orientações, caso da certificação em responsabilidade Social não fossem atingidas.

Apesar de a empresa ter tido condições de apresentar a revisão do contrato de concessão, a indefinição relativamente a alguns pressupostos dos volumes de abastecimento de água a considerar para alguns dos utilizadores/clientes, não permitiu que o processo de revisão tivesse o desenvolvimento desejado.

Objectivos de Gestão

unidade: euros

Indicadores		2010	2011	2012
Indicadores Financeiros – Rentabilidade e Crescimento				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
1.	ROCE (*)	(%)	100%	100%
2.	EBITDA / Receitas (*)	(%)	100%	100%
INDICADORES FINANCEIROS – EFICIÊNCIA				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
3.	Custos com Pessoal / EBITDA (*)	(%)	100%	100%
4.1	Cash-Cost Abastecimento (*)	(%)	100%	100%
4.2	Cash-Cost Saneamento (*)	(%)	100%	100%
INDICADORES FINANCEIROS – INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
5.	Investimento (*)	(%)	100%	100%
INDICADORES FINANCEIROS - PMR e PMP				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
6.	Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	63	60
7.	Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	67	57
INDICADORES DE SERVIÇO – QUALIDADE DO SERVIÇO				
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)				
8.	Volume de Actividade (*)	(%)	100%	100%
9.1	Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	98%	99%

Indicadores			2010	2011	2012
INDICADORES DE SERVIÇO – QUALIDADE DO SERVIÇO					
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)					
9.2	Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	85%	89%	92%
10.1	Qualidade da Água Fornecida	(%)	100%	100%	100%
10.2	Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)	100%	100%	100%
11.	Reforço da Eficiência Contratual	(%)	93%	95%	100%
INDICADORES DE REPORTE – CUMPRIMENTO DE REPORTE					
(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)					
12.1	Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	3	1
12.2	Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%	100%

Notas: Valores fixados pela Assembleia Geral de 17 de Março de 2010.

(*) O objectivo indicado corresponde a atingir a percentagem fixada com base nos valores constantes do Orçamento e Projecto Tarifário aprovado pelo Concedente em cada ano ou para períodos até três anos, ou, no caso de não obtenção de aprovação, com base nos valores constantes no Orçamento e Projecto Tarifário apresentado pela empresa em cada ano ou para períodos até três anos, ajustado às tarifas praticadas e aprovadas pelo Concedente.

2. Regulamentos Internos e Externos

Em 2010, a Águas do Oeste, S.A. manteve a sua certificação relativa à qualidade do serviço que presta à comunidade e à qualidade ambiental que promove na região onde a sua actividade se desenvolve.

A concessão dos certificados pela SGS-ICS confirma que a empresa responde aos requisitos das normas NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2004, sendo que esta última apenas se aplica às infra-estruturas que se encontram licenciadas, num total de 350 em 600 infra-estruturas visitáveis.

O Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) desenvolvido na Águas do Oeste, incluiu um mapeamento, integração e a iteração entre processos estruturais da empresa, que são monitorizados numa lógica de melhoria contínua muito sustentada em indicadores mensuráveis, com metas revistas anualmente pela gestão de topo. No decorrer de 2010, com a integração dos requisitos associados às normas e regulamentos de segurança e saúde no trabalho, a empresa demonstrou uma actividade muito significativa conducente à certificação em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) consubstanciada nas normas OHSAS 18001 e NP 4397.

A Águas do Oeste tem também aprovados os seguintes regulamentos internos: Manual de Recursos Humanos Corporativos, Manual de Acolhimento, Manual de Estrutura Orgânica, Manual de Avaliação de Desempenho, Regulamento de Carreiras, Regulamento de Distribuição de Equipamentos de Protecção Individual, Manual dos Indicadores de Sustentabilidade, Manual dos Indicadores de Gestão UNA-PD, Código de Conduta e Ética, Código de Conduta Empresas e VIH, Regulamento de atribuição e utilização de viaturas de serviço, Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, Manual do Sistema Integrado de Qualidade e Ambiente, Manual de Apresentação do SIQAS: Principais linhas orientadoras para uma adequada prestação do serviço.

3. Informação sobre Transacções Relevantes com Entidades Relevantes

A empresa, durante o ano de 2010, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor em matéria de empreitadas e de aquisição de bens e serviços e, designadamente, promoveu no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia a lista das obras adjudicadas durante o ano de 2010.

Após o início da vigência do novo Código dos Contratos Públicos, a Águas do Oeste promoveu a adaptação dos seus procedimentos em função das orientações recebidas do Grupo Águas de Portugal.

A nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2010 ou mais de 5% do universo dos FSE's da Empresa:

unidade: euros

Fornecedor	Montante	% Relativa aos FSE
EDP - Serviço Universal, S.A.	3.165.783,19	34
MANVIA - Manutenção Exploração de Instalações	1.018.177,33	11
Degremont, S.A.	600.220,46	6
MDS Corretor de Seguros, S.A.	488.354,15	5

Estas quatro empresas, que representam cerca de 56% do total dos custos com FSE, fornecem a energia (EDP), realizam a maioria da manutenção das infra-estruturas (MANVIA), operam duas das ETAR da empresa (Dégremont) e gerem os seguros de que a AdO necessita para o desenvolvimento da sua actividade (MDS).

3.1 Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na actividade desenvolvida pela Águas do Oeste, S.A. foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de Maio de 2010, transmitida pela Comissão Executiva da Águas de Portugal, SGPS, S.A., em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direcção - Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de Agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a €125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objectivos que se pretende alcançar;
- Os resultados obtidos sejam objecto de avaliação;
- Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2010 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Águas do Oeste, S.A. foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de Março de 2011 será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela Águas do Oeste no ano de 2010.

4. Modelo de Governo

4.1. Órgãos Sociais

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Águas do Oeste, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

4.1.1 Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é convocada e reúne nas condições previstas no Estatuto da Águas do Oeste e é dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Presidente: José Manuel Dias Custódio, Presidente da Câmara Municipal de Lourinhã

Vice - Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário: Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

4.1.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes Órgãos Sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe foram concedidos pela lei e pelos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos Accionistas.

Para além do acompanhamento do Presidente do Conselho de Administração da actividade da empresa e da contribuição de todos os administradores para a actividade corrente da Águas do Oeste, o acompanhamento das questões relacionadas com o apoio à TrevoOeste e a definição do dossiê relativo ao pré-tratamento dos efluentes das suiniculturas contou, até final do primeiro semestre, em especial, com a coordenação do Administrador Eng. José Sardinha, tendo ainda beneficiado do permanente apoio e contributo do Eng. João Oliveira Miguel, da AdP Serviços Ambientais, S.A..



Administrador-Delegado

Actualmente, o Conselho de Administração é constituído por cinco membros e, em função da determinação dos Accionistas para a organização do conselho de administração no mandato 2010-2012, a gestão corrente está delegada num único administrador executivo, Eng. Arménio de Figueiredo, a quem reportam todos os serviços da Águas do Oeste.

Conselho de Administração

Presidente: Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

Administrador-Delegado: Eng. Arménio de Figueiredo

Vogais: Eng. José Manuel Leitão Sardinha

Dr. Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha

Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras

Curriculum Vitae dos Administradores

Engº Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

Nasceu em Matosinhos a 20 de Dezembro de 1946.

Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Químico-Industrial, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1971, tirou um curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade Nova de Lisboa em 1977 e o curso de Alta Direcção de Empresas (AESE) em 1993.

Carreira Profissional

Iniciou a sua actividade profissional em 1972, como Técnico-Investigador da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, onde permaneceu até 1977, ano em que ingressa na empresa Hidroprojecto como Engenheiro projectista do Departamento de Tratamento. Entre 1979 e 1983 foi Director Técnico na Divisão de Controlo de Fluidos na Efacec. Entre 1983 e 1988, chefiou a Delegação no Porto do grupo de empresas da Hidroprojecto integrado nos quadros da Hidrocontrato. De 1986 a 1988 e cumulativamente com as anteriores funções, desempenhou as funções de Director Comercial Adjunto da Hidrocontrato. Entre 1988 e 2000, foi Membro do Conselho de Gerência da Hidrocontrato. De 1996 a 2000, como representante da Hidrocontrato, exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da empresa Indáqua Fafe e a partir de 1998 Vogal do Conselho de Administração das empresas Indáqua Santo Tirso e Indáqua Feira. Em 2000 ingressou no Grupo Águas de Portugal, como Director Geral da Região Norte. Entre 2000 e 2004 foi Presidente não executivo do Conselho de Administração da Águas do Minho e Lima, S.A.. Em 2001 foi Presidente executivo do Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. e Vogal executivo da mesma empresa, entre 2002 e 2004. Foi Vogal não executivo do Conselho de Administração das empresas Águas do Cávado, S.A., entre 2002 e 2003, AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A, entre 2004 e 2005 e Vogal executivo da Águas de Portugal, Serviços Ambientais, S.A., entre 2002 e 2007. Foi Vogal não executivo do Conselho de Administração da Aquasis, Sistemas de Informação, S.A., entre 2003 e 2005, tendo passado a Presidente do Conselho de Administração da empresa em 2005, cargo que ocupou até Março de 2010.

Funções Actuais

Actualmente é Gestor da UNA-PD acumulando este cargo com o de Presidente não executivo do Conselho de Administração das empresas: Águas do Oeste, S.A., Sanest - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., Simarsul - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal S.A., e Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A..

É membro do Conselho de Região Hidrográfica da ARH Tejo, I.P. em representação das entidades gestoras dos Sistemas Multimunicipais.

Eng. Arménio de Figueiredo

Nasceu em Aveiro, em 19 de Dezembro de 1958.

Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro.

Carreira Profissional

Na área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, foi membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Loures, de Fevereiro de 1991 a Abril de 1998, data em que ingressou no grupo Águas de Portugal, onde actualmente se encontra, tendo desempenhado diversas funções, designadamente associadas à constituição de novos Sistemas Multimunicipais.

Desempenhou funções de Administrador executivo da Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., de Janeiro de 2000 a Março de 2002, e, até Março de 2006, foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De Julho de 2000 a Março de 2003, foi vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Côa, S.A. e de Março de 2003 a Março de 2006 foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De Julho de 2001 a Março de 2007 foi presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A..

De Março de 2007 a Abril de 2009 desempenhou funções associadas aos estudos técnicos desenvolvidos para a Parceria para a organização dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais "em baixa", abrangendo os Municípios integrados nos Sistemas Multimunicipais da Ria de Aveiro, do Lis, do Oeste, do Baixo Mondego, de Raia, Zêzere e Nabão e do Alto Zêzere e Côa;

De Abril de 2008 a Maio de 2009 desempenhou funções de vogal do Conselho de Administração da TrevoOeste - Tratamento e Valorização de Efluentes Pecuários, S.A..

Funções Actuais

Desde 6 de Maio de 2009 desempenha as funções de Administrador-Executivo da Águas do Oeste, S.A..

É membro do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros.

Eng. José Manuel Leitão Sardinha

Nasceu em Castelo Branco em 26 de Março de 1967.

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia do Ambiente (Sanitária) pela Universidade Nova de Lisboa.

Carreira Profissional

Iniciou a sua actividade profissional, em 1991, na consultadoria na área de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos e também como colaborador do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, assumindo, a partir de 2000, a actividade de docente convidado na área de tratamento de águas, de águas residuais urbanas e de efluentes industriais. De 1998 a 2002 foi também colaborador da Hidrocontrato onde exerceu funções na direcção técnica/comercial, de produção e de exploração. Em Março de 2002 integrou o Grupo Águas de Portugal, tendo assumido as funções de Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A. até Novembro de 2004.

Funções Actuais

É Vogal não executivo do Conselho de Administração Águas do Oeste, S.A. desde Novembro de 2004.

É Vogal executivo do Conselho de Administração da Simarsul, S.A., desde Março de 2004.

É Docente Convidado do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, desde Setembro de 2000.

É Vogal do Conselho Directivo da Região Sul da Ordem dos Engenheiros, no mandato 2010-2013.

É Coordenador do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros no mandato 2010-2013, tendo anteriormente sido Vogal daquele Conselho, nos mandatos 2004-2007 e 2007-2010.

É Vogal do Conselho de Região Hidrográfica da ARH Alentejo, em representação do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

Dr. Carlos Manuel Soares Miguel

Nasceu em 17 de Janeiro de 1957.

Habilitações Académicas

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.

Carreira Profissional

Exerceu advocacia de 1985 a 2002.

Funções Actuais

Exerce as funções de Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.

4.1.3 Fiscal Único

Nos termos do artigo 24º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da actividade da sociedade compete a um oficial revisor de contas ou sociedade revisora de contas.

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº. 1119) ou Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC nº. 896)

Suplente: Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira

4.2. Estrutura Organizacional

O reporte de todas as Áreas e de todos os Departamentos é feito ao Administrador Executivo, com base nas atribuições de cada Serviço, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Para cada função existente na empresa está feita a determinação clara dos objectivos, supervisão e "rede operacional" de relações internas e externas, bem como a definição das respectivas áreas de responsabilidade.

O Conselho de Administração, para além da delegação geral da gestão corrente no administrador executivo, procedeu também a algumas delegações pontuais associadas à natureza de algumas funções.

Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)

Atribuições

Promover e realizar estudos adequados ao desenvolvimento da Empresa e à plena utilização das potencialidades da sua actividade, bem como estudos adequados à prossecução dos requisitos de funcionamento da Empresa;

Assegurar o acompanhamento no plano técnico do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução;

Coordenar as actividades necessárias para candidatar a Empresa aos vários programas de financiamento, em parceria com os restantes Serviços da Empresa, e proceder à coordenação da realização das candidaturas aprovadas;

Estruturar as respostas de natureza técnica relativas à actividade global da Empresa que não decorram de atribuições específicas de outros Serviços;

Proceder à preparação e resposta de elementos técnicos de suporte à articulação de financiamentos junto do BEI;

Articular com os Municípios da área de actividade da Empresa as questões relativas ao relacionamento entre os sistemas da Empresa e os sistemas municipais, em especial no que respeita ao redimensionamento das necessidades dos Municípios emergentes de licenciamentos urbanísticos e ao tratamento das consultas recebidas para o efeito;

Assegurar a gestão global dos sistemas informáticos da Empresa e proceder à sua coordenação e compatibilização;

Gerir e actualizar os equipamentos informáticos e o sistema de informação geográfica da Empresa;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)

Atribuições

Apoiar o CA na definição, acompanhamento e revisão dos objectivos estratégicos da Empresa;

Assegurar o acompanhamento do processo de certificação da Empresa;

Assegurar a gestão e manutenção do Sistema Integrado da Qualidade, e Ambiente, Segurança e Saúde (SIQAS) prestando o apoio necessário às restantes unidades orgânicas;

Definir e assegurar a implementação de normas, procedimentos e outros documentos no âmbito do SIQAS;

Colaborar com outras unidades orgânicas na formação dos Recursos Humanos relativamente às normas e procedimentos do SIQAS;

Criar condições para a certificação da Empresa em matéria de segurança, assumindo as colaborações adequadas para a sustentação prévia dessas condições e tutelando o respectivo acompanhamento;

Garantir a coordenação dos projectos de Investigação e Desenvolvimento da Empresa, em articulação com os diferentes serviços;

Assegurar a preparação do PCQA, a realização atempada do seu reporte para a Entidade Reguladora, as demais entidades envolvidas nos termos da lei e os Clientes da Empresa, bem como do suporte dos resultados do PCQA e dos seus eventuais incumprimentos;

Garantir o tratamento e reporte dos Indicadores de Desempenho à Entidade Reguladora e dos Indicadores de Sustentabilidade à Águas de Portugal, S.A.;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)

Atribuições

Assegurar as publicações e outros meios adequados à comunicação institucional da Empresa;

Planear e propor acções de comunicação em concertação com a Comunicação e Imagem do Grupo, de forma a assegurar uma boa imagem institucional da Empresa e uma percepção correcta da sua actividade;

Gerir as actividades e momentos de comunicação, de forma a cumprir os objectivos propostos;

Coordenar os instrumentos de comunicação periódica com os Clientes da Empresa e organizar os níveis de avaliação do grau de sua satisfação;

Preparar, propor e assegurar a realização de acções de educação ambiental relacionados com a actividade da Empresa e dirigidos à população em geral ou, em particular, ao universo escolar;

Colaborar no desenvolvimento e garantir a implementação na Empresa do plano de contingência do Grupo, em articulação com a "holding" visando antecipar situações de crise e contribuir para a solução dos problemas detectados, de forma a manter a boa imagem institucional da Empresa e do Grupo;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Secretário da Sociedade

Atribuições

Autenticar os despachos e decisões do Conselho de Administração;

Assegurar a disponibilização interna dos normativos relevantes para a Empresa;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Direcção Administrativa e Financeira (DAF)

Atribuições

Assegurar o acompanhamento, no plano económico-financeiro, do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução;

Assegurar a elaboração do orçamento da Empresa, propor a sua aprovação e acompanhar a sua execução, com elaboração dos necessários relatórios, de forma a identificar e analisar desvios e contribuir para as decisões de gestão e o cumprimento dos objectivos;

Controlar a preparação e disponibilização atempada de informação de gestão sobre a Empresa e o seu reporte atempado para os Accionistas e diversas Entidades externas;

Assegurar a realização das operações e procedimentos relativos à contabilidade, garantindo a correcta aplicação dos princípios contabilísticos e o cumprimento das correspondentes normas legais;

Assegurar a gestão da tesouraria, gerindo linhas de crédito e aplicações financeiras;

Garantir a correcta aplicação e a actualização das tarifas para o fornecimento de água e recolha/transporte de efluentes, no âmbito dos contratos de concessão;

Colaborar com a Administração e os outros Serviços na contratação e gestão dos Recursos Humanos da Empresa;

Assegurar a gestão administrativa da Empresa, nas suas diversas vertentes, designadamente, instalações, frota automóvel, seguros e facturação a clientes;

Assegurar o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa;

Garantir a implementação e actualização do cadastro de infra-estruturas e equipamentos;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Direcção de Infra-Estruturas (DIE)

Atribuições

Colaborar na elaboração e propor o Plano dos Investimentos, de forma a responder às necessidades de criação/optimização das infra-estruturas do Sistema e garantir o cumprimento dos objectivos definidos pela Administração;

Assegurar a realização de todos os investimentos da Empresa, com excepção dos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infra-estruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;

Assegurar o acompanhamento da execução de projectos para as obras a realizar pela Empresa;

Proceder às diligências adequadas para obtenção de licenciamentos necessários para a realização dos investimentos;

Assegurar a gestão das obras de construção executadas por empreiteiros, em termos de prazos, custos e qualidade, garantindo o cumprimento dos objectivos disposições legais em termos ambientais e de segurança e saúde no trabalho e assegurar a realização das inspecções/vistorias/coordenação de segurança para o efeito das recepções provisórias;

Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão, relativos à actividade da Direcção, visando aferir o desempenho das actividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;

Assegurar progressivamente a implementação de um sistema de gestão de activos, com a colaboração dos restantes Serviços;

Proceder à avaliação funcional das infra-estruturas da Empresa e apresentar propostas para melhorar as suas eficácia e eficiência, garantindo a implementação da codificação de localização funcional de todas as infra-estruturas, bem como as suas etiquetagem e valoração;

Assegurar a realização de processos de expropriação e constituição de servidões de prédios necessários para a concretização dos objectivos da Empresa e proceder às diligências necessárias para a sua aquisição ou oneração, bem como ao correspondente registo predial;

Garantir a aplicação de critérios de salvaguarda ambiental e de SST nos novos projectos da empresa, em colaboração com o DSRE;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, nomeadamente na execução dos investimentos, e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Direcção de Operação (DOP)

Atribuições

Coordenar e dirigir a actividade do DEAG e do DEAR;

Prosseguir as atribuições do DEAG e do DEAR;

Assegurar a articulação com os sistemas municipais relativa a todas as questões operacionais da Empresa, incluindo o reporte de todas as situações inerentes ao funcionamento dos sistemas da Empresa, com excepção das que se referem à preparação aprovação do PCQA.

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)

Atribuições

Assegurar a operação dos sistemas de abastecimento de água, em função da procura existente e dos parâmetros de qualidade exigidos, visando a rentabilidade da Empresa e a prestação do melhor serviço à população, salvaguardando a segurança e saúde dos colaboradores e de outras partes interessadas;

Identificar e propor projectos/obras de beneficiação e, ou ampliação das infra-estruturas do sistema de abastecimento visando melhorar a sua capacidade e eficiência e assegurar a consecução dos objectivos de médio/longo prazo da Empresa;

Assegurar a vigilância e monitorização das infra-estruturas do sistema de abastecimento e o reporte regulado das ocorrências ao DEMA;

Assegurar o cumprimento de acções de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAR, em estreita articulação com o DEMA;

Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à actividade do Departamento, visando aferir o desempenho das actividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;

Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de abastecimento de água da Empresa e os sistemas que lhe estão associados;

Garantir a verificação e registo dos consumos, nos pontos de entrega, e o seu reporte à DAF para facturação;

Colaborar com o DSRE na preparação e execução do PCQA e assegurar o controlo laboratorial operacional dos parâmetros de qualidade de água fornecida extraindo as consequências para a adequada beneficiação da qualidade sempre que se justificar;

Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade, de forma contribuir para a melhoria da eficiência, diminuindo custos e promovendo a qualidade do serviço;

Assegurar a gestão corrente das instalações da empresa exclusivamente afectas a abastecimento de água;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Departamento de Águas Residuais (DEAR)

Atribuições

Assegurar a recolha, transporte e tratamento e rejeição de águas residuais a cargo da Empresa;

Colaborar na erradicação de descargas poluentes nos meios receptores, em cooperação com entidades externas;

Identificar e propor projectos/obras de beneficiação e, ou ampliação das infra-estruturas do sistema de saneamento de forma a garantir a sua funcionalidade e o cumprimento dos objectivos de médio/longo prazo da Empresa;

Assegurar a vigilância e monitorização das infra-estruturas do sistema de abastecimento e o reporte regulado das ocorrências ao DEMA;

Assegurar o cumprimento de acções de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAR, em estreita articulação com o DEMA;

Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão, relativos à actividade do Departamento, visando aferir o desempenho das actividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;

Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de águas residuais da Empresa e os sistemas que lhe estão associados;

Garantir a verificação e o registo dos caudais nos pontos de recolha e o seu reporte ao DAF para facturação;

Garantir o controlo analítico do processo e da monitorização da qualidade das águas residuais afluentes, dos efluentes tratados e meios receptores, visando a sua melhoria contínua e o cumprimento da legislação em vigor;

Garantir a remoção dos resíduos e subprodutos provenientes do funcionamento do sistema e assegurar o seu encaminhamento para destino final adequado;

Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade de forma a otimizar o processo, diminuir custos e promover a qualidade do serviço;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS;

Assegurar a gestão corrente das instalações da empresa exclusivamente afectas a tratamento de águas residuais (água, luz).

Departamento de Manutenção (DEMA)

Atribuições

Assegurar o planeamento, orçamentação e execução da manutenção dos equipamentos e infra-estruturas da Empresa, de forma a garantir a funcionalidade e a fiabilidade do sistema da Empresa e o cumprimento dos objectivos, incluindo os correspondentes investimentos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infra-estruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;

Assegurar a realização atempada de acções de manutenção preventiva, correctiva e condicionada de equipamentos e a limpeza e desobstrução de infra-estruturas, de forma a garantir a optimização da sua exploração e a melhor relação entre custos e benefícios;

Colaborar com a DIE na preparação de projectos tendo em vista a optimização das condições de manutenção, na perspectiva da eficiência associada à implantação progressiva da gestão de activos;

Assegurar a monitorização dos consumos energéticos e propor medidas visando a sua racionalização e redução de custo;

Adoptar práticas e procedimentos de salvaguarda dos colaboradores e de outras partes interessadas nas questões de protecção ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho;

Garantir a gestão eficaz dos materiais e peças sobressalentes e sua correcta armazenagem;

Colaborar na recepção de novos equipamentos e instalações;

Gerir o sistema de telegestão da Empresa, em articulação com as funções de coordenação global do DESI, e proceder à implementação dos novos subsistemas;

Preparar e assegurar o cumprimento do plano de calibração de equipamentos de monitorização e medição, bem como a sua manutenção;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e actualização do SIQAS.

Relações com Stakeholders

É a seguinte a estrutura accionista da empresa (participação do capital em euros):

Unidade: euros

Entidade	Valor total do Capital
Águas de Portugal, SGPS, S.A.	15.300.000
Associação de Municípios do Oeste	5.000
Município de Alcobaça	1.540.190
Município de Alenquer	1.702.670
Município de Arruda dos Vinhos	439.665
Município de Azambuja	1.784.885
Município de Bombarral	462.200
Município de Cadaval	465.230
Município de Caldas da Rainha	1.051.340
Município de Lourinhã	1.206.915
Município de Nazaré	468.505
Município de Óbidos	501.430
Município de Peniche	660.685
Município de Rio Maior	789.820
Município de Sobral de Monte Agraço	324.910
Município de Torres Vedras	3.296.555
Total	30.000.000

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, Concedente, Entidade Reguladora, Accionistas, parceiros, utilizadores e instituições financeiras.

A Águas do Oeste tem procedido ao cumprimento das suas obrigações de reporte e tem solicitado as autorizações e aprovações necessárias previstas no seu Contrato de Concessão, quer em relação ao Concedente, quer em relação à ERSAR, tendo recebido uma profícua colaboração.

Os Accionistas têm procedido a um cuidado acompanhamento da gestão da empresa, tendo as relações de reporte assentado na própria relação dos administradores com os seus Accionistas e, no que respeita à Águas de Portugal, SGPS, S.A. também no apoio em dossiês mais complexos e no acompanhamento técnico e de reporte com base em vários instrumentos específicos.

A colaboração dos Municípios Accionistas permitiu também, como já foi referido, dar passos essenciais em algumas questões institucionais de relacionamento, que não foram possível resolver em anos anteriores.

A Águas do Oeste tem conseguido manter um ambiente de trabalho muito positivo, apesar do enorme esforço que tem sido pedido a todos os serviços.

É da mais elementar justiça reconhecer o desempenho dos Colaboradores da Empresa, que têm sabido dar o melhor de si para o exigente desempenho e esforço a que a actual situação da empresa obriga.

A complexidade própria da fase de desenvolvimento em que a Águas do Oeste se encontra, com permanentes desafios, novos e maiores, precisa desta colaboração empenhada, que tem recebido.

A Águas do Oeste tem um número limitado de clientes, como decorre da própria natureza da empresa, com uma complexidade resultante da multiplicidade de planos em que se desenvolve o relacionamento Municípios/Empresa: accionistas, clientes, autarquias em cujo território se efectua o investimento, cedentes de infra-estruturas para exploração pela Águas do Oeste.

Apesar dessa complexidade e da especial dificuldade de algumas dessas vertentes, tem sido possível manter um clima de franca colaboração e análise conjunta de todos os dossiês.

No que respeita aos prestadores de serviços à Águas do Oeste, a pendência de dezenas de empreitadas, correspondentes fiscalizações, acompanhamento de projectos e, por outro lado, a prestação de todos os serviços inerentes às múltiplas infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento em exploração, são também qualitativa e quantitativamente complexas.

Apesar disso e de um nível de exigência que se tem mantido elevado, não tem havido situações de rotura no relacionamento.

5. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º dos Estatutos da Águas do Oeste, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia Geral de 17 de Março de 2010 foram eleitos os actuais Órgãos Sociais.

A fixação da remuneração dos Órgãos Sociais é a decorrente da deliberação da Comissão de Vencimentos de 7 de Setembro de 2010.

Os montantes totais de remunerações em 2010 auferidos pelos membros dos órgãos sociais foram os seguintes:

5.1 Mesa da Assembleia Geral

Unidade: euros

Mesa da Assembleia Geral			
Mandato 2010-2012	Presidente	Vice-Presidente (1)	Secretário (1)
Ano de 2010	José Manuel Dias Custódio	Paulo Manuel Marques Fernandes	Ana Cristina Rebello Pereira
I. I. Senhas de Presença (a)	0	415	36,38
Legenda			
(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado			
(1) Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.			

5.2 Conselho de Administração

Unidade: euros

Conselho de Administração					
Mandato 2010-2012	Presidente Executivo ⁽¹⁾	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo ⁽¹⁾	Vogal Não Executivo ⁽¹⁾	Vogal Não Executivo ⁽¹⁾
Ano de 2010	Arnaldo Lobo Moreira Pêgo	Arménio de Figueiredo	José Manuel Leitão Sardinha	Fernando José da Costa	Carlos Manuel Soares Miguel
1. Remunerações					
1.1. Remuneração Fixa (a)	41.724,62	96.222,00	22.813,00	0,00	0,00
1.2. Redução por Aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	(1.341,15)	(3.092,85)	(733,28)	0,00	0,00
1.3. Remuneração Fixa Efectiva (1.1 - 1.2)	40.383,47	93.129,15	22.079,72	0,00	0,00
1.4. Senhas de Presença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5. Acumulação de Funções de Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6. Remuneração Variável (Prémios de Gestão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Outras Regalias e Compensações					
2.1. Gastos na Utilização de Telefones	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2. Subsídio de Deslocação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3. Subsídio de Refeição	0,00	1.487,12	0,00	0,00	0,00
2.4. Outros (Identificar Detalhadamente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Encargos com Benefícios Sociais					
3.1. Regime Convencionado	0,00	14.966	0,00	0,00	0,00
3.2. Regime Convencionado					
3.2.1. Segurança Social (S/N)	NA	S	NA	NA	NA
3.2.2. Outro (Identificar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3. Seguros de Saúde	0,00	601,00	0,00	0,00	0,00
3.4. Seguros de Vida	0,00	2.542,84	0,00	0,00	0,00
3.5. Outros (Identificar Detalhadamente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Viatura de Serviço					
4.1. Marca da Viatura de Serviço	-	VW	-	-	-
4.2. Modelo da Viatura de Serviço	-	Passat Vrt TDI	-	-	-
4.3. Matrícula da Viatura de Serviço	-	24-EU-39	-	-	-
4.4. Valor da Viatura de Serviço	-	-	-	-	-
4.5. Valor de Renda AOV da Viatura de Serviço	-	12.610,18	-	-	-
4.6. N.º de Prestações Contratualizadas (b)	-	36	-	-	-
4.7. Ano de Aluguer da Viatura de Serviço	-	2.007	-	-	-
4.8. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço	-	52,80	-	-	-
4.9. Tributação, em IRS, da Viatura de Serviço (S/N)	-	S	-	-	-
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	NA	N	NA	NA	NA
5.2. Exercício de Funções Remuneradas Fora do Grupo	N	N	S	S	S
5.3. Outras (Identificar Detalhadamente)	-	-	-	-	-

Legenda

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada

(b) - Caso a Viatura de Serviço tenha sido adquirida através de contratos de Leasing, ALD, AOV, Renting, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas

S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; ⁽¹⁾ Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.; ⁽²⁾ Valor referente às rendas de AOV pagas durante o ano

5.3 Órgão de Fiscalização

Unidade: euros

Fiscal Único	Valor Anual
Mandato 2010-2012	
Ano de 2010	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	17.191,00 ¹⁾

¹⁾ 5,191€ referente a 2009 da PWC-SROC, e 12,000€ referentes a 2010 E&Y

6. Análise de Sustentabilidade

No decorrer de 2010 a AdO manteve os objectivos estruturantes em matéria de sustentabilidade ambiental, económica e social, no sentido de criar mais-valias para a comunidade, accionistas e para os próprios colaboradores.

Promoveu ainda acções potenciadoras da utilização de energias renováveis e de minimização dos consumos energéticos.

A empresa geriu ainda projectos de I&D potenciadoras de melhores práticas ambientais, designadamente associados ao controlo da qualidade da água (GIBDQA), à monitorização dos meios receptores de efluentes tratados (VSA) e à gestão do desempenho das infra-estruturas (Past21).

Em 2010 a Águas do Oeste deu ainda continuidade aos projectos de educação e sensibilização ambiental considerando-os como um dos vectores fundamentais para adequada gestão do ciclo urbano da água, envolvendo não só as crianças e jovens da região, como também a população em geral.

Neste mesmo ano, a Águas do Oeste desenvolveu, no dia da criança (1 de Junho de 2010), uma iniciativa específica para apoio a um centro de acolhimento de jovens em Torres Vedras.



No âmbito de uma iniciativa de solidariedade social, transversal a todas as empresas do Grupo AdP - Águas de Portugal com operação em Portugal, a Águas do Oeste apoiou em 2010 a Selecção Portuguesa de Natação Adaptada na preparação para os Jogos Paralímpicos de 2012, em Londres.

Depois da assinatura de um protocolo, que teve lugar em Maio de 2010, entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., em representação das empresas do Grupo, e a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, a Águas do Oeste, comprometeu-se, durante três anos (2009-2011), a entregar 50 cêntimos, por cada postal electrónico de Natal enviado pelos seus colaboradores, para ajudar a Selecção Portuguesa de Natação Adaptada na preparação para os Jogos Paralímpicos de 2012.

A escolha da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, em particular da Selecção Portuguesa de Natação Adaptada, para esta acção, decorreu no contexto das comemorações do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social (2010), inserido num projecto de abrangência nacional, capaz de promover a inclusão social através de uma prática desportiva intrinsecamente relacionada com a água, um dos elementos centrais da actividade do Grupo AdP.

A actividade da Águas do Oeste tem sido reconhecida por entidades externas, nomeadamente, através da atribuição de prémios e na obtenção da certificação em qualidade do serviço e ambiental.

Como plano de acção e metas futuras a empresa pretende implementar medidas de redução e compensação de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), potenciar a minimização dos consumos energéticos e manter a prestação de um serviço público com um elevado padrão de qualidade, zelando pela preservação das condições ambientais da região Oeste.

6.1. Gestão do Capital Humano

Evolução dos Recursos Humanos

(n.º de trabalhadores em 31 de Dezembro)

	2007	2008	2009	2010
Total	104	118	130	130

Decomposição dos Recursos Humanos

(n.º de trabalhadores em 31 de Dezembro)

Serviço	2009	2010
Secretariado dos Órgãos Sociais	1	1
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	3	3
Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	5	4
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	3	2
Direcção Administrativa e Financeira (DAF)	10	10
Direcção de Infra-Estruturas (DIE)	6	6
Direcção Operacional (DOP)	2	2
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	27	29
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	63	63
Departamento de Manutenção (DEMA)	10	10
Total	130	130

Estrutura Etária - Anos

«19	0
»19«25	8
»26«35	70
»36«45	33
»46«55	16
»56«65	3
»65	0

Média Idades

36 Anos e 1 Mês

Níveis Antiguidade - Anos

» 0 <1	7
»1«2	29
»3«5	45
»6«10	49
»11«15	0
»16	0

Antiguidade Média

4 Anos e 11 Meses

(n.º colaboradores)

Vinculo Laboral

Sem Termo	107
Termo Certo	21
Termo Incerto	0
Outro	2

(n.º colaboradores)

Habilitações Literárias

Ensino Básico	54
Ensino Secundário	37
Ensino Superior	39

(n.º colaboradores)

Habilitações Literárias

Ensino Básico	54
Ensino Secundário	37
Ensino Superior	39

(n.º colaboradores)

Sexo

Feminino	35
Masculino	95

(n.º colaboradores)

Absentismo

Assistência Familiar	572
Baixa Doença	3.690
Consulta Médica	170
Licença de Casamento	664
Licença Parental	3.504
Acidentes de Trabalho	1.201
Outras ausências	468

(n.º horas)

Formação

Total de horas de formação	4.308
n.º colaboradores envolvidos	124

Evolução da massa salarial (euros)

	2007	2008	2009	2010
Total	2.387.283,21	2.682.130,75	3.185.469,85	3.162.753,82

Decomposição da massa salarial (euros)		
Serviço	2009	2010
Secretariado dos Órgãos Sociais	31.068,14	26.225,30
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	136.883,76	129.399,33
Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	177.311,57	184.743,41
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACE)	100.744,04	66.601,80
Direcção Administrativa e Financeira (DAF)	308.214,55	323.887,70
Direcção de Infra-Estruturas (DIE)	278.885,72	258.131,14
Direcção Operacional (DOP)		
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	564.433,16	628.482,41
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	1.291.566,02	1.250.338,05
Departamento de Manutenção (DEMA)	296.362,89	294.944,68
Total	3.185.469,85	3.162.753,82

A empresa não aumentou os seus efectivos, conforme previsto no orçamento aprovado, seguindo as determinações de redução de custos entretanto estabelecidas. Tendo em consideração o aumento, com algum significado, da actividade da empresa no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais, e o trabalho desenvolvido na área da Segurança, esta situação obrigou a um esforço significativo dos trabalhadores e da empresa para o cumprimento das suas atribuições, situação que se poderá agravar em 2011.

Formação

A Águas do Oeste continuou a dar uma especial atenção aos programas de formação interna e externa, tendo em vista fomentar a articulação das necessidades empresariais com a evolução sócio-profissional dos trabalhadores.

O Plano de Formação para 2010 contribuiu para um enquadramento da formação, que se materializou em cursos de formação, jornadas, seminários e horas de trabalhador-estudante, representando um total acumulado de cerca de 4.307,61 horas de formação, abrangendo 95,38% dos 130 Colaboradores da Águas do Oeste. Acrescem ainda 67 horas de formação a estagiários, ministradas por entidades externas.



De acordo com o Código de Trabalho a formação contínua de activos deve abranger, em cada ano, pelo menos 10% dos trabalhadores com contrato sem termo. Dos 130 Colaboradores da empresa, 107 têm contrato sem termo e representaram 87,65% das acções realizadas.

O valor total previsto no Plano de Formação para 2010 foi de €42.069,47, sendo o valor realizado durante o ano de €33.815,16. Neste valor estão incluídos €806,58 gastos em formação com estagiários.

O desvio verificado entre o planeado e o realizado, deveu-se, essencialmente, ao adiamento de algumas acções de formação por entidades formadoras e à indisponibilidade de alguns colaboradores por motivo de doença.

6.2. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

Aplicação GIBDQA/ AQUASAFE

A aplicação informática GIBQDA, enquadrada no projecto de Investigação e Desenvolvimento AQUASAFE, sofreu uma grande mutação no decurso de 2010. Esta aplicação, quando concluída, permitirá tratar os resultados analíticos referentes ao controlo da qualidade da água para consumo humano, de uma forma mais prática e célere, cruzando os dados do controlo operacional com a informação referente ao controlo legal, ao longo dos sistemas de distribuição de água. No decurso de 2010, esta aplicação foi testada e reajustada por forma a se tornar mais amigável e eficiente, tendo-se para o efeito introduzido várias funcionalidades. Prevê-se que o fecho deste projecto se processe no decurso do primeiro trimestre de 2011.

PASSt1

A empresa participa no projecto PASSt 21 – Iniciativa Nacional de Avaliação de Desempenho de ETA e ETAR Urbanas, na sequência de um protocolo assinado entre a AdP e o LNEC.

A AdO participa com dois casos de estudo: ETAR de Gaeiras e ETAR de Atougua da Baleia. O estudo tem por base um programa de trabalhos de dois anos, que finalizará em 2011.

7. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A governação da Águas do Oeste, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de Março.

No Quadro seguinte é efectuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado.

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem: <ul style="list-style-type: none">Cumprir a missão e os objectivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da colectividade que lhe hajam sido fixados.	Total	<ul style="list-style-type: none">A Águas do Oeste cumpre a sua missão e os objectivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none">Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objectivos e das políticas para si e para as participadas que controla.	Total	<ul style="list-style-type: none">A divulgação da missão da Águas do Oeste, S.A., dos seus objectivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet, e do Portal do Colaborador.
<ul style="list-style-type: none">Elaborar planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objectivos definidos.	Total	<ul style="list-style-type: none">A Águas do Oeste elabora anualmente o seu plano de actividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objectivos fixados.
<ul style="list-style-type: none">Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objectivos a atingir e os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.	Total	<ul style="list-style-type: none">O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste, S.A., definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um actor principal no palco da sustentabilidade.A estratégia de sustentabilidade da Águas do Oeste, S.A. encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador.

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Adoptar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste, S.A. preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência. A Águas do Oeste foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objectivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Oeste cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela. Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor; devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor; de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Toda a actividade do Grupo AdP e da Águas do Oeste é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. Neste contexto, a Águas do Oeste adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor; de natureza ambiental e de índole laboral.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Grupo AdP e a Águas do Oeste apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas. A Águas do Oeste possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação. A Águas do Oeste aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional. A Águas do Oeste tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspectiva desenvolvimentista e positivista.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adoptados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adoptar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transacções realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Oeste respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Oeste divulga anualmente as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente realizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Grupo AdP pauta a sua actuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objectivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Águas do Oeste o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. A Águas do Oeste desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas – 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste encontra-se disponível no sítio da empresa na internet e no Portal do Colaborador.

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efectiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo sector de actividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Oeste estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no sector em que se insere.
<ul style="list-style-type: none"> Ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adoptado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Modelo de Governo da Águas do Oeste em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: <ul style="list-style-type: none"> A Assembleia Geral; O Conselho de Administração; O Conselho Fiscal; O ROC. Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos. O Conselho Fiscal emite trimestralmente um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua selecção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A auditoria anual às contas da Águas do Oeste é efectuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, a Direcção Administrativa e Financeira, privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direcção Administrativa e Financeira. De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.
<ul style="list-style-type: none"> Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.
<ul style="list-style-type: none"> O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus activos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da empresa Águas do Oeste.. Neste contexto, a Águas do Oeste está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objectivos a identificação dos factores de risco ao nível das principais actividades empresariais e dos respectivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.

Remunerações e outros direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none">• Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.	Total	<ul style="list-style-type: none">• A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none">• Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.	Total	<ul style="list-style-type: none">• A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.

Prevenção de conflitos de interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none">• Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	<ul style="list-style-type: none">• Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua actividade.
<ul style="list-style-type: none">• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.	Total	<ul style="list-style-type: none">• Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Oeste, S.A. e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.• Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.• Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, directa ou indirectamente, nas empresas onde exercem funções.

8. Código de Conduta e Ética

O Grupo AdP acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do Grupo AdP vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas actividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do Grupo AdP e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflecte a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua acção o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e protecção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código de conduta e Ética do Grupo AdP foi adoptado e é aplicável à Águas do Oeste, enquanto empresa do Grupo Águas de Portugal, podendo ser consultado no sítio institucional do Grupo.

Valores Éticos da Águas do Oeste e Princípios de Actuação

A Águas do Oeste tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e protecção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e protecção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

9. Controlo de Risco

A Águas do Oeste, S.A., e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua actividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da actividade que resultam da operação diária.

Em 2010 foi concluída a primeira fase do projecto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objectivos com os riscos e respectivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual se apresenta na figura seguinte.



A avaliação dos riscos é efectuada na perspectiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando o risco inerente e o risco residual respectivo. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando avaliamos o impacto estão a ser consideradas, para cada risco, diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira,
- Reputação,
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objectivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de factores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos,
- Ocorrência anterior do risco,
- Complexidade do risco, e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Oeste, S.A., sem prejuízo de periodicamente e sempre que se verifique necessário, serem apreciados pelo accionista maioritário (AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.).

A abordagem dos riscos da classe operacional e infra-estrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Oeste, S.A. e respectivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade do accionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos (por exemplo, direcção de recursos humanos corporativos e direcção financeira corporativa da holding e direcção de sistemas de informação da AdP Serviços, S.A.).

No contexto económico actual é possível destacar alguns riscos aos quais a Águas do Oeste, S.A. se apresenta mais vulnerável, nomeadamente:

- Envolvente política, económica e financeira;
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças;
- Crédito e financiamento.

O Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. instituiu acções de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

10. Prevenção de Conflito de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Fevereiro na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas do Oeste, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente na empresa, bem como cargos, funções e actividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (ii) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro);
- (iii) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (iv) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, directa ou indirectamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (v) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

11. Divulgação de Informação

Informação disponível no site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos Órgãos Sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			X	
Identificação das Comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos		X		Informação disponível no R&C (submenu Informação Financeira)
Remuneração dos Órgãos Sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			Informação disponível no R&C
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			Informação disponível no R&C
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do Cliente			X	

12. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respectivas obrigações de serviço público -, estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no relatório de actividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e acções de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, consideram-se como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objectivo directo ou indirecto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e acções realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for susceptível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de acções e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na presente portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas do Oeste, S.A. tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas do Oeste, S.A. durante o ano de 2010 foi desenvolvida com vista a assegurar os objectivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projectos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar directa ou indirectamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de Dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos Quadros seguintes a informação sintética requerida.

Montante global, do ano de 2010, discriminado por trimestres

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Quem é Quem no Ambiente 2010 + Directório de Empresas – About Blue	€1.400	-	-	-	€1.400
Directório Nacional do Ambiente e Recursos Naturais 2010	€500	-	-	-	€500
Anuário do MAOT	€553	-	-	-	€553
Páginas Verdes – Roteiro Municipal – Região Centro	€60	-	-	-	€60
Directório de empresas do Portal Ambiente Online	-	-	€225	-	€225
Diário de Leiria – Revista 300 Maiores	-	€150	-	€150	€300
Gazeta das Caldas	-	-	€145	-	€145
Jornal Alvorada	-	€250	-	-	€250
Jornal Área Oeste – suplementos Municípios	€280	€260	€100	-	€640
Jornal das Caldas	€100	€100	-	-	€200
Jornal de Leiria – Suplementos Ambiente e 250 Maiores	€300	€550	-	€100	€950
Região de Cister – suplementos Ambiente e outros	-	-	€440	-	€440
Região de Leiria – Directório do Ambiente 2010	-	€660	-	-	€660

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Região da Nazaré	-	-	€200	-	€200
Revista País Económico	€1.150	-	-	-	€1.150
Rádio Ribatejo FM	-	-	-	€156	€156
Total	€4.343	€1.970	€1.110	€400	€7.823

Nota: Aos valores acima mencionados acrescem o IVA à taxa legal em vigor.

No que se refere a Acções de Promoção e/ ou Sensibilização, no decorrer do ano de 2010, a Águas do Oeste, S.A. não realizou quaisquer iniciativas desta natureza, cujo montante em publicidade tenha sido superior a €15.000.

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas do Oeste, S.A., cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º 47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas do Oeste, S.A. divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de actividades cujo conteúdo ou objectivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente actividade de serviço público desta empresa.

13. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Águas do Oeste, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

- Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais nos termos do ofício da Direcção Geral de Tesouro e Finanças n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, respeitante à "não actualização dos salários nominais para o corrente ano".
- Cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 aos membros do órgão de Administração.
- Cumprimento do previsto no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, respeitante à redução excepcional de 5% à remuneração fixa mensal dos gestores públicos executivos e não executivos.

14. Relatório dos Administradores não Executivos sobre o Desempenho do Administrador Executivo da Águas do Oeste, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-nos, na qualidade de administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho do administrador executivo referente ao exercício de 2010.

Actividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

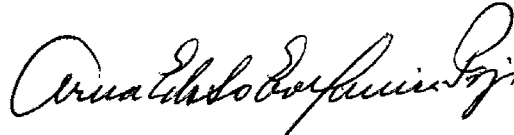
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

Parecer

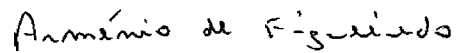
Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação do administrador executivo de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as acções de gestão, adoptando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Gaeiras, 24 de Fevereiro de 2011

Os Administradores não Executivos



Arnaldo Lobo Moreira Pêgo, Presidente



Arménio de Figueiredo, Administrador-Delegado



José Manuel Leitão Sardinha, Vogal



Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Vogal



Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vogal

B - Actividade da Empresa







B - Actividade da Empresa

I. Introdução

A actividade da Águas do Oeste é já muito diversificada e extensa, tanto no que respeita ao investimento, como à exploração de sistemas de abastecimento de água e de sistemas de saneamento, com todas as consequências que essa complexidade envolve para todos os Serviços da Empresa, desde os de planeamento aos de monitorização e divulgação, passando pelo apoio administrativo e financeiro.

Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) e Gestão de Indicadores de Desempenho e de Sustentabilidade

Como empresa certificada nos referenciais que regulam a actividade de Gestão da Qualidade do serviço (NP EN ISO 9001:2008) e da Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2004), a AdO desencadeou, no decurso de 2010, um esforço acrescido tendente ao alargamento do âmbito da certificação. Assim, tendo mantido a certificação das cerca de 600 instalações em “qualidade do serviço”, alargou de 300 para 350 as instalações certificadas em “qualidade ambiental”, por força da obtenção gradual de um maior número de licenças.

A actividade desenvolvida em 2010, depois da auditoria de acompanhamento realizada em Janeiro de 2010 pela SGS foi, posteriormente, avaliada no momento em que se efectuou o fecho do ciclo da certificação, com renovação marcada para meados de Janeiro de 2011.

Também numa lógica de melhoria contínua, a AdO decidiu avançar para a certificação em Segurança e Saúde no Trabalho, com base nos referenciais OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, razão pela qual se notou um incremento neste vector do Sistema Integrado de Gestão, que se passou a designar, por esta razão, por SIQAS: Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança.

Numa óptica global de gestão do SIQAS, destacou-se a verificação e registo dos diplomas legais relevantes e aplicáveis à realidade da empresa. Desencadeou-se a distribuição desses documentos pelos diversos serviços da empresa e efectuou-se a avaliação global da conformidade legal. Produziram-se ainda e reviram-se diversos documentos do SIQAS, efectuaram-se 100 horas de auditorias internas e 8 horas de auditorias a fornecedores, numa afectação global (auditores e auditados) que se estima em cerca de 600 horas acumuladas, sem recurso a apoio externo.

Acompanhou-se o tratamento dado às reclamações, às situações de não conformidade e às acções de melhoria, efectuaram-se reuniões gerais com os diversos serviços integrados na estrutura organizacional da empresa, avaliaram-se os resultados dos indicadores/objectivos e acompanhou-se o desempenho do Sistema de Gestão numa óptica de qualidade, ambiente e de segurança.

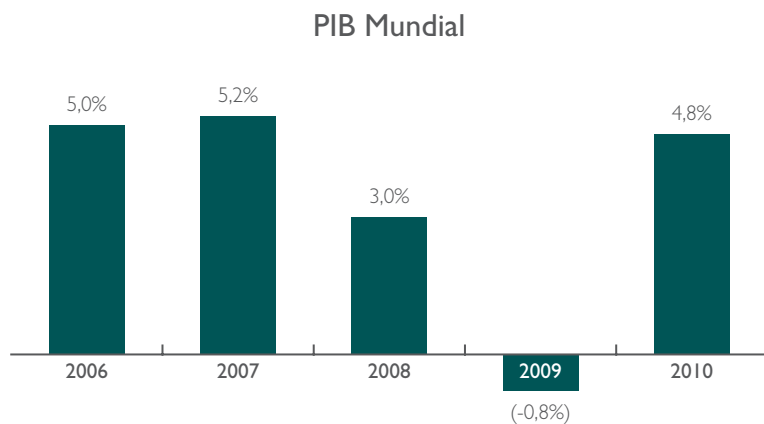
Também em 2010, efectuou-se uma permuta de auditores com outras empresas do Grupo AdP, tendo a AdO recebido, nas suas instalações, auditores da Sanest, S.A. e da Simtejo, S.A., e tendo a AdO visitado, por sua vez, e na mesma óptica, a Sanest, S.A.. Esta troca de auditores reflectiu-se numa acção eficaz para a empresa uma vez que, sem quaisquer custos, criaram-se as condições necessárias para trocar experiências e conhecimentos, com colegas de outras empresas que, para além de qualificados para a realização de auditorias, são também conhecedores da área de negócio em causa e, logo, dos requisitos que se impõem à actividade da AdO.

No que respeita ao processamento dos dados necessários para o acompanhamento, cálculo e reporte dos Indicadores de Desempenho da AdO, a reportar à ERSAR e à UNA-PD (AdP), todo o processo foi acompanhado numa lógica de indicadores referentes ao processo de monitorização do Planeamento Estratégico, incorporado no SIQAS e, portanto, acompanhados rotineiramente no âmbito do Sistema de Gestão.

Em 2010 foram ainda compilados os dados referentes aos Indicadores de Sustentabilidade, reportados à AdP e auditados pela *PriceWaterCoopers*.

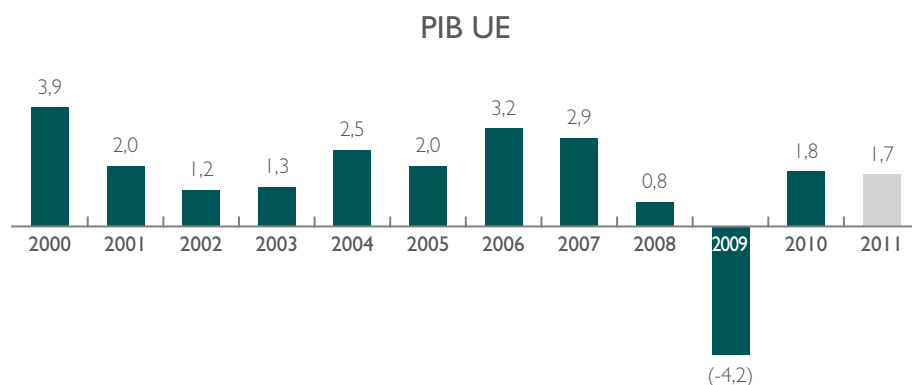
2. Enquadramento Macroeconómico

Global



É expectável que a economia mundial cresça à volta de 4,8% em 2010, e uma vez mais à custa das novas economias emergentes (China, Índia, Brasil, México, países africanos, etc.). A Europa e os Estados Unidos apresentam níveis de crescimento económico mais lentos (1,7% e 2,6% respectivamente). A estabilização dos mercados financeiros, representa um indicador positivo que contribuiu definitivamente como suporte deste crescimento, ao contrário do último ano onde vingava uma crise instalada, em resultado da evidente sobreavaliação generalizada de activos que suportavam muitas emissões de dívida e que ocasionaram, numa sequência vertiginosa e assustadora, a fragilidade do paradigma financeiro que sustentou o crescimento económico mundial nos últimos anos. Este crescimento económico segundo alguns analistas, está ameaçado nos próximos anos pela subida significativa dos preços das matérias-primas e dos alimentos, com consequências imediatas ao nível do aumento dos níveis de pobreza.

União Europeia



A União Europeia continua com um crescimento insignificante da economia. A crise está definitivamente instalada na zona Euro. No norte da Europa o cenário é mais positivo, particularmente na Alemanha que parece imune à crise europeia e mundial e que apresenta um crescimento económico na ordem de 3,3% e um crescimento de 14% nas exportações. Este resultado alemão acentua as divergências com os países mais deficitários da União Europeia, dificultando de sobremaneira a posição do Banco Central Europeu em adoptar medidas adequadas e convergentes entre todos os países da zona Euro. Com a principal taxa de juro em 1% é expectável que a inflação suba na Alemanha, uma vez que muitas economias da UE não estão preparadas para subidas da taxa de juro.

De notar que em 2010 o BCE tem dado um contributo significativo a Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda na compra de dívida destes países no sentido de aliviar a pressão a que têm estado sujeitos por parte dos mercados financeiros.

Portugal

O ano de 2010 em Portugal fica marcado pela aprovação de dois PEC's (Planos de Estabilidade e Crescimento) que resumidamente se traduzem num agravamento generalizado da carga fiscal e na diminuição da despesa pública.

Depois de uma queda de 2,5% em 2009, o produto interno bruto em 2010 deverá situar-se entre 1,0% e 1,5% muito suportado pelo consumo privado e por um ligeiro aumento das exportações. Portugal vive uma deficitária situação económica, com um deficit em 2010 à volta de 7,3% do PIB, e com significativas dificuldades em obter financiamento no exterior: O financiamento no final de 2010 foi obtido à custa de taxas de juro altas com repercussões directas nas contas do país dos próximos anos. O ano caracterizou-se já por uma subida dos impostos, situação que será agravada em 2011. Ainda assim as receitas de IRC e IRS deverão ser inferiores ao ano anterior: O aumento da receita fiscal tem sido obtido à custa do IVA, imposto sobre tabaco e imposto automóvel.

A inflação em Portugal chegou a 1,4%, 12 meses terminados em Dezembro de 2010 (- 0,9 em 2009), enquanto a da zona euro se situou em 1,6%.

A taxa de desemprego deverá ser de 11% mais um ponto percentual do que em 2009, o que faz de Portugal um dos países da União Europeia com o nível de desemprego mais elevado, depois da Espanha, Eslováquia e Irlanda.

Depois dos ganhos de mais de 30% em 2009, o PSI 20 apresenta perdas superiores a 10% em 2010, com alguns títulos com perdas superiores a 50%. Os ganhos de três empresas cotadas do PSI-20 vão fazer com que a bolsa nacional não feche o ano a perder mais de 20%. Sem o "efeito" Jerónimo Martins, Portucel e Galp, as perdas seriam à volta desse número.

3. Enquadramento do Sector

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto n.º 8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

De forma resumida, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos.

Neste propósito, e na linha do preconizado no PEAASAR II quanto à necessidade de flexibilizar o modelo vigente, habilitando novas formas de relacionamento com os municípios, tinha sido publicado em 2009 o Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de Abril que veio introduzir um novo modelo de gestão para os serviços de águas assente em parcerias entre o Estado e as Autarquias Locais, modelo esse que foi adoptado em duas situações – no centro e no sul do país - no decurso do 4.º trimestre de 2009.

Este novo modelo vem concretizar "uma das medidas fundamentais do PEAASAR II que passa pela empresarialização e profissionalização da gestão das "baixas" em Portugal" que promova a criação de "uma estrutura na "baixa" capaz de executar o investimento previsto para o período 2007 - 2013 e garantir a sustentabilidade futura do sector da água em Portugal."

O novo modelo de gestão para a prestação dos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento vem possibilitar, nos termos do referido decreto-lei, uma "integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama."

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo II do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico

Nacional (QREN 2007 - 2013) -, que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objectivos traçados para o sector. Em situações particulares – quando as operações são promovidas por entidades cuja gestão não se enquadra no “modelo verticalizado”- existem ainda apoios financeiros nos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo.

O Fundo de Coesão disponível no Eixo II do POVT revela-se indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros no período 2008 - 2015.

No âmbito do 2º Aviso ao POVT/ Eixo II, cujo prazo de submissão das candidaturas terminou no final de 2009, a elevada adesão de promotores e de projectos, veio de novo comprovar a importância da participação comunitária para a infra-estruturação do sector. Uma procura que superou várias vezes a oferta financeira disponível agravou a pressão sobre a metodologia de avaliação das candidaturas, dos seus objectivos e da qualidade dos projectos apresentados, tendo sido novamente alterada a estratégia de financiamento para o sector, tendo em conta os prazos de realização dos investimentos candidatados, o grau de maturidade dos Sistemas e os financiamentos comunitários disponíveis.

Em 2010 prosseguiram os trabalhos relativos à ENEAPAI, que define uma estratégia sustentável alinhada com o QREN, integrando as especificidades e características dos sectores produtivos envolvidos e da sua importância no âmbito das regiões onde estão implantados, e que visa a resolução de graves problemas ambientais, numa lógica de optimização das infra-estruturas tecnológicas de tratamento de águas residuais e de gestão já implementadas, através de um quadro de intervenção que se oriente por objectivos de sustentabilidade técnica, económica e ambiental e de manutenção da competitividade das actividades económicas.

Os modelos empresariais que até ao presente se tentaram implementar, onde os produtores agro-pecuários assumiam a liderança, vieram a revelar-se incapazes de se tornarem verdadeiros veículos de uma solução sustentável para o tratamento dos efluentes suíncolas. Já no segundo semestre de 2011 começaram a serem estudadas novas parcerias com entidades empresariais privadas, que permitam soluções inovadoras para estes passivos ambientais, cuja erradicação se arrasta há demasiado tempo.

Pelo elevado impacto na execução dos planos de actividade, refira-se a aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, através da Resolução n.º 29/2010, de 12 de Abril, da Assembleia da República, e o consequente Despacho n.º 510/10, de 1 de Junho, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças que veio fixar limites anuais ao crescimento do endividamento, de 2010 a 2013, para as empresas do sector empresarial do Estado.

Face aos investimentos em curso e aos compromissos já assumidos pelas empresas até à data do despacho, e reconhecendo a complexidade da situação e bem assim a necessidade de não prejudicar a captação de fundos comunitários, o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças emanou posteriormente o Despacho n.º 896/10, de 26 de Agosto, anulando a título excepcional a aplicação à Águas de Portugal do limite relativo ao ano 2010 e determinando, relativamente aos exercícios de 2011 a 2013, a apresentação pelo Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal de Planos de Actividades e Investimentos (PAI), revistos e detalhados quanto ao respectivo financiamento e obrigatoriedade de realização por imposição comunitária, devendo os mesmos ser enquadrados nos limites previstos no PEC.

A revisão dos planos de investimentos das empresas, para permitir atingir um PAI consolidado do Grupo AdP em consonância com as restrições descritas, obrigou a um esforço de coordenação e revisão, e traduziu-se naturalmente num protelamento de múltiplos investimentos face ao anteriormente previsto.

Igualmente no âmbito do PEC, foi determinada através do documento “Orientações Estratégicas para 2011 para o Sector Empresarial do Estado”, datado de Outubro de 2010, a imposição de cortes significativos, com uma base de 15% (já incluindo a redução salarial prevista na terceira versão do PEC), nas despesas de funcionamento das empresas do sector empresarial do Estado.

O processo de identificação das poupanças possíveis e de determinação das medidas associadas, bem como das necessárias consequências resultantes de diferentes níveis de redução de custos exigiu um significativo esforço de reflexão e análise por parte das Empresas. Os cortes em causa não afectaram a actividade desenvolvida durante o ano de 2010, sendo expectável que venham a atingir uma forte expressão em 2011.

4. Cadeia de valor

Ainda que a operação seja a actividade mais visível da Águas do Oeste, a empresa actua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega

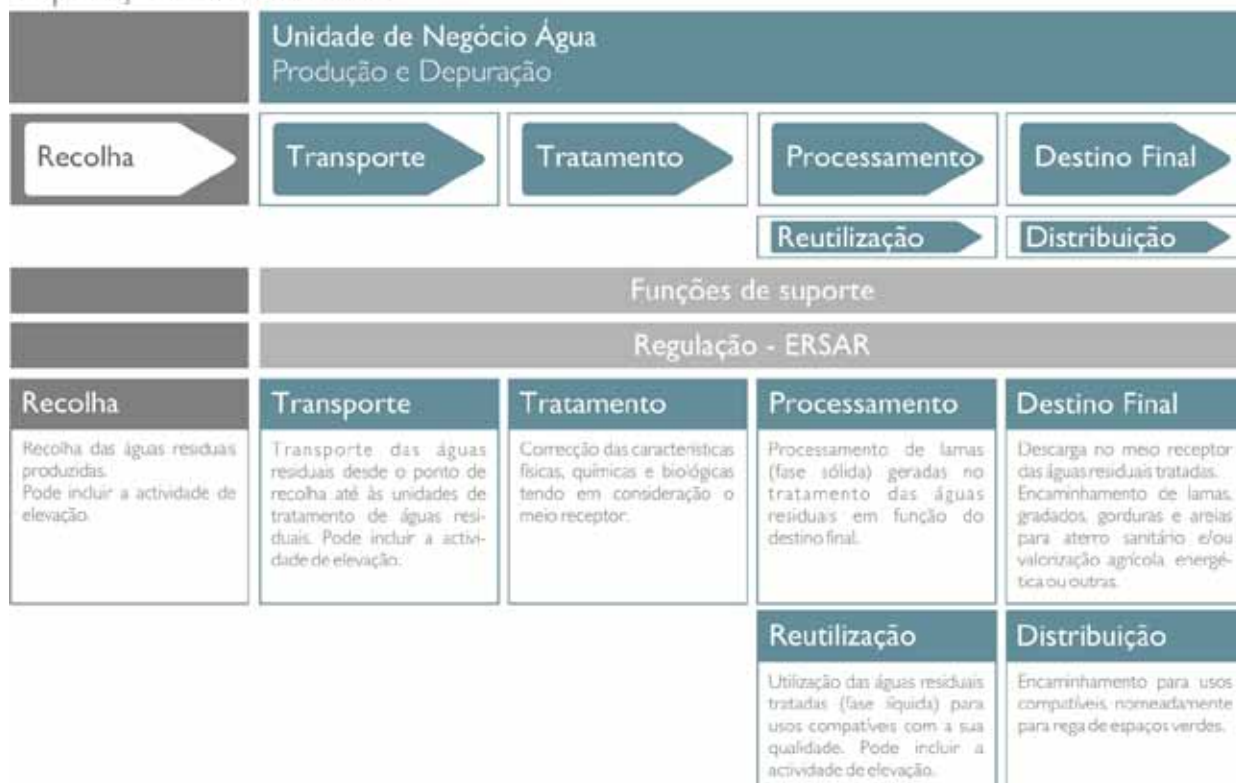
do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital accionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Nas representações gráficas abaixo apresentadas é exposta a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das actividades de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



Ambiente

O objecto de trabalho inerente à actividade realizada pela empresa, centra-se na optimização na gestão do ciclo urbano da água, tendo constantemente presente as preocupações ambientais. De facto, a Águas do Oeste, enquanto prestador de um serviço que potencia a melhoria das condições sanitárias e ambientais da região onde se integra, considera essencial o cumprimento integral da legislação e dos requisitos associados aos produtos gerados.

Manifestando constantemente o cuidado que dedica às questões ambientais, que fazem jus à política consubstanciada pela Administração, a Águas do Oeste garante o devido encaminhamento dos subprodutos gerados nos processos de tratamento gerindo também, da melhor forma, as emissões que resultam da sua actividade.

A empresa encontra-se certificada em gestão ambiental (NP EN ISO 14001:2004), demonstrando o cumprimento das premissas internas e externas em termos de protecção dos ecossistemas numa sinergia contínua com os espaços naturais protegidos e na implementação sistemática das melhores práticas com vista à protecção das espécies ameaçadas ou em vias de extinção.

Segurança

A aposta na Segurança e Saúde dos Trabalhadores (SST) ganhou nova envergadura em 2010, constituindo mesmo um dos pilares considerados internamente como estruturantes e que maior progressão sofreu no decorrer do ano transacto.

Com uma forte componente de campo, associada a várias acções de monitorização da componente de SST, foram também realizadas mais de 100 análises de riscos, tendo sido elaborado um ambicioso plano de acções conducente à mitigação dos perigos identificados. O trabalho decorreu em harmonia com as tarefas operacionais planeadas, não tendo constituído entropia à actividade corrente da empresa.

Certificação

O sistema de certificação da empresa, é auditado com grande regularidade, e integra um vasto número de infra-estruturas localizadas nos 15 Municípios que desenham a área de concessão da empresa.

No decorrer de 2010 a Águas do Oeste decidiu avançar para a integração das normas de Segurança (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008) no seio do seu sistema de gestão, que se passou a designar por SIQAS (Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança) e que é reconhecido como cumpridor das normas internacionais NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2004. Para o efeito, desenvolveu um planeamento exaustivo das tarefas a concretizar, sendo certo que o esforço e o envolvimento de todos os sectores da empresa acoplado a um forte envolvimento da Gestão de Topo, resultou num trabalho muito representativo, cuja avaliação, por parte de entidade externa, apenas será conhecida no decorrer de 2011.

5. Regulação

A Águas do Oeste, S.A. exerce actividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Estas actividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A actividade da Águas do Oeste, S.A. é regulada e desenvolvida em regime de concessão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor; pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro, os poderes e âmbito de actuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em "baixa"). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto serem praticados tarifários aos utilizador final que não estão optimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), que veio a ser complementada em 2010 com uma proposta de Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

É nossa expectativa que estas duas recomendações venham a permitir criar tarifários mais eficientes e que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em baixa, contribuindo para a maior sustentabilidade do sector.

Durante o ano 2010 a ERSAR apresentou uma proposta legislativa de recuperação dos desvios de recuperação de custos gerados no sector; proposta que o Grupo AdP considera fundamental para a sustentabilidade e manutenção do financiamento do sector. No entanto, esta proposta ainda se mantém em discussão e ainda não foi aprovada e posta em execução.

Regulação Económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de Setembro com a apresentação das propostas de orçamento e projecto tarifário para o ano seguinte ao Concedente e ao Regulador e contratualmente tem uma duração de 365 dias. As propostas são apresentadas em conformidade com o disposto na Portaria 1275/2003, de 7 de Novembro.

O ciclo orçamental de 2010, iniciado em Setembro de 2009, estendeu-se até 17 de Novembro de 2010. Contudo, a tarifa foi aprovada previamente, em 4 de Junho de 2010, o que representou um atraso de 155 dias.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efectivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Em 2009 encetaram-se com o Regulador os trabalhos de definição da forma de recuperação dos défices e *superavit* de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, uma vez que esta não se encontrava especificada nos contratos de concessão nem em outro diploma.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do sector, em estrito cumprimento das exigências que decorrem da Directiva - Quadro da Água, da Directiva 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa aos resíduos, da Lei da Água, do Regime Geral da Gestão de Resíduos, da Lei das Finanças Locais, dos Regimes Jurídicos da Concessão da Gestão e Exploração dos Sistemas Multimunicipais de Águas e dos Resíduos Urbanos, que aprovaram as bases dos respectivos contratos, e dos contratos de concessão em vigor; bem como o novo e decisivo ciclo de infra-estruturação do sector já iniciado, plasmado no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007 - 2013, exigem que se não se adie mais o expreso reconhecimento da política que foi prosseguida e a definição do montante dos desvios de recuperação de custos das empresas, cujas regras de ressarcimento urgia clarificar.

Nessa proposta foram também retomados os procedimentos para proceder à distribuição dos ganhos de produtividade contratuais. Os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das entidades gestoras serão repartidos, entre os accionistas e utilizadores (através das tarifas futuras), de acordo com regras que se espera que venham a ser clarificadas durante 2011.

Qualidade da Água para Consumo Humano e Regulação da Qualidade de Serviço

Para além da regulação económica, a actuação da ERSAR abrange ainda a monitorização da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, e a qualidade da água para consumo humano, uma vez que é a autoridade nacional competente nesta matéria.

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado. A avaliação do ano de 2010 já deverá ser efectuada com base neste novo conjunto de indicadores.

6. Carteira de Participações

A Águas do Oeste não detém participações em outras entidades.

7. Adopção dos IFRS

O Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho aprovou a criação do novo sistema de normalização, designado por SNC, sendo revogado o normativo contabilístico anteriormente em vigor, o POC. A aplicação do SNC é obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010 e obriga à apresentação de informação comparativa relativa ao exercício de 2009. Este decreto-lei prevê ainda que em certas circunstâncias, as quais são preenchidas pelo Grupo Águas de Portugal (AdP), as empresas possam também optar pela adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), pelo que foi essa a decisão do Grupo AdP, indo assim ao encontro da sugestão do seu accionista maioritário, Parpública, S.A..

Assim, a Águas do Oeste aplicou as normas IFRS para o exercício de 2010 e procedeu à re-expressão das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das normas contabilísticas de relato financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

Os impactos quantitativos e qualitativos a esta data são apresentados pormenorizadamente na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras.

Alterações às amortizações enquanto gasto fiscal

Em complemento à das normas IFRS, destaca-se igualmente, e pela sua relevância, o efeito que terá sobre as contas do exercício (e futuras) das mudanças da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais, introduzida na sequência das alterações legislativas referidas e das obrigações vinculativas da Direcção - Geral de Contribuições e Impostos (DGCI).

Até ao final do ano de 2009, o montante inscrito em cada ano referente às amortizações do investimento era calculado tendo em conta o investimento efectuado e os estimados a efectuar até ao final da concessão. A amortização dos investimentos realizados e ainda não realizados era efectuada durante o período da concessão, excepto para os bens que tenham um valor residual contratualmente fixado no final da concessão. Por outro lado, o valor da amortização dos bens não era calculado de uma forma temporalmente linear, montante total dividido pelo número de anos, mas sim em função dos caudais efectivamente fornecidos/recolhidos em cada ano comparativamente aos caudais estimados a fornecer/recolher (método da depleção).

A DGCI, ao alterar o seu entendimento, não permite a aceitação como gasto fiscal das amortizações do investimento contratual ainda não realizado. Assim, a partir de 2010, estes gastos deixam de ser aceites como encargo fiscal do exercício, e os efeitos acumulados de anos anteriores, irão ser tributados em 5 anos de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Esta alteração ainda que não tenha impacto ao nível dos resultados, terá consequências no apuramento do imposto a pagar (e imposto diferido) e naturalmente no *cash-flow* disponível em cada exercício futuro.

8. Análise Económica e Financeira

Necessidade de sustentação da Empresa

O grande volume de Investimento realizado em 2010 e a pendência do recebimento de subsídios do Fundo de Coesão levou a empresa a recorrer a capital alheio.

Em termos financeiros, a empresa dispunha, no final de 2010, dos seguintes créditos negociados:

- i) linhas de crédito no valor de €19.000.000,00, sem afectação específica;
- ii) Utilização da primeira tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor €40.000.000,00;
- iii) Utilização da segunda tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor €25.000.000,00;
- iv) Utilização da terceira tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor €10.000.000,00;
- v) Utilização da quarta tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor €10.000.000,00;
- vi) Utilização do empréstimo a médio e longo prazo - BEI II no valor €12.000.000,00;
- vii) Utilização da quinta tranche do empréstimo de médio e longo prazo BEI III no valor de €20.000.000,00

Indicadores Económicos

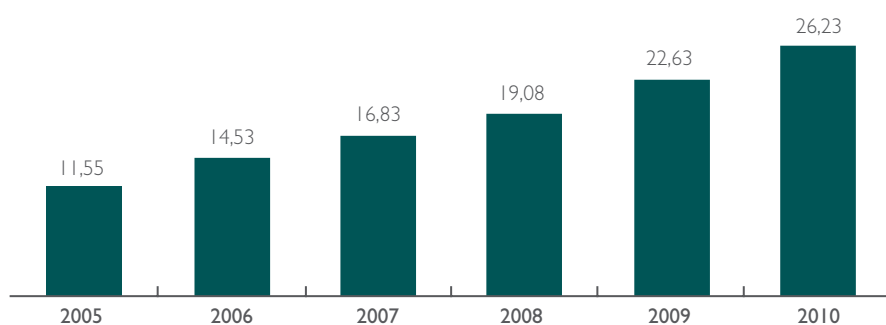
A Empresa concluiu o exercício de 2010 com um resultado líquido negativo de €780.623,94.

Nos proveitos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

	2009	2010
Vendas	13.980.356,60	16.678.909,00
Prestações de serviços	8.654.464,41	9.547.840,95
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	(161.273,34)	339.575,23
Rendimentos Financeiros	946.429,05	993.308,07
Subsídios ao investimento	3.340.917,04	3.805.777,66
Total de Proveitos	26.760.893,76	31.365.410,91

Houve um aumento nos proveitos de cerca de 17,2% face ao ano anterior; essencialmente devido ao aumento do volume de negócios. O volume de negócios aumentou cerca de 16% face ao ano anterior:

Volume de Negócios (milhões de euros)



A Empresa iniciou, em Junho de 2010, o abastecimento de água ao município de Nazaré.

A Águas do Oeste encontra-se a fornecer água para consumo público a 14 Municípios, faltando o início do fornecimento a Alcobaça para completar os 15 municípios previstos no contrato de concessão. Contudo, é de salientar que a empresa, desde o início do ano procedeu à facturação a Alcobaça, do correspondente aos valores mínimos contratuais.

Nos termos do disposto no n.º 3, da Base XXVIII, em anexo ao Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de Agosto e do disposto no contrato de concessão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, bem como nos contratos de fornecimento celebrados com os municípios utilizadores, a AdO procederá, em 2011, à emissão da facturação correspondente ao diferencial entre os valores mínimos previstos no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento e os valores medidos e facturados relativos ao ano de 2010.

Trata-se de um procedimento que a AdO tem obrigação de desencadear, mas que abrange diferentes situações: clientes, onde a AdO não tem a exclusividade do abastecimento; utilizadores que, embora sem enquadramento legal para tal, utilizam ainda captações próprias; e utilizadores que já consomem toda a água através do Sistema Multimunicipal, conforme estabelecido nos contratos de concessão e de fornecimento. Por essa razão, e atendendo a que qualquer facturação adicional melhorará os resultados da empresa, optou-se por não fazer a provisão dos valores associados à facturação que será emitida.

A AdO facturou cerca de 27,8 milhões de m³ de água, dos quais, não considerando o caudal de 3,5 milhões de m³ facturados a Alcobaça, cerca de 21,1 milhões de m³ tiveram origem na EPAL e 3,2 milhões de m³, em captações próprias. Isto significa que 86,8% da água facturada e efectivamente fornecida pela AdO teve origem na EPAL e 13,2% em captações próprias.

Em termos de vendas, face ao previsto para 2010, verificou-se um desvio positivo de 14,3% no volume facturado.

Na actividade de saneamento, apesar de não estarem a ser exploradas todas as infra-estruturas previstas, a Águas do Oeste encontra-se a servir os 14 Municípios previstos no Contrato de Concessão. A empresa encontra-se a explorar, com facturação associada, 70 ETAR e 120 Estações Elevatórias, para além de cerca de 433 km de emissários.

Relativamente à Prestação de Serviços de saneamento, ocorreu uma facturação de €9.583.820,53, correspondente a um caudal de 20.407 mil m³.

Na actividade de saneamento de águas residuais verificou-se um aumento do volume recolhido (16%) e tratado (17%), decorrente da entrada em funcionamento de novas infra-estruturas e de maiores volumes afluentes à infra-estruturas já existentes.

A rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais, reflecte os proveitos com a venda de cadernos de encargos, e o recebimento de €187.812,97 referente a indemnizações, por parte do seguro de multirrisco, devido a sinistros vários ocorridos nas instalações da empresa durante o próprio ano e anos anteriores.

O aumento dos Rendimentos Financeiros deve-se, por um lado, a maiores proveitos com juros de mora facturados aos municípios.

Por outro lado, verificou-se uma descida dos juros relativos a investimentos financeiros, explicado pela descida da taxa de juro.

Nesta rubrica é ainda de referir o reconhecimento do montante de €126.886,16, que concerne a proveitos relacionados com a actualização da dívida, de médio e longo prazo, existente para com a EPAL. A dívida é actualizada de acordo com o n.º 3 da cláusula 16ª do Contrato para Abastecimento de Água ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste, com base no IPC do ano anterior. Em anos anteriores a empresa registou custos financeiros, mas dado o IPC de 2009 ser negativo, a empresa registou um proveito.

Os Subsídios ao Investimento reflectem o reconhecimento de Proveitos com Subsídios do Fundo de Coesão pela aplicação da Directriz Contabilística n.º 4. A empresa adopta o método da depleção (caudais) para o cálculo da DC4. O seu aumento é explicado por um maior volume de actividade face ao ano anterior; originando uma taxa de depleção superior.

Nos custos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

Unidade: Euros

	2009	2010
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(7.407.906,31)	(7.656.864,51)
Fornecimentos e serviços externos	(8.297.027,42)	(9.150.705,55)
Gastos com o pessoal	(3.056.655,00)	(3.045.710,30)
Outros Gastos operacionais	(419.615,73)	(410.825,62)
Amortizações do exercício	(8.121.658,24)	(9.427.862,82)
Gastos e perdas financeiras	(2.844.011,85)	(3.569.606,25)
Total de Custos	(30.146.874,55)	(33.261.575,05)

Em relação ao Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, verificou-se um aumento resultante de uma maior aquisição de água à EPAL correspondente a 950.177 m³ (€250.325,69).

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação face ao ano anterior decorre, fundamentalmente, do aumento da actividade da empresa e de correcções de exercícios anteriores.

	2010	2009	Varição
Subcontratos	882.741,17	879.226,20	3.514,97
Trab Esp - Assistência Técnica	155.683,29	187.831,48	(32.148,19)
Trab Esp - Auditoria/ Consultoria	26.013,89	56.057,02	(30.043,13)
Trab Esp - Estudos	78.053,75	2.308,91	75.744,84
Trab Esp - Análises	141.248,06	130.261,79	10.986,27
Trab Esp - Tratamento de Resíduos	572.188,68	482.059,36	90.129,32
Trab Esp - Monitorização	170.585,27	254.981,83	(84.396,56)
Trab Esp - Tratamento de Efluentes	227.579,17	117.589,46	109.989,71
Trab Esp - Fee's de Gestão	393.401,25	339.522,30	53.878,95
Publicidade e Propaganda	52.220,53	67.170,90	(14.950,37)
Vigilância e Segurança	94.031,96	45.988,89	48.043,07
Honorários	35.066,88	31.387,12	3.679,76
Cons e Rep - Edifícios e outras construções	367.305,71	181.554,49	185.751,22
Cons e Rep – Equip. básico	847.543,63	792.990,66	54.552,97
Cons e Rep – Equip. transporte	21.390,74	81.300,83	(59.910,09)
Cons e Rep - Ferramentas e utensílios	1.533,32	1.809,76	(276,44)
Cons e Rep - Equip. administrativo	2.948,93	749,93	2.199,00
Cons e Rep - Outras	3.928,25	879,65	3.048,60
Trab Esp - Outros	216.418,90	35.549,16	180.869,74
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	21.010,94	24.385,06	(3.374,12)
Livros e Documentação Técnica	2.051,30	5.644,32	(3.593,02)
Material de Escritório	23.783,42	13.788,26	9.995,16
Artigos para Oferta	1.635,63	1.266,54	369,09
Electricidade	2.794.400,57	2.555.859,88	238.540,69
Combustíveis	391.509,05	581.238,97	(189.729,92)
Água	214.699,27	158.835,25	55.864,02
Outros Fluidos	2.695,88	233,58	2.462,30
Deslocações e Estadas	40.890,53	48.637,31	(7.746,78)
Rendas e Alugueres	409.882,65	502.250,69	(92.368,04)
Comunicação	141.692,38	133.473,24	8.219,14
Seguro Viaturas	42.450,95	44.731,28	(2.280,33)
Seguro Acidentes Pessoais	736,98	798,83	(61,85)
Seguros Responsabilidade Civil	18.263,61	16.627,92	1.635,69
Seguros Doença/Saúde	87.331,04	98.326,77	(10.995,73)
Seguro Vida	2.468,32	(1.883,28)	4.351,60
Seguro Multirisco	407.857,14	232.325,39	175.531,75
Contencioso e Notariado	11.526,46	24.097,34	(12.570,88)
Despesas de Representação	4.983,40	4.155,25	828,15
Limpeza Higiene e Conforto	73.475,52	75.287,47	(1.811,95)
Reprodução Documentos	7.943,22	6.657,35	1.285,87
Material Laboratório	44.758,44	41.813,86	2.944,58
Material de Fotografia	58,33	0,00	58,33
Jornais e Revistas	758,15	357,75	400,40
Jardinagem	71.083,60	75.336,71	(4.253,11)
Outros	232.762,39	166.666,57	66.095,82
Correcções de Exercícios anteriores	90.420,96	0,00	90.420,96
TPPE - Activos em curso	(280.307,96)	(203.104,63)	(77.203,33)
Total	9.150.705,55	8.297.027,42	853.678,13

As rubricas que apresentam variações mais relevantes são as seguintes:

Subcontratos

Os custos desta rubrica correspondem aos custos com a exploração em regime de *outsourcing* das ETAR de Azambujeira, de Atouguia da Baleia e de Rio Maior, sendo o aumento de custos face ao ano anterior devido, essencialmente, ao aumento do volume tratado e a custos referentes a anos anteriores, compensados, contudo, pelo facto da ETAR de Torres Vedras já não se encontrar em regime de *outsourcing* em 2010.

Trabalhos Especializados - Auditoria/Consultoria

A variação é explicada por menores custos face ao ano anterior, nomeadamente com prestação de serviços de auditoria no âmbito do SIQA, e de consultoria na elaboração de modelo de orçamento e EVEF, dado que estes últimos passaram a ser contabilizados na rubrica Trabalhos Especializados – Estudos.

Trabalhos Especializados - Estudos

A variação negativa, deve-se, essencialmente, a custos com prestação de serviços de engenharia por parte do LNEC, relativamente a estudo sobre protecção do Sistema Interceptor do Exutor Submarino da Foz do Arelho, no valor de €8.500,00; €10.197,00, referentes a prestação de serviços para integração da segurança no SIQA, €8.905,50 de custos de fiscalização, €1.230,00 referentes a levantamento e projecto eléctrico da ETAR de Miragaia, e €42.927,50 referentes a prestação de serviços de apoio à elaboração do EVEF, Orçamento e Projecto Tarifário. Este último valor estava previsto, em orçamento, numa rubrica anteriormente designada como “Auditoria Consultoria”.

Vigilância e Segurança

A variação negativa registada nesta rubrica é explicada, essencialmente, por maiores custos referentes a fardamento, no valor de €40.643,99. A AdO para responder aos requisitos em termos de legislação de segurança no trabalho, procedeu a substituição de todo o fardamento existente, garantindo a segurança dos seus trabalhadores em termos de visibilidade e de protecção cutânea face a agentes químicos.

Trabalhos Especializados - Outros

Nesta rubrica, a variação deve-se, essencialmente, a custos de €158.244,78 referentes à intervenção de emergência na Foz do Arelho derivada do mau tempo, e de €23.600,00 respeitantes a custos com a Implementação do Sistema Máximo.

Electricidade

Em electricidade verifica-se uma variação negativa, tendo o acréscimo de custos ocorrido essencialmente na actividade de abastecimento, pelo início de entrada em exploração de novas infra-estruturas e pela execução de ligações de energia por parte da EDP, a instalações que eram servidas por geradores.

Combustíveis

Nos combustíveis, a diminuição nos custos com combustíveis, face ao ano anterior, está relacionada com execução de ligações de energia por parte da EDP e a subsequente diminuição do consumo de gásóleo para geradores.

Água

Nesta rubrica a variação negativa, é justificada, essencialmente, pelo pedido de ramais de água para várias instalações da empresa.

Rendas e Alugueres

A variação positiva é justificada pela diminuição de custos com o aluguer de geradores, para suprimir a dificuldade de execução de ligações de energia por parte da EDP.

Seguro Multirrisco

A variação negativa é explicada pelo acerto de prémio facturado em 2010, respeitante a 2009, assim como por um maior valor de prémio de 2010 face a 2009, por um aumento do capital seguro.

Outros FSE's

A variação é justificada, por um lado, pelo acerto de preços do contrato de fornecimento de serviços de manutenção e assistência técnica das instalações da AdO, e, por outro, por custos de assistência na elaboração de processos de concurso.

Em Gastos com o pessoal é de salientar a diminuição dos custos com remunerações dos Órgãos Sociais, essencialmente por não estarem a ser pagas as remunerações aos autarcas que são membros do Conselho de Administração.

Depois da análise dos custos e dos proveitos, os resultados decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Unidade: Euros

	2009	2010
Resultados Operacionais	(1.488.397,99)	680.134,04
Resultados Financeiros	(1.897.582,80)	(2.576.298,18)
Resultados antes de Impostos	(3.385.980,79)	(1.896.164,14)
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	(16.696,22)	(15.454,04)
Impostos Diferidos	(6387,18)	1130994,24
Resultado Líquido do Exercício	(3.409.064,19)	(780.623,94)

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores económicos, para uma análise mais completa:

Unidade: Euros

Rácios	2009	2010
Rentabilidade dos Capitais Próprios	(14,97%)	(3,37%)
Rentabilidade Económica	(1,14%)	(0,25%)
Rentabilidade das Vendas	(15,06%)	(2,98%)

Indicadores Financeiros

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o activo da Empresa:

Unidade: Euros

	2009	2010
Activos Não Correntes		
Activos intangíveis	240.938.330,61	248.962.014,45
Investimentos financeiros	4.361.614,23	5.327.455,71
Impostos Diferidos Activos	5.607.371,90	6.219.303,50
Activos Correntes		
Inventários	45.243,65	58.422,59
Clientes	16.497.942,22	22.976.608,09
Estado e outros entes públicos	280.298,20	124.492,31
Imposto sobre o rendimento do exercício	90.080,62	112.890,89
Outros activos correntes	29.876.519,83	24.618.990,78
Caixa e seus equivalentes	299.564,82	180.661,83
Total Activo	297.996.966,08	308.580.840,15

Activos Intangíveis

No que diz respeito à evolução do Activo Intangível, é de salientar o aumento do investimento realizado em 2010, de €14.345.895,48.

Investimentos Financeiros

O aumento verificado de 2009 para 2010, decorre do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Impostos Diferidos Activos

A variação refere-se à constituição de impostos diferidos activos pelo facto de as amortizações do exercício contabilísticas, compreenderem as amortizações do investimento futuro, que não são aceites fiscalmente.

Clientes

Em clientes, no montante de €22.620.416,64, estão reconhecidos €3.425.419,16 sobre a forma de Acordos de Pagamento e €7.394.427,42, sobre processos de injunção.

A Águas do Oeste tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos Municípios, a situação das dividas mais antigas e as mais avultadas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da divida e recorrer a contratos de cessão de créditos, tendo, contudo, em municípios em que tal não é possível, procedido à abertura de processos de injunção.

Em Dezembro, os montantes em divida cobertos por Acordos de Pagamento eram:

Unidade: Euros

Clientes	Montante
Alcobaça	353.472,59
Alenquer	2.186.636,40
Arruda dos Vinhos	844.194,64
Bombarral	41.115,53
	3.425.419,16

Os Municípios sobre os quais existiam processos de injunção abertos eram os seguintes:

Unidade: Euros

Clientes	Montante
Alenquer	3.069.078,30
Azambuja (Município)	1.866.557,01
Nazaré	1.395.259,89
Alenquer	50.806,64
Óbidos	879.777,65
Arruda dos Vinhos	101.510,93
Bombarral	31.437,00
	7.394.427,42

As dívidas de clientes não cobertas por injunções e acordos em 31 de Dezembro de 2010 eram:

Unidade: Euros

Clientes	Total
Alcobaça	2.911.664,93
Alenquer	2.287.935,53
Arruda dos Vinhos	791.361,80
Azambuja	102.682,58
Azambuja (Águas de Azambuja)	270.825,19
Bombarral	305.601,89
Cadaval	532.745,17
Caldas da Rainha	253.416,09
Lourinhã	839.744,14
Mafra - Compagnie Générale des Eaux	198.669,41
Óbidos	437.941,22
Nazaré	741.539,85
Peniche	112.781,71
Rio Maior	216.957,35
Sobral de Monte Agraço	425.171,07
Torres Vedras	1.036.825,53
Valorsul, S.A.	271.317,27
Ministério da Justiça	62.118,93
Casa Santos Lima, S.A.	1.237,02
Ros Roca, S.A.	17,28
Zagope, S.A.	16,10
	11.800.570,06

Estado e Outros Entes Públicos

Em Estado e Outros Entes Públicos é de salientar que se encontram reconhecidos os Pedidos de Reembolso de IVA, no valor €74.618,42, referente aos meses de Setembro a Novembro de 2010 e €49.873,89 de IVA a recuperar, respeitante ao mês de Dezembro.

Imposto sobre o Rendimento do Exercício

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de €119.676,54 de pagamento especial por conta, €8.668,38 de retenção de imposto sobre juros e Imposto Estimado, no valor de €15.454,03.

Outros Activos Correntes

De acordo com o Investimento elegível realizado até 31 de Dezembro de 2010, encontra-se por receber o valor de €23.928.174,85.

Em Outros Activos Correntes, encontram-se ainda registados:

- Acréscimos de Proveitos, respeitantes: a juros a receber do Fundo de Reconstituição do Capital Social; a juros de mora a facturar; à prestação de serviços de saneamento à Valorsul no ano de 2008; acertos referentes a caudais de abastecimento de água do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais facturados; energia a facturar a terceiros e outros devedores por acréscimos de rendimentos, nomeadamente indemnizações do seguro multirriscos, a receber.
- Custos Diferidos, respeitantes a encargos bancários e a diferimentos diversos.

A situação líquida da Águas do Oeste é a que resulta dos capitais próprios, conforme quadro que se segue:

Unidade: Euros

	2009	2010
Capital	28.559.245,50	29.733.969,60
Reservas e outros ajustamentos	77.730,88	77.730,88
Resultados Transitados	(2.460.870,22)	(5.869.934,41)
Resultado líquido do exercício	(3.409.064,19)	(780.623,94)
Total dos Capitais Próprios	22.767.041,97	23.161.142,13

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o Passivo da Empresa:

Unidade: Euros

	2009	2010
Passivos Não Correntes		
Provisões	0,00	0,00
Empréstimos	96.348.906,25	116.237.064,14
Fornecedores e outros passivos não correntes	13.800.921,95	13.099.213,53
Impostos Diferidos Passivos	5.607.371,90	5.088.309,26
Acréscimos de Custos de Investimento Contratual	15.896.149,00	19.081.042,18
Subsídios ao Investimento	104.074.438,33	106.631.832,75
Passivos Correntes		
Empréstimos	26.790.408,41	17.842.928,17
Fornecedores	10.150.563,90	4.700.122,54
Outros passivos correntes	1.989.920,30	2.108.613,04
Estado e outros entes públicos	571.244,07	630.572,41
Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
Total Passivo	275.229.924,12	285.419.698,02

Passivos Não Correntes

Empréstimos

Esta rubrica representa o empréstimo contraído junto do Banco Europeu de Investimento, designado por BEI III, no montante de €105.000.000, e por BEI II, no montante de €12.000.000, deduzido do montante de €762.935,86 respeitantes a custos a diferir com a montagem do Empréstimo BEI III, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª utilização e BEI II 1ª utilização.

Fornecedores e Outros Passivos Não Correntes

Encontra-se registado nesta rubrica o reconhecimento da dívida à EPAL pela aquisição das infra-estruturas, de acordo com o contrato celebrado em 19 de Dezembro de 2003, no valor de €11.024.084,83, o valor da dívida referente às infra-estruturas de saneamento arrendadas ao Município de Torres Vedras, no valor de €1.223.473,81, bem como €851.654,89 referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

Impostos Diferidos Passivos

O valor de €5.088.309,26, refere-se à constituição de impostos diferidos passivos referente ao subsídio reconhecido respeitante a investimento futuro.

Acréscimos de Custos Investimento Contratual

O valor de €19.081.042,18 diz respeito ao custo com amortizações do investimento futuro decorrente da aplicação da DC4.

Subsídios ao Investimento

O valor registado diz respeito a Proveitos Diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

Passivos Correntes

Empréstimos

O valor registado diz respeito à utilização das linhas de crédito existentes e a empréstimos da AdP-SGPS, no valor de €5.000.000,00, em virtude da linha existente com o BPI de 20 milhões de euros, ter sido reduzida no início do ano para 8 milhões de euros.

A 31 de Dezembro, apenas vigoravam duas linhas de crédito no BES no valor total de 15 milhões de euros.

Fornecedores

Em Fornecedores conta corrente, no montante de €2.467.829,94, destacam-se os seguintes:

Fornecedor	Montante (euros)	%
EPAL	627.701,15	25%
Manvia-Manut. Expl. de Instalações	340.903,72	14%
EDP	218.909,09	9%
Degremont	155.549,43	6%
Terrafértil II	73.988,84	3%
Outros	459.275,24	19%
Sub-total	1.876.327,47	76%
228 - Fornec c/ facturas em recepção e conf.	591.502,47	24%
Total Fornecedores	2.467.829,94	100%

Em Fornecedores de Imobilizado, no montante de €2.232.292,60, destacam-se os seguintes:

Fornecedor	Montante (euros)	%
Mauricio, Construções	350.058,50	16%
JAOP	154.060,58	7%
Consugal	108.526,28	5%
Manvia	98.687,05	4%
Ecofmeq	88.046,45	4%
Outros	1.090.682,16	49%
Sub-total	1.890.061,02	85%
228 - Fornec c/ facturas em recepção e conf.	342.231,58	15%
Total Fornecedores Imobilizado	2.232.292,60	100%

Outros Passivos Correntes

Estão reconhecidos Acréscimos de Custos referentes a: direitos devidos com férias, subsídios de férias, subsídio de Natal, e horas extra; juros com o empréstimo do BEI II e III; juros e imposto de selo de empréstimos bancários; actualização da dívida para com a EPAL; seguros a liquidar; valores respeitantes a electricidade; conservação e reparação; tratamento de lamas; custos de exercícios anteriores, com descontos para a Segurança Social dos Presidentes de Câmara que exercem ou exerceram funções de Órgãos Sociais na Empresa, e com remuneração referente ao período de 2001-2005; reconhecimento de gastos a incorrer com Fornecimentos e Serviços Externos diversos.

Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica Estado e Outros Entes Públicos, o montante de €630.572,41 respeita a retenções na fonte de IRS e IRC, contribuições para a Segurança Social, a contribuições a pagar à ADSE e à Caixa Geral de Aposentações e à Taxa de Recursos Hídricos.

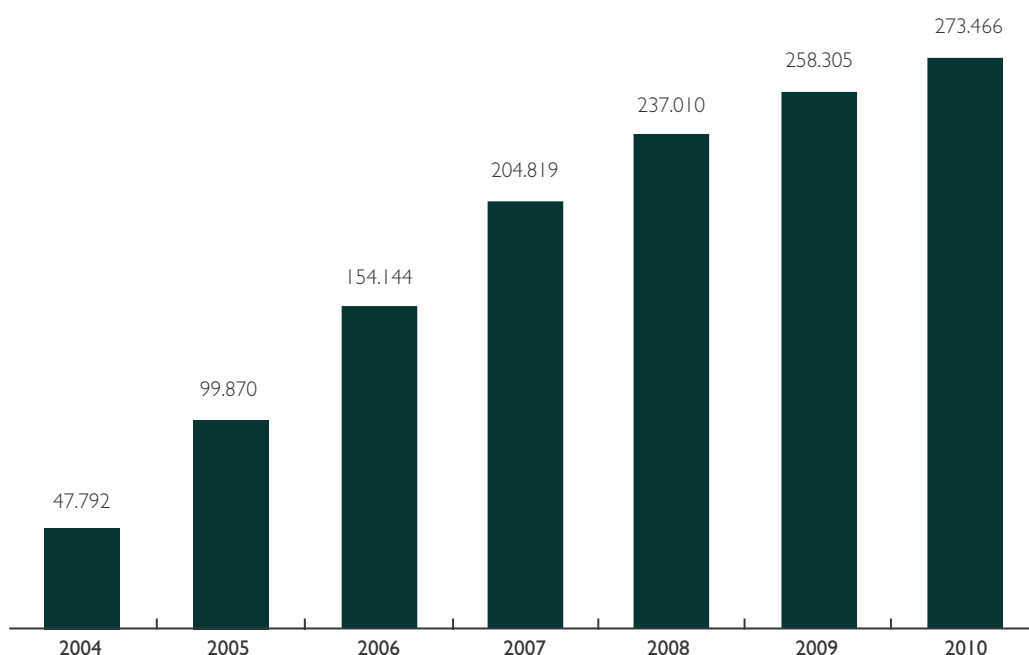
Investimento

O investimento realizado em 2010, foi de €14.345.895,48.

A nível de empreitadas, estava previsto no OPT10 um investimento de 24,16 milhões de euros, tendo sido executados apenas 10,1 milhões de euros, o que implicou um desvio de cerca de 14 milhões de euros.

Este desvio é explicado em parte pelo desfasamento do investimento para anos seguintes, e por outro, por uma redução do investimento inicialmente estimado, decorrente de optimizações introduzidas em algumas soluções técnicas.

Volume de Investimento Acumulado
(milhares de euros)



Projectos, Estudos e Sistemas de Informação

No respeitante a projectos de execução, foram desenvolvidos diversos levantamentos de pormenor – programas preliminares, com destaque para:

- Incremento de Reserva do Sistema de Azambuja (Farol);
- Ponto de Entrega de Peral (Cadaval);
- Remodelação de estações elevatórias de águas residuais no Município de Torres Vedras;
- Emissário final da ETAR de Azambuja;
- Sistema Elevatório de Descarga Final da ETAR da Bufarda e Remodelação da EE Inicial (Peniche);
- Sistema de Saneamento de Cadafais - 2ª Fase (Alenquer);
- Remodelação ETAR de Aldeia Gavinha (Alenquer);
- Remodulação ETAR da Espiçandeira (Alenquer);
- Incremento de capacidade da ETAR da Maceira (Torres Vedras);

- Remodelação da ETAR de Fervença (Alcobaça);
- Sistema Interceptor e de Rejeição Final da ETAR de Pedra do Ouro/Vale de Paredes (Alcobaça);
- Implementação de perímetros de protecção de captações de abastecimento de água;
- Optimização energética de estações elevatórias do Sistema de Abastecimento de Água I e II.

Os projectos de execução acima mencionados serão gradualmente desenvolvidos, com início no primeiro semestre do ano de 2011.

No que respeita a Estudos e actividades acessórias executados e desenvolvidos durante 2010, destacam-se os seguintes:

- Acompanhamento directo da Nota Técnica sobre “Protecção de Emergência do Sistema Interceptor de Águas Residuais Tratadas da Margem Norte da Lagoa de Óbidos e Exutor Submarino da Foz do Arelho”, elaborada em Janeiro de 2010 pelo Departamento de Hidráulica e Ambiente – Núcleo e Estuários e Zonas Costeiras do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Análise da viabilidade técnica de alimentação de um reservatório de água para incêndio utilizando para tal água residual tratada da ETAR da Nazaré (Município da Nazaré);
- Elaboração de parecer sobre o pedido de ligação de águas residuais industriais da Pernod-Ricard, Portugal, ao Sistema de Saneamento do Rio Real/ETAR da Charneca (Município do Bombarral), e posterior envio de pedido de autorização para o Concedente;
- Elaboração de parecer sobre o pedido do Município de Arruda dos Vinhos para criação de novo ponto de entrega de água – Quinta da Pataca, e posterior envio de pedido de autorização para o Concedente;
- Acompanhamento do processo relacionado com o pedido da empresa Águas de Alenquer para criação de novo ponto de entrega de água no Subsistema da Quinta da Vassala - Interaves, e posterior envio de pedido de autorização para o Concedente;
- Elaboração de Estudo sobre a análise da viabilidade técnica da eventual ligação das águas residuais urbanas dos lugares servidos pelo Subsistema de Saneamento do Barril (SIMTEJO) - Azenha dos Tanoeiros, Casais da Areia, Casal das Azenhas e Casais da Breguia (freguesia da Encarnação / concelho de Mafra), ao Subsistema de Saneamento de Santa Cruz / Silveira;
- Colaboração directa com o INAG no âmbito de preparação de resposta ao Acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (Processo 530/07), Aplicação da Directiva 91/271/CEE – Tratamento de Águas Residuais Urbanas – Costa Oeste;
- Emissão de parecer no âmbito do Estudo de Avaliação de Impacte Ambiental do Parque Empresarial do Paúl (Município de Torres Vedras);
- Emissão de parecer sobre eventual ligação das águas residuais industriais da empresa Caves Bonifácio à rede em “baixa” da Carvoeira, servida pelo Subsistema de Saneamento de Dois Portos (Município de Torres Vedras);
- Emissão de parecer sobre eventual ligação das águas residuais urbanas do loteamento turístico do Cabeço do Barro, ao Sistema de Saneamento de Santa Cruz/Silveira (Município de Torres Vedras);
- Emissão de parecer sobre eventual ligação das águas residuais urbanas do loteamento turístico Dunas Parque, ao Sistema de Saneamento de Santa Cruz/Silveira (Município de Torres Vedras);
- Preparação da Revisão do Contrato de Concessão – elaboração dos Modelos Técnicos de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, acompanhamento directo da revisão do EVEF, e preparação dos novos Anexos I (Descrição do Projecto Global) e Anexo II (Definição da área abrangida);
- Pedido de Parecer Rede Natura 2000 (ICN) relativo ao Projecto de construção do reservatório de Moinho de Via-Vai - 2ª fase (Subsistema de Abastecimento de Água II – Zona Norte) e emissário da Corrieira (Sistema de Saneamento do Real);
 - ✓ Pedido de Parecer para desafectação de área RAN (DRAP LVT) relativo ao Projecto de construção do reservatório de Moinho de Via-Vai - (Subsistema de Abastecimento de Água II – Zona Norte);
 - ✓ Pedido de Informação Prévia (ARH - Tejo) para a nova ETAR de Santiago dos Velhos (Município de Arruda dos Vinhos);
 - ✓ Pedido de Autorização para ocupação do Domínio Público Hídrico (ARH - Tejo) relacionado com a construção da Ampliação do Sistema de Saneamento do Carregado e ETAR de Alenquer (Município de Alenquer);
 - ✓ Acompanhamento do processo de licenciamento do Subsistema de Saneamento de Casais de Baixo / Casais de Brito (Município da Azambuja) na EN3 (EP);
 - ✓ Fecho do processo de licenciamento de ocupação de Domínio Público Hídrico (ARH - Tejo) do Sistema Interceptor da Zambujeira (Município da Lourinhã);
 - ✓ Acompanhamento directo do “Plano Director para a Criação dos Sistemas Multimunicipais de “Baixa” de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro”, nomeadamente através da participação nas reuniões tidas com os diversos Municípios abrangidos pelo Projecto e esclarecimento de dúvidas em termos de articulação “alta”/“baixa”.

Na área de Sistemas de Informação Geográfica tiveram lugar, em 2010, as seguintes actividades principais:

- Monitorização pormenorizada do avanço da Lagoa de Óbidos e mar na zona adjacente ao Interceptor Geral da Margem Norte da Lagoa de Óbidos e arranque do Exutor Submarino da Foz do Arelho;
- Carregamento dos dados referentes à campanha 2009 do "Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" (INSAAR);
- Revisão e carregamento das telas finais recebidas durante o ano em causa;
- Envio de cadastro das infra-estruturas geridas pela AdO a entidades externas, e aos Municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais;
- Definição final da configuração técnica e cadastral do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais gerido pela empresa;
- Levantamento e identificação pormenorizada, em colaboração directa com o DOP/DEAR, dos pontos de recolha existentes ao longo dos diversos Subsistemas Interceptores geridos pela empresa;
- Elaboração de plantas de implantação de apoio à identificação dos pontos de medição de caudal nos Sistemas de Saneamento de Águas do Oeste (medição de caudal em Subsistemas com serviço a mais que um cliente);
- Apoio topográfico e cadastral a vários projectos de abastecimento e saneamento em curso na AdO;
- Apoio ao DIE no âmbito da revisão e análise das bases de dados de proprietários abrangidos pelos processos de servidão e expropriação;

No que respeita aos Sistemas de Informação, há a destacar as seguintes actividades:

- Actualização do software anti-spam para o servidor de e-mail da Águas do Oeste;
- Continuação do processo de reorganização da informação partilhada em rede, nomeadamente definição de estratégia de replicação da mesma entre os diversos sítios com colaboradores presentes - Convento, ETAR da Charneca e ETAR da Silveira/Santa Cruz;
- Optimização do funcionamento do software para *backup* automático e de "*disaster recovery*" adquirido em 2009;
- Optimização da disponibilização via http da informação partilhada entre o Convento de S. Miguel e a ETAR da Charneca;
- Implementação de área técnica/armazém de equipamentos informativos na ETAR da Charneca, com vista à criação de um espaço próprio e adequado para melhoria das condições de prestação de serviços por parte da empresa contratada;
- Início do processo de inventariação do material em stock e identificação de equipamento obsoleto/fora de serviço.

Obras

O ano de 2010 caracterizou-se pela continuidade na execução dos objectivos da empresa em matéria de investimentos, seja na construção de infra-estruturas, seja na sua colocação em serviço, após reunidas as condições de arranque dos diversos sistemas, nem sempre coincidentes, por razões diversas, com a conclusão física das infra-estruturas.

O ritmo de execução dos investimentos da empresa, foi marcado pelo desenvolvimento das seguintes intervenções principais, concluídas no ano de 2010:

- Reabilitação das ETAR de Figueiros (Cadaval) e Sancheira (Óbidos);
- Execução da Ampliação dos Sistemas de Saneamento de Torres Vedras;
- Execução de Espaços Exteriores da ETAR de Vale de Paredes (Alcobaça);
- Remodelação da ETAR de Sobral de Monte Agraço;
- Construção do Emissário Gravítico Casal Torneiro/Seixosa (Lourinhã);
- Construção do Sistema de Saneamento do Casal de Camarão (Bombarral e Cadaval);
- Ampliação do Sistema de Saneamento de Nazaré;
- Construção do Sistema de Saneamento da Margem Norte do Arnóia (Óbidos);
- Execução do Desvio de Adutora de abastecimento de água em Sobral de Monte Agraço;

- Substituição da Adutora EPAL - Reservatório Vila Nova da Rainha (Azambuja);
- Construção da conduta Adutora Vale Marinhas/Marmeleira (Rio Maior);
- Execução da Estação e Conduta Elevatória de Farol (Azambuja);
- Reabilitação do Sistema de Saneamento de Miragaia (Lourinhã);
- Ampliação do Sistema de Saneamento de Aveiras de Baixo (Azambuja);
- Reposição do Sistema de Saneamento de Refugidos (Alenquer);
- Reposição do Sistema de Saneamento de Maxial - Valentina (Torres Vedras);
- Instalações de grupos electrogéneos de emergência em estações elevatórias do sistema de saneamento de Fervença (Alcobaça).

Foram ainda fortemente desenvolvidas as seguintes intervenções, cujo encerramento das respectivas empreitadas decorrerá durante o ano de 2011:

- Ampliação do Sistema de Saneamento do Real (Dagorda, Estorninho, Sanguinhal) (Cadaval e Bombarral);
- Remodelação da ETAR do Carregado (Alenquer);
- Remodelação da ETAR de Alenquer;
- Construção da ETAR de Pontes de Monfalim (Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço);
- Sistema de Saneamento de Vale de Óbidos (Rio Maior);
- Sistema de Saneamento de Santiago dos Velhos (Arruda dos Vinhos);
- Sistema Interceptor de Baleal (Peniche);
- Sistema de Saneamento de Casais de Baixo e Espingardeiro (Azambuja).

Algumas das intervenções referentes a sistemas de saneamento poderão ficar condicionadas à obtenção das respectivas Declarações de Utilidade Pública, pelo que, sendo matéria que não está na dependência da Águas do Oeste, poderá tal facto determinar um atraso complementar na conclusão para além do segundo trimestre.

No ano de 2010 foram ainda criadas condições para que, no ano de 2011, se possam vir a iniciar, e na generalidade das situações concluir, os seguintes investimentos:

- Ponto de entrega da Quinta da Pataca (Arruda dos Vinhos);
- Fornecimento de Instalação de Grupos Geradores – Sistema de Abastecimento de Água | Lourinhã, Cadaval e Óbidos);
- Reservatório de Montijo (Sobral de Monte Agraço);
- Sistema de Saneamento do Paço (II Fase) e ETAR do Paço (Lourinhã e Peniche);
- ETAR de Margem Norte do Arnóia (Óbidos);
- ETAR de Santiago dos Velhos (Arruda dos Vinhos);
- Sistema de Saneamento de Maceira (I Fase) (Torres Vedras);
- Reabilitação da lagoa de água tratada na ETAR de Atouguia da Baleia (Peniche);

Importa ainda salientar que, fruto de alterações de circunstâncias e de optimização de opções técnicas, procedeu-se a um ajustamento do investimento previsto para a concessão, com uma redução da ordem dos €4.000.000.

O ano de 2010 foi ainda fortemente marcado pelo arranque de diversas instalações. O arranque de um elevado número de instalações, com toda a complexidade, no plano externo, mas também de articulação interna, e numa fase em que a actividade de exploração da empresa já é muito significativa, contribuiu para a consolidação da empresa e exigiu um esforço de diversos sectores da empresa, que não pode deixar de ser assinalado. Foram colocadas em serviço as seguintes infra-estruturas:

- Conduta adutora ao reservatório da Zona Industrial em Azambuja;
- Conduta adutora ao reservatório de Sobral de Monte Agraço;
- Limpeza, desinfecção e arranque do abastecimento ao Município da Nazaré (Ponto de Entrega de Pederneira e Fanhais);
- Limpeza e desinfecção do sistema em alta para abastecimento ao reservatório Municipal de Turquel (Alcobaça);

- Limpeza, desinfecção e arranque do abastecimento aos pontos de entrega de Marmeleira e Cabeços, no Município de Rio Maior;
- Desactivação da ETAR de Reinaldes e colocação em serviço da EE de Reinaldes (Peniche);
- Colocação em serviço das EE de Ereira, Larana, Vale Cruzes I e II (Sistema de Saneamento de Maxial - Torres Vedras);
- Colocação em serviço das EE de Casal Barbas, Furadouro e Almeirinhos (Sistema de saneamento de Turcifal - Torres Vedras);
- Colocação em serviço da EE de Sobral de Parelhão (Cadaval e Bombarral);
- Arranque da ETAR de Nazaré;
- Arranque da ETAR de Alenquer;
- Arranque da ETAR de Carregado - Alenquer;
- Arranque da ETAR de Pontes de Monfalm (Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço);
- Arranque da ETAR de S.J. Ribeira (Rio Maior);
- Arranque da ETAR de Vale de Paredes (II Fase) e EE da Mina (Alcobaça);
- Arranque da EE da Quinta do Bolardo (Lourinhã);
- Arranque da EE de Vale Vite, Campelos I, II e III, Pinhoa, Sobral, Casal Novo da Amieira e Amieira (Lourinhã e Torres Vedras);
- Arranque da EE de Peral, Sobrena e EE R5 e Ventosa (Óbidos);
- Arranque da EE de Vale Rolão (Bombarral);
- Arranque da EE de Rochaforte (Cadaval);
- Arranque da ETAR de Sobral de Monte Agraço.

Em resumo, no ano de 2010 procedeu-se à colocação em serviços de um total de 31 infra-estruturas de dimensão intermédia (condutas, pontos de entrega e EE) a que acresce o arranque de 7 ETAR.

No ano de 2010, foram realizadas acima de 40 acções de formação envolvendo fornecedores de equipamentos de infra-estruturas e correspondentes reuniões de equipas internas da Águas do Oeste em processos de transferência de infra-estruturas para as áreas de operação e manutenção.



Também durante o ano de 2010 se procedeu, em articulação com as entidades gestoras da “baixa”, à identificação e à ligação das redes “em baixa” ao Sistema Multimunicipal, como foram os casos do Município de Cadaval, onde se procedeu à efectivação da quase totalidade dos pontos de recolha, do Município de Sobral de Monte Agraço, onde estão em conclusão as ligações ao sistema de saneamento de Gosundeira e as ligações ao sistema de saneamento de Pontes de Monfalm e do Município de Lourinhã, onde estão referenciadas diversas ligações aos sistemas de Miragaia e Zambujeira. Em termos globais, o total de pontos de ligação, identificados, ligados ou com ligações em curso, em colaboração com as entidades “em baixa”, é da ordem da centena.

O ano de 2010 foi ainda caracterizado, pela negativa, por diversos furtos em instalações da empresa com sistemas em fase de preparação de arranque, dificultando e, nalgumas situações impedindo, a colocação em serviço de algumas infra-estruturas (e.g. Captação de Arrifana, ETAR de Runa e ETAR de Gosundeira).

Verificou-se, também, a existência de condicionantes várias, na dependência dos sistemas “baixa”, que determinam um arranque desfasado dos sistemas ou mesmo a impossibilidade da sua colocação em serviço.

Disponibilização de Terrenos e Licenciamentos de Obras

Apesar dos assinaláveis esforços que a Águas do Oeste, S.A. desenvolveu ao longo dos últimos anos no sentido de prosseguir com a execução das diversas infra-estruturas, sempre com o objectivo de cumprir os prazos originalmente previstos, a não obtenção

atempada de Declaração de Utilidade Pública foi um dos factores principais, em diversos casos comprovadamente o único, para grande parte dos atrasos ocorridos. Num quadro em que uma DUP e processos que a antecedem (obtenção de autorização para utilização de Domínio Público Hídrico e de áreas abrangidas pela Reserva Ecológica Nacional) demoraram, por regra, três anos a serem finalizados, tornou-se inevitável avançar directamente para a negociação por via do direito privado.

No ano de 2010 foram negociadas um total de 120 parcelas por via do direito privado.

O total de parcelas já negociadas desde o início da Concessão ascende a cerca de 4820.

Não obstante, no ano de 2011, perspectiva-se que estas dificuldades se mantenham determinando a impossibilidade de, em situações agora pontuais, os sistemas poderem ser colocados em serviço em toda a sua extensão.

Candidaturas ao Fundo de Coesão

São os seguintes os valores das candidaturas ao Fundo de Coesão, com as alterações já aprovadas no que diz respeito ao investimento total elegível:

Candidatura	Investimento Elegível na Decisão em vigor (€)	Despesa Apresentada no Gestor Sectorial até 31-Dez-2010 (€)	Percentagem de Realização do Projecto (%)	Financiamento a Fundo Perdido (%)
FC 2000/PT/16/C/PE/001 (1º Grupo de Projectos de Saneamento)	30.266.469	25.778.741	85,17%	85%
FC 2004/PT/16/C/PE/006 (2º Grupo de Projectos de Saneamento)	71.842.856	49.124.150	68,38%	70%
FC 2004/PT/16/C/PE/008 (3ª Fase - Abastecimento de Água)	67.377.282	56.179.683	83,38%	55%

Durante o ano de 2010 é de destacar:

- O pedido de Reprogramação física e temporal da Candidatura FC 2000/PT/16/C/PE/001 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (1º Grupo de Projectos de Saneamento)", aprovado em 2 de Dezembro de 2010;
- O pedido de Reprogramação física e temporal da Candidatura FC 2004/PT/16/C/PE/006 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (2º Grupo de Projectos de Saneamento)";
- O pedido de Reprogramação física e temporal da Candidatura FC 2004/PT/16/C/PE/008 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (3ª Fase – Abastecimento de Água)";
- A apresentação de um conjunto significativo de pedidos de pagamento, 30 pedidos, num montante de cerca de €19.409.624,73;
- A resposta a diversos pedidos de esclarecimento solicitados pelo POVT, num total de 22 respostas.

9. Actividade Operacional

Operação - Abastecimento de Água

Na operação do abastecimento de água, em 2010, destaca-se:

- O início do fornecimento de água ao Município da Nazaré, o que correspondeu ao arranque dos pontos de entrega (PE) da Pederneira e Fanhais.
- O início de exploração dos PE de Marmeleira e Cabeços, localizados no Município de Rio Maior.
- A transferência do Município da Lourinhã para a AdO da exploração dos sistemas do Pinhal e do Paço.
- O início da exploração da captação do Farol (Azambuja).
- O início da exploração do sistema de Vale Rolão (Bombarral).
- A transferência do Departamento de Sistemas e Responsabilidade Social (DSRE) para o Departamento de Abastecimento de Água (DEAG) da responsabilidade pela recolha das amostras necessárias ao cumprimento do Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA).

No ano de 2010 a Águas do Oeste forneceu água a 14 Municípios, tendo o início do fornecimento a todos eles ocorrido em anos anteriores, excepto à Nazaré em que ocorreu no mês de Junho. O início do fornecimento a Alcobaça não se iniciou, embora estejam já concluídas as infra-estruturas que o permitem fazer, estando apenas em falta a ligação física das caixas dos Pontos de Entrega (PE) aos respectivos reservatórios.

Em meados de Dezembro de 2010 o município de Alcobaça solicitou à Águas do Oeste o início do fornecimento de água ao ponto de entrega de Turquel, tendo-se procedido, ainda nesse mês, aos trabalhos de arranque, limpeza e desinfecção do troço de ligação ao respectivo reservatório municipal.

Após a transferência do DSRE para o DEAG, da gestão da monitorização da qualidade da água de âmbito operacional, a qual ocorreu em Novembro de 2009, este Departamento passou, também, a assumir a responsabilidade pela recolha das amostras realizadas no âmbito do PCQA. Com esta transferência, o Departamento de Abastecimento de Água passou a dispor de 2 técnicos de colheitas de amostra e as respectivas viaturas de serviço utilizadas para a realização do serviço.

Com a transferência da monitorização para o Departamento de Abastecimento, procedeu-se à reformulação dos planos de monitorização e a um maior envolvimento das equipas de operação na monitorização operacional, tendo-se verificado uma redução nos custos associados a esta actividade.

Ao longo do ano de 2010, foram colocados em serviço vários troços de novas condutas, que permitiram substituir troços antigos ou iniciar o fornecimento a novos Pontos de Entrega.

Em suma, ao longo de 2010 iniciou-se a exploração dos seguintes novos PE "em alta": Giesteira (Arruda dos Vinhos), Pederneira e Fanhais (Nazaré), Abelheira e Pena Seca (Lourinhã), Cabeço e Marmeleira (Rio Maior).



Sublinha-se que o início da exploração de novas infra-estruturas de abastecimento não acarretou a contratação de mais operadores.

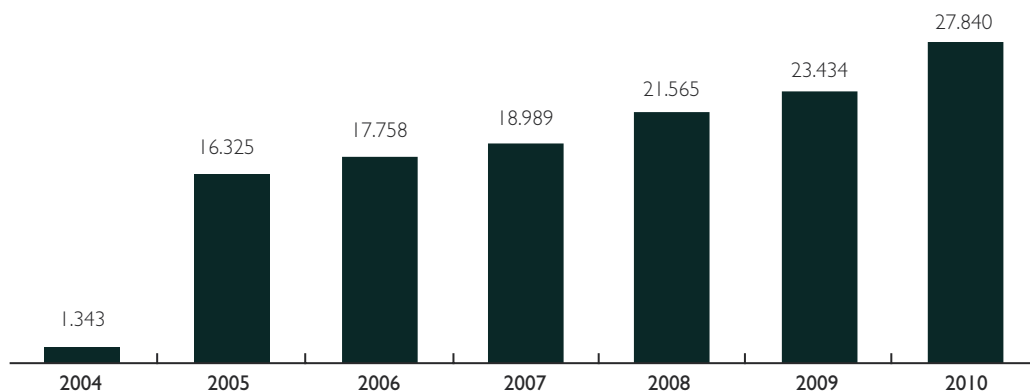
Marco importante foi, também, o crescimento dos caudais fornecidos em 2010 aos Municípios em que se iniciou o fornecimento em 2008, comparativamente a 2009, nomeadamente, Caldas da Rainha, e Rio Maior, embora inferiores aos caudais mínimos contratuais.

A Águas do Oeste para além da principal fonte de água que é a EPAL, mantém em exploração algumas captações próprias transferidas pelos Municípios que, na maioria das situações, constituem uma redundância à água fornecida pela EPAL, contribuindo, por isso, para o aumento da garantia da continuidade do fornecimento aos Clientes e Accionistas da AdO.

Considerando o acumulado dos caudais captados e adquiridos no ano de 2010, a água captada, produzida em captações próprias, manteve-se sensivelmente idêntica à de 2009, correspondente a cerca de 11% do volume total de água fornecido, sendo os restantes 88% fornecidos pela EPAL. Embora fosse expectável que em 2010 a percentagem de água com origem na EPAL crescesse, não foram fornecidos os volumes previstos aos PE fornecidos com aquela água ou não se chegou a iniciar o fornecimento de água, nomeadamente a Alcobaça, Óbidos, Rio Maior e Caldas da Rainha.

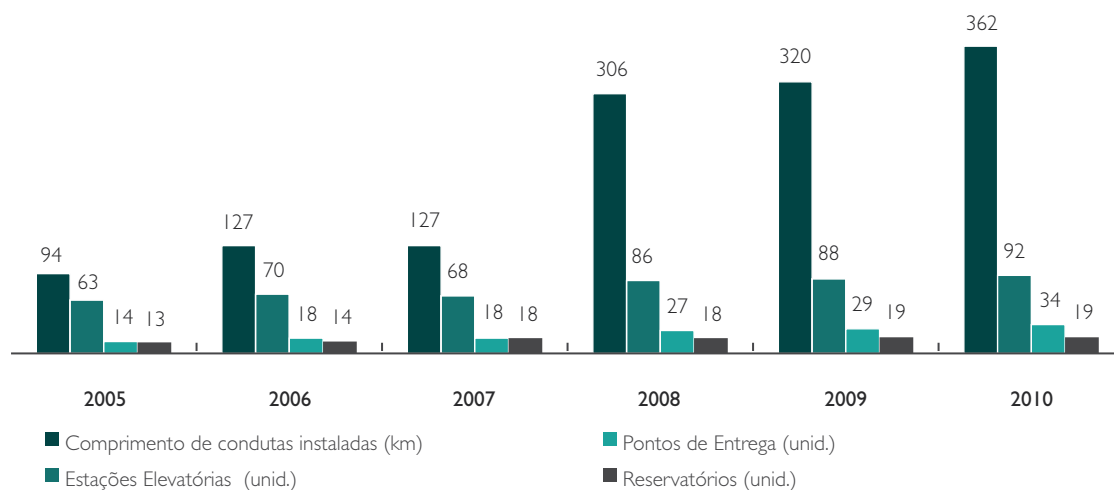
Durante o ano de 2010 a Águas do Oeste explorou infra-estruturas que permitiram o fornecimento de água "em alta" a catorze Municípios da região Oeste, tendo-se traduzido num total de abastecimento de 27.840 milhares de metros cúbicos de água facturada, valor que inclui 3.519 milhares de metros cúbicos, correspondentes aos caudais contratuais para 2010, facturados a Alcobaça.

Abastecimento de Água - água facturada (milhares de m³)



O conjunto das infra-estruturas em exploração compreende, 57 captações, 2 ETA (deixou-se de considerar o Sistema de Captação de Figueiros como ETA uma vez que só se está a fazer desinfecção), 19 reservatórios, 34 estações elevatórias, 92 pontos de entrega e cerca de 360 km de condutas.

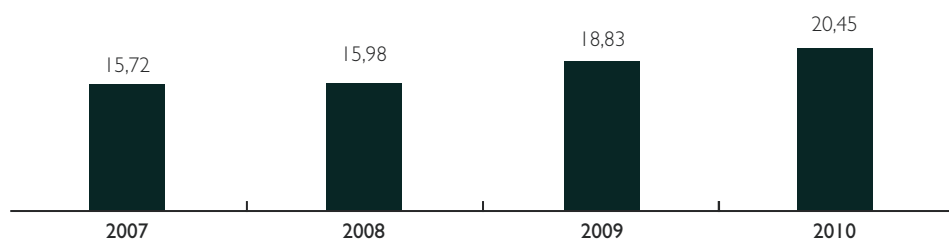
Infra-estruturas de Abastecimento de Água (km/unid.)



Operação - Águas Residuais

Durante o ano de 2010 a Águas do Oeste explorou infra-estruturas que permitiram o tratamento de águas residuais provenientes de catorze Municípios da região Oeste, tendo-se traduzido num total de facturação de 20.45 milhões de metros cúbicos de água residual tratada.

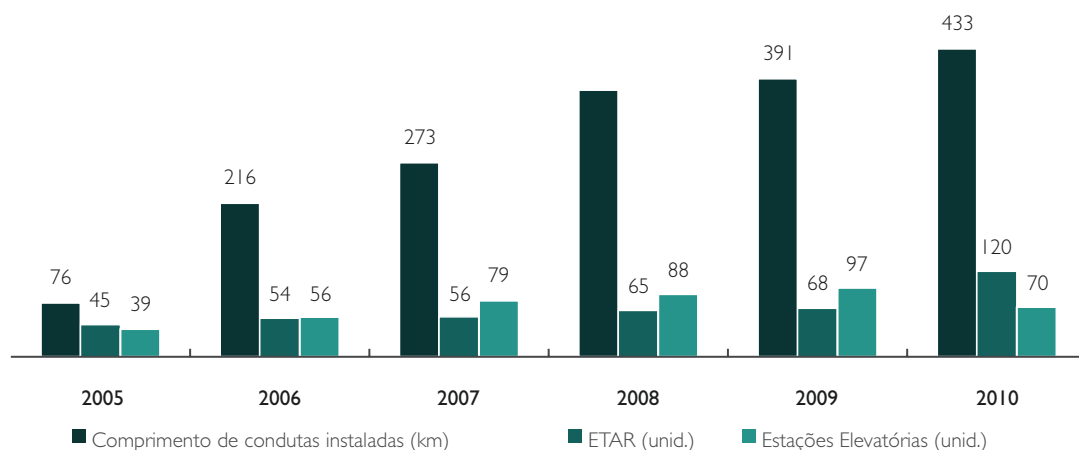
Saneamento - Água residual tratada facturada (milhões de m³)



No final de 2010 encontravam-se em operação 70 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e 120 Estações Elevatórias (EE).

O Gráfico evidencia a evolução do número de km de condutas instaladas, EE e ETAR em operação, de 2005 a 2010:

Infra-estruturas de Saneamento (km/unid.)



Em 2010, a AdO iniciou a operação de duas novas ETAR: ETAR de S. João da Ribeira (Rio Maior) e ETAR de Pontes de Monfalim (Sobral de Monte Agraço). No decorrer do ano foram desactivadas 2 instalações: ETAR de Reinaldes (Peniche) e ETAR de Figueiras (Torres Vedras), tendo as mesmas sido reconvertidas em Estações Elevatórias.

Na actividade de Transporte, registou-se o início da operação das seguintes estações elevatórias:

Município	Subsistema	Designação
Alcobaça	Vale de Paredes	EE da Mina
Alenquer	Carregado	EE da Casal Pinheiro
Cadaval	Charneca	EE B2 (Bogota 2)
Cadaval	Charneca	EE R5 (Real V)
Cadaval	Charneca	EE R6 (Real VI)
Cadaval	Charneca	EE de Sobrena
Cadaval	Charneca	EE da Ventosa
Lourinhã	Miragaia	EE de Quinta do Bolardo (Miragaia)
Lourinhã	Miragaia	EE de Vale Vite
Peniche	Atouguia da Baleia	EE de Casais Brancos 3
Peniche	Atouguia da Baleia	EE de Casais do Mestre Mendo
Peniche	Atouguia da Baleia	EE de Reinaldes
Torres Vedras	Maxial	EE de Casais Larana
Torres Vedras	Maxial	EE de Ereira
Torres Vedras	Maxial	EE de Vale Cruzes I
Torres Vedras	Maxial	EE de Vale Cruzes II
Torres Vedras	Miragaia	EE de Casal da Amieira
Torres Vedras	Miragaia	EE de Casal Novo da Amieira
Torres Vedras	Torres Vedras	EE de Benfica
Torres Vedras	Torres Vedras	EE de Figueiras
Torres Vedras	Torres Vedras	EE de Pedrulhos
Torres Vedras	Turcifal	EE de Almeirinhos
Torres Vedras	Turcifal	EE de Casal Barbas
Torres Vedras	Turcifal	EE de Furadouro

Foi assegurado o controlo de qualidade, a nível interno, pelo Laboratório da Águas do Oeste, situado na ETAR de Santa Cruz/Silveira e, para efeitos de avaliação da conformidade legal, por uma entidade externa, certificada para o efeito.

O laboratório interno desta empresa assegurou a realização das análises previstas nos PCA (Plano de Controlo Analítico), tendo para o efeito procedido à realização de 31.211 determinações analíticas.

Em 2010 foi consolidada a prática, de forma generalizada e sistemática, de observações microscópicas da biomassa nas ETAR de Lamas Activadas. Esta rotina, permite identificar e caracterizar a biomassa existente nos reactores biológicos e efectuar o histórico das espécies presentes, com o objectivo de avaliar atempadamente eventuais problemas operacionais.

No que se refere à avaliação da conformidade legal, e, tal como referido anteriormente, é garantida por uma entidade idónea, devidamente certificada para o efeito. Esta opção contribui para assegurar a qualidade do serviço prestado pela Águas do Oeste e garantir a confiança dos nossos clientes. Neste âmbito, foram realizadas cerca de 6.200 análises.

Relativamente aos resíduos gerados nos processos de tratamento de águas residuais, verificaram-se produções de cerca de 560 m³ de gradados, 600 toneladas de areias e cerca de 15.000 toneladas de lamas. Estes resíduos foram encaminhados para destino final adequado. No que se refere às lamas, foram encaminhadas para valorização agrícola, compostagem e Aterros de Resíduos Não Perigosos.

No que se refere à actividade de *outsourcing*, a empresa manteve o recurso à prestação de serviços externa na área de operação e manutenção nas ETAR de Rio Maior, Atouguia da Baleia e Zambujeira.

Foi efectuado um estudo da aplicação da Recomendação n.º4/2007, da ERSAR, aos caudais diários afluentes às instalações da Águas do Oeste, no período que decorreu entre Julho de 2009 a Junho de 2010.

Foram lançados 5 procedimentos de contratação pública, dos quais se salienta o Concurso Público por Prévia Qualificação "DEAR03 2010 - Remoção, Transporte e encaminhamento para destino final de resíduos na área de intervenção da Águas do Oeste, S.A."

Em colaboração com o DESI, foi efectuado o levantamento de pontos de recolha na totalidade dos sistemas de saneamento em operação.



Outras actividades

Manutenção e Telegestão

Durante o ano de 2010 a manutenção das infra-estruturas da empresa foi assegurada em regime de *outsourcing*, com o acompanhamento e controlo da prestação de serviços efectuado internamente pelo Departamento de Manutenção.

A gestão dos trabalhos de manutenção foi efectuada com recurso ao sistema informático central do grupo AdP - "MAXIMO". O número de solicitações registadas no sistema, excluindo manutenção preventiva, ultrapassou as 3.800 durante o ano de 2010.

No âmbito da prestação de serviços de manutenção estão incluídas todas as actividades de Manutenção Preventiva Sistemática, Manutenção de Base Condicionada e Manutenção Correctiva dos equipamentos, das instalações eléctricas e hidráulicas, da instrumentação, da automação e telegestão assim como dos órgãos mecânicos instalados na generalidade das infra-estruturas cuja operação é assegurada pela Águas do Oeste. Também no âmbito desta prestação, foram entre outras, executadas as intervenções de reparação de roturas em condutas, assim como a desobstrução e inspecção de colectores.

Considerando que a prestação de serviços de manutenção terminava em 2010, de forma a manter em regime de *outsourcing* as actividades de manutenção, foi lançado o concurso público para "Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Oeste" e tomada a decisão de adjudicação da nova prestação a iniciar em 2011.

Na sequência dos estragos provocados pelo temporal de 23 de Dezembro de 2009 e das inundações de Janeiro e Março de 2010 que afectaram significativamente algumas infra-estruturas da empresa, procedeu-se à contabilização dos custos, ao acompanhamento dos processos de peritagem e à execução dos respectivos trabalhos de reparação.

Foi efectuada a gestão dos trabalhos de emergência para protecção do emissário submarino da Foz do Arelho, que se encontrava em risco devido à erosão provocada pelas marés na margem norte da lagoa. Estes trabalhos consistiram na realização de dois esporões em pedra e na colocação de sacos de areia na margem da lagoa, assim como a criação de uma barreira de protecção em pedra na zona frontal ao rebentamento.

No âmbito da gestão dos EMM (Equipamentos de Medição e Monitorização) foram executados os planos de calibração e ensaio previstos, onde se incluem os medidores de caudal de facturação da empresa.

Dando continuidade aos trabalhos realizados em anos anteriores, foi efectuada a integração no sistema de telegestão das novas infra-estruturas de abastecimento de água da empresa, à medida que as mesmas foram colocadas em exploração. Com excepção de algumas infra-estruturas mais recentemente transferidas dos Municípios para a AdO, a generalidade das instalações de abastecimento de água da empresa encontra-se integrada no sistema de telegestão. Para além de permitir o controlo e/ou monitorização dos equipamentos e instalações, este sistema integra a detecção de intrusão nas infra-estruturas de abastecimento de água da empresa, tal como a gestão de acessos às mesmas incluindo a abertura automática das portas mediante a utilização do cartão dos seus Colaboradores ou centralmente a partir do centro de comando. A automação implementada permite a racionalização dos custos de energia eléctrica, mediante a parametrização de diferentes *set points* de acordo com os preços da energia eléctrica nos diferentes períodos tarifários.

Na sequência da decisão de implementação da telegestão nalgumas infra-estruturas consideradas mais críticas dos subsistemas de saneamento de águas residuais, foi lançado o concurso para “Implementação do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais” que prevê a inclusão de 49 (quarenta e nove) estações elevatórias e 10 (dez) ETAR no decorrer do ano de 2011.

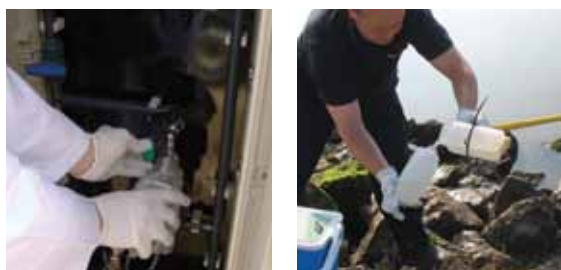
Monitorização

Monitorização da qualidade da Água

Atendendo ao Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR, para o ano de 2010, a AdO realizou todas as colheitas planeadas e avaliou, diariamente, os resultados comunicados pelo laboratório subcontratado.

Os dados provenientes do laboratório e recolhidos em campo foram introduzidos em ficheiros específicos para o efeito, com a correspondente verificação de cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pela legislação em vigor e cumprimento geral do PCQA, nomeadamente em termos de número de análises realizadas.

Trimestralmente, foram preparados e enviados, a todas as entidades gestoras “em baixa” e à ARS-LVT, os resultados analíticos obtidos no âmbito deste plano, os quais são também disponibilizados na área reservada disponível no site da AdO.



Monitorização da qualidade da água das ribeiras, lagoas e do mar

No âmbito da monitorização dos meios receptores, mais concretamente no que se refere ao preconizado nos Planos de Monitorização dos Emissários Submarinos da Foz do Arelho – zona de descarga, praias, rios afluentes e Lagoa de Óbidos; da Nazaré – zona de descarga, praias e rio Alcoa; de São Martinho do Porto – zona de descarga, Baía de São Martinho do Porto e rio Tornada e no Plano de Monitorização das Linhas de Água, efectuou-se o acompanhamento das campanhas de amostragem realizadas.

A AdO efectua também a monitorização do Meio Envoltivo de forma a avaliar o impacto ambiental decorrente da descarga das águas residuais tratadas nas suas instalações.

Foi também redefinida a estratégia de actuação nesta área, de forma a otimizar os recursos humanos e financeiros da AdO.

Em coordenação com ARH, foi redefinido o âmbito da monitorização dos meios receptores, sendo aplicável aos meios receptores de ETAR com capacidade nominal superior a 10.000 habitantes-equivalentes ou cujo uso associado ao meio receptor seja particularmente exigente.

Na sequência desta redefinição, foi aprovado pela ARH o Plano de Monitorização de Meios Receptores relativo ao Ano Hidrológico 2010-2011, que se encontra em execução.

Numa lógica de avaliação global do desempenho ambiental (no que respeita ao progressivo benefício das condições sanitárias das praias que recebem rios com contributos de águas residuais tratadas pela empresa), a AdO assegurou a elaboração do “Relatório: Bandeira Azul para o período compreendido entre os anos 2000 e 2010”.

Este relatório demonstra, pois, que a actividade da empresa pode contribuir de uma forma positiva para a qualidade da água que aflui às zonas balneares, potenciando o seu enquadramento em classificações que possibilitam a obtenção do referido galardão.

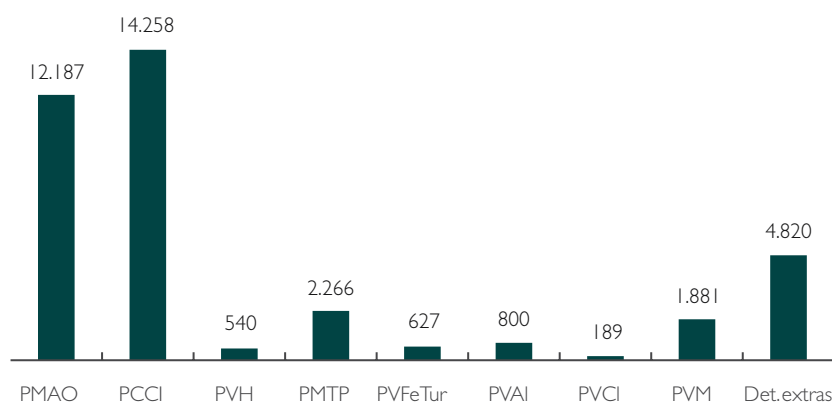
Monitorização da qualidade da água – Controlo operacional

No ano de 2010, a monitorização da qualidade da água foi realizada de acordo com as diversas etapas existentes na actividade de abastecimento de água, e teve por base o descrito nos diversos planos e programas de monitorização de controlo operacional, a saber: Plano de Monitorização da Água na Origem (PMAO), Plano de Controlo de Corrosão e Incrustação (PCCI), Plano de Monitorização do Troço Principal de abastecimento de água Alcanhões - Óbidos/Sistema Norte (PMTP), Plano de Vigilância de água

entregue (indirectamente) a clínicas de Hemodiálise (PVH), Programa de Vigilância Microbiológica (PVM), Programa de Vigilância do Ferro e Turvação (PVFeTur), Programa de Vigilância do Alumínio (PVAI) e Programa de Vigilância do Cloro e subprodutos (PVCI).

No âmbito dos planos e programas de monitorização da qualidade da água de controlo operacional, foram realizadas 37.568 determinações analíticas no ano de 2010, como se evidencia na figura seguinte.

Número de determinações analíticas por plano de monitorização



Planos e programas de monitorização

Atendendo à opção da Águas do Oeste em manter a amostragem da água para consumo humano sob a responsabilidade da empresa, o segundo Técnico de Colheitas afecto a este serviço, realizou o correspondente exame, tendo obtido a certificação da amostragem, concedida pela Relacre.

Por forma a melhorar a organização e a gestão das bases de dados da qualidade da água e a otimizar o tratamento de informação, foi dada continuidade ao trabalho de desenvolvimento da aplicação GIBDQA (Gestão Integrada de Bases de Dados da Qualidade da Água).

No final de 2010 foi realizada uma reformulação dos planos e programas de monitorização da qualidade da água de controlo operacional, com o objectivo de redução de custos, sem que fosse colocada em causa a qualidade do controlo do produto.

Desenvolvimento das actividades associadas a Saúde e Segurança no Trabalho

O ano de 2010 foi, sem dúvida, um ano em que muito se apostou na segurança dos trabalhadores da Águas do Oeste. Após os primeiros anos, em que o ritmo de investimentos e de arranque de instalações foi alucinante e em que a segurança e a saúde dos trabalhadores foram acompanhadas de forma evidente e rotineira, chegou - em 2010 - a altura ideal para garantir uma reflexão sustentada e reforçada sobre as actividades desenvolvidas e sobre os efectivos riscos que lhes estão associados. Este trabalho alicerçou-se no "Plano de Acções em matéria de SST", no qual se traduziram os resultados do levantamento efectuado e as tarefas a desencadear por cada Direcção/Departamento da empresa.



Em 2010, efectuaram-se análises de riscos/perigos a cerca de 100 instalações, realizaram-se múltiplas reuniões com os diversos serviços da empresa para análise dos resultados obtidos e das medidas de controlo propostas, acompanharam-se todos os turnos dos trabalhadores operacionais do sistema de abastecimento de água e do sistema de tratamento de águas residuais (para melhor percepção dos riscos a que se encontram sujeitos), procedimentaram-se diversas actividades consideradas de risco, foram elaborados diversos regulamentos e estudos específicos, adquiriram-se variados equipamentos de monitorização das condições de SST e de protecção individual, garantiu-se a devida gestão e distribuição dos materiais de primeiros socorros, organizaram-se eventos temáticos em matéria de SST, colocou-se sinalética adequada aos riscos identificados, elaboraram-se ajudas visuais (panfletos e cartazes), efectuaram-se diversas sessões de sensibilização nos locais de trabalho e ministraram-se cerca de 60 horas de formação em SST.



Dos estudos elaborados destacam-se, pela sua envergadura em tempo, recursos materiais e financeiros dispendidos: (1) a avaliação da exposição dos trabalhadores a agentes biológicos e a agentes químicos, (2) a avaliação das condições de iluminância no posto de trabalho dos colaboradores que prestam serviço de carácter administrativo (ou que com o mesmo se assemelhe) e (3) a definição das medidas de auto-protecção para as instalações com carácter permanente, que decorreu concomitantemente com a manutenção dos meios de primeira intervenção (designadamente extintores).

Em termos organizacionais, a estrutura interna da AdO foi o factor potenciador de todo um conjunto de iniciativas e de acções efectivamente concretizadas. A criação de um armazém específico para armazenamento temporário de EPI's e a definição de rotas eficientes para a distribuição dos mesmos, permitiu aumentar a eficácia deste processo, na medida em que se conseguiu minimizar o tempo e os custos associados à distribuição/entrega dos mesmos.

Suiculturas

Em 2010, a Águas do Oeste continuou a prestar um constante apoio à empresa TREVOOESTE – Tratamento e Valorização de Resíduos Pecuários, S.A., na implementação do Projecto Integrado de Tratamento de Efluentes de Suinicultura nas Bacias Hidrográficas dos Rios Tornada, Real e Arnóia (Lagoa de Óbidos e Baía de São Martinho do Porto), sendo de assinalar como acontecimentos mais marcantes:

- Assessoria ao nível da gestão do contrato de empreitada da ETAR de Suinicultura de São Martinho do Porto, assegurando ainda as funções de representante do dono-de-obra e de coordenação dos trabalhos da fiscalização, salientando-se ainda o apoio prestado, sempre que lhe foi solicitado, em diversos processos com vista à resolução de divergências entre o empreiteiro e o dono-de-obra;
- Desenvolvimento das acções necessárias à execução da candidatura de financiamento do programa AGRIS do MADRP, designadamente na preparação de pedidos de pagamento e acompanhamento das visitas técnicas de auditoria efectuadas pela DRAP LVT;
- Na sequência da atribuição, em Dezembro de 2009, da licença da ETAR de Suinicultura de São Martinho do Porto como produtor independente de energia eléctrica, por parte da DGEG, foi prestado todo o apoio para o desenvolvimento do restante processo, que culminou, em Abril de 2010, na definição, por parte da EDP, da solução técnica para a ligação da ETES de S. Martinho do Porto à rede eléctrica de serviço público (RESP), terminando assim os procedimentos formais necessários para garantir a venda de energia eléctrica produzida por nesta instalação.
- Assessoria Jurídico-Administrativa ao Conselho de Administração, assegurando o seu regular funcionamento.

Foi ainda dado seguimento às actividades que permitem enquadrar as intervenções previstas na Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI), numa fase mais imediata, nos municípios de Torres Vedras, Lourinhã e Peniche e, numa segunda fase, nos restantes municípios do Oeste. Neste sentido foram desenvolvidas diversas acções em conjunto com a OesteCIM e com a TrevoOeste, de que resultou a proposta de minuta de Acordo no âmbito do Protocolo de Cooperação assinado em 2001, remetida para a Secretaria de Estado do Ambiente, em Maio de 2010, contendo os contributos do INAG.

Comunicação e Educação Ambiental

Durante o ano de 2010, a Águas do Oeste deu continuidade às actividades de Comunicação e Educação Ambiental desenvolvidas nos últimos anos, sempre com o objectivo de consolidar a imagem do Grupo Águas de Portugal e de potenciar a notoriedade da Empresa na região onde está inserida, reforçando assim as relações com os *stakeholders* e com a comunidade.

Neste âmbito, a Águas do Oeste desenvolveu inúmeras iniciativas e acções de comunicação, tais como a concepção e produção de diversos suportes de comunicação, a edição e publicação periódica dos boletins informativos AdOnotícias e Notícias Internas, a revisão gráfica e edição do relatório e contas, a participação publicitária e informativa em diversos órgãos de comunicação social, a atribuição de patrocínios diversos no âmbito da actividade da empresa, a participação em feiras e exposições municipais com *stands*, a presença em conferências, congressos, seminários e *workshops*, a actualização e a manutenção do seu *Website*, a divulgação dos principais momentos de comunicação de obras - desde o lançamento de concurso, à adjudicação e conclusão dos investimentos realizados pela Águas do Oeste junto, não só dos *stakeholders*, como também da população directamente beneficiada - entre outros.

Em 2010, destacam-se como acções de comunicação específicas, a organização de “dias abertos” e de diversas visitas realizadas a infra-estruturas em obras e/ou em operação, com a presença de autarcas, assembleias de freguesia, outras forças vivas da região e da população em geral, sempre com o objectivo de mostrar os investimentos já concretizados e o correcto funcionamento das infra-estruturas visitadas, para além das visitas técnicas realizadas, que contaram com a participação de diversas entidades, não só nacionais e internacionais, como também governamentais.

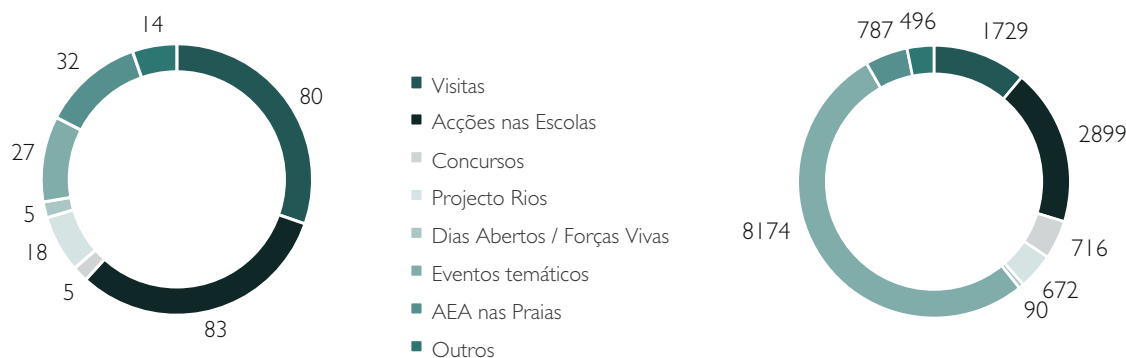
Como reconhecimentos externos pelo trabalho realizado, em 2010 a Águas do Oeste obteve uma distinção do INAG (Instituto da Água), pelo preenchimento do INSAAR – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, referente ao ano de 2009. Ao nível regional, a empresa voltou a ser destacada no *ranking* das 100 maiores e melhores empresas do distrito de Leiria, posicionando-se em 44º lugar.



A implementação de um plano de acções com vista à sensibilização das populações locais, é outra das apostas da Águas do Oeste, que permite mostrar que, para além do importante papel que a empresa tem no desenvolvimento sustentável da região, através da correcta gestão do ciclo urbano da água, cada cidadão pode, também ele, contribuir para o equilíbrio ambiental, através da mudança de atitudes no seu dia-a-dia, nomeadamente, no que diz respeito, não só à preservação dos recursos hídricos da região, como também ao uso eficiente da água e à sua racionalização. Deste modo, a Águas do Oeste continuou a desenvolver inúmeras acções de educação ambiental dirigidas para diversos públicos-alvo. As acções realizadas têm, ao longo dos anos, envolvido milhares de crianças e jovens, professores, assim como a população em geral, sempre com o objectivo de educar e sensibilizar para a sustentabilidade.

Só em 2010, foram realizadas cerca de 260 acções com o envolvimento de mais de 15.000 participantes. Destacam-se as acções desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino da região, as visitas de estudo realizadas às principais infra-estruturas de saneamento em operação, as acções realizadas nas escolas, os concursos realizados junto dos alunos dos ensinos pré-escolar e básico da região, as saídas de campo no âmbito do Projecto Rios, as acções de sensibilização no âmbito do Projecto EcoCasa – Água, a participação em eventos temáticos diversos, as acções de sensibilização nas praias, entre outras, todas elas direccionados para a temática da água.

Acções de Educação e Sensibilização Ambiental realizadas e n.º de participantes envolvidos



Das acções de sensibilização realizadas em 2010, aquando das comemorações dos dias temáticos, a Águas do Oeste apresentou pela primeira vez uma peça de teatro, intitulada “A Água também se lava”, nos municípios de Alcobaca, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Lourinhã, Óbidos, Sobral de Monte Agraço, Rio Maior e Torres Vedras, envolvendo cerca de 1.700 crianças de alguns dos estabelecimentos de ensino desses municípios. Para além deste projecto que chegou a grande parte dos nossos Accionistas, destacam-se outras actividades realizadas no âmbito das comemorações dos principais dias temáticos:

- Comemorações dos dias mundiais do Ambiente e da Luta contra a Desertificação e Seca, com o envolvimento de 400 crianças e jovens dos municípios de Alcobaca, Azambuja, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos. Para além da cerimónia de entrega dos prémios dos concursos inter-escolas realizados pela empresa nesse ano lectivo, todos os participantes tiveram oportunidade de realizar diversos jogos pedagógicos ao longo do percurso interpretativo existente na ETAR da Charneca;
- Organização do concerto “Melodias da Água”, realizado em Óbidos, no dia nacional da Água, com a apresentação do Coro Infantil de Óbidos. O espectáculo contou com a presença de 200 espectadores, uma iniciativa de carácter social, tendo em conta que a Águas do Oeste ofereceu um donativo a uma instituição de solidariedade social. Também o arranque da 2ª fase do Programa EcoCasa - Água, iniciado em 2008 com a Quercus, teve lugar nesta data, com a instalação de dispositivos redutores de caudal em algumas torneiras, que permitirão reduzir significativamente os consumos de água dos agregados familiares inscritos no programa;
- Organização de concursos diversos, para além dos previstos no seu Plano de Educação Ambiental: “Aprende a poupar água na tua escola” – ajudas visuais desenvolvidas na escola-piloto, em Óbidos, com a colaboração do município de Óbidos e da associação Quercus, integrado no projecto EcoCasa – Água; “A Biodiversidade das Zonas Húmidas”, em parceria com a associação PATO;
- Participação em diversos eventos temáticos organizados pelos municípios accionistas, juntas de freguesia e associações recreativas locais, assim como pelos agrupamentos de escolas, unidades de saúde, associações de defesa de ambiente e outras instituições, com a dinamização de actividades pedagógicas e palestras diversas. Para além destes, a Águas do Oeste marcou presença em diversas reuniões e encontros temáticos de Eco-Escolas, tendo em conta que integra os órgãos de alguns dos Conselhos Eco-Escolas da região.

Tal como referido, em 2010 a empresa deu continuidade aos dois projectos nacionais de sensibilização e participação pública: Projecto EcoCasa – Água e o Projecto Rios, desenvolvidos em parceria com a Quercus e a ASPEA, respectivamente, com vista a alargar o seu espectro para outros *targets*.

Como ferramentas fundamentais à implementação das actividades relacionadas com a Comunicação e Educação Ambiental, a Águas do Oeste continua a apostar no desenvolvimento de materiais diversos, todos eles com um carácter didáctico-pedagógico produzidos internamente para o efeito, destacando-se em 2010 a edição de Ajudas Visuais “Aprende a poupar água”, desenvolvidas no âmbito do projecto EcoCasa – Água, no estabelecimento de ensino aderente ao projecto - Complexo dos Arcos, desenvolvido em conjunto com o Município de Óbidos e a Quercus e de um marcador de livros, também no âmbito do mesmo projecto. Em 2010 foi também desenvolvido um dominó da água, que ilustra as principais fases do Ciclo Urbano da Água, utilizado como ferramenta às acções de sensibilização desenvolvidas. Foram ainda criados internamente um guia de visitantes, para distribuição a pessoas externas à empresa, e dois *roll-ups* com informação actualizada sobre a empresa, para utilização em feiras e eventos temáticos.

10. Objectivos de Gestão

Os objectivos de Gestão fixados para a Águas do Oeste, S.A., para o ano de 2010, pelos accionistas na Assembleia Geral de 17 de Março de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no Quadro seguinte:

Objectivos de Gestão para o Ano de 2010			
Indicadores		Valor Fixado (1)	Valor Atingido (2)
Indicadores Financeiros – Rentabilidade e Crescimento (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
1. ROCE	(%)	(1,02%)	0,43%
2. EBITDA / Receitas	(%)	27,03%	38,54%
INDICADORES FINANCEIROS – EFICIÊNCIA (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
3. Custos com Pessoal / EBITDA	(%)	50,15%	30,13%
4.1 <i>Cash-Cost</i> Abastecimento	(€/m ³)	0,52	0,50
4.2 <i>Cash-Cost</i> Saneamento	(€/m ³)	0,37	0,39
INDICADORES FINANCEIROS – INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
5. Investimento	(10 ³ €)	24.157	10.356
INDICADORES FINANCEIROS - PMR e PMP (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	63	131
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	67	58
INDICADORES DE SERVIÇO – QUALIDADE DO SERVIÇO (Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)			
8. Volume de Actividade	(10 ³ m ³)	43.904	48.271
9.1 Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	98%	98,47%
9.2 Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	85%	83,30%
10.1 Qualidade da Água Fornecida	(%)	100%	99,93%
10.2 Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)	100%	99,50%
11. Reforço da Eficiência Contratual	(%)	93%	92,00%
Objectivos de Gestão para o Ano de 2010			
Indicadores		Valor Fixado (1)	Valor Atingido (2)
12.1 Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	(1)
12.2 Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100,00%

O Valor de Atingimento indicado é provisório, uma vez que foi determinado pela Águas de Oeste, S.A., num exercício de auto-avaliação, não estando por isso, ainda, auditado.

11. Prazos Médios de Pagamento e de Recebimento

	2009	2010
Prazo Médio de Pagamentos	87	58
Prazo Médio de Recebimentos	92	131

12. Perspectivas para o Futuro

Em 2011 a Águas do Oeste continuará a pautar a sua actividade no sentido de cumprir o estabelecido nos Contratos de Concessão e nos Contratos de Fornecimento e de Recolha, assim com nas orientações aprovadas pelos accionistas para o Triénio 2010-2012.

As restrições impostas ao Sector Empresarial do Estado, em particular as reduções de custos de pessoal e de fornecimentos e serviços externos, não deixarão de condicionar a actividade da empresa em 2011. Será feito um esforço no sentido de essas condicionantes afectarem o menos possível a qualidade do serviço prestado, não sendo posta em causa a garantia da qualidade da água fornecida.

No âmbito da actividade prevista para 2011 destaca-se:

- A apresentação ao Concedente, após aprovação pelos accionistas, da revisão do contrato de Concessão;
- O abastecimento de água a todos os Municípios da área de actividade da Águas do Oeste e a todos os pontos de entrega, e nas condições previstas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento;
- O desenvolvimento das empreitadas de recolha e tratamento de águas residuais, com o respectivo aumento do número de infra-estruturas em exploração e da população abrangida;
- A manutenção da Certificação em qualidade e o alargamento das infra-estruturas abrangidas pela Certificação em Ambiente;
- A melhoria do desempenho da empresa na vertente de Segurança, e a obtenção da Certificação em Segurança;
- A melhoria contínua do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e do serviço prestado;
- A aplicação do Plano de Controlo de Qualidade da água e dos restantes planos de monitorização associados ao abastecimento de água;
- A aplicação do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS);
- O Desenvolvimento dos sistemas de informação e de telegestão;
- A aplicação da matriz de indicadores de desempenho;
- A obtenção da prestação final de capital social já chamado e ainda não realizado;
- A sustentação económica da empresa e seu adequado controlo financeiro;
- A continuação do apoio ao desenvolvimento de uma solução regional para os efluentes da actividade suinícola;
- O apoio ao desenvolvimento dos estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira, no âmbito da parceria para a “baixa”, nos termos do que for solicitado pelos municípios accionistas e pela AdP.

13. Considerações Finais

A Águas do Oeste agradece a colaboração prestada por Sua Excelência a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dulce Álvaro Pássaro, enquanto Concedente.

A Águas do Oeste, agradece ainda toda a colaboração prestada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, em particular ao seu Concelho Directivo.

O apoio dos Municípios accionistas, da Águas de Portugal e da Comunidade Intermunicipal do Oeste é essencial para os desafios que se apresentam, pelo que a todos os Accionistas se formulam os agradecimentos correspondentes à disponibilidade manifestada.

Os agradecimentos são extensivos à Mesa da Assembleia Geral, ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor:

14. Proposta de Aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2010 conduzem a um Resultado Líquido negativo de €780.623,94.

Dado que os resultados são negativos, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados.....€780.623,94.

15. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Em Fevereiro de 2011, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, na qualidade de Concedente dos sistemas multimunicipais de abastecimento, saneamento e de valorização e tratamento de resíduos, remeteu uma carta solicitando à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. que, enquanto accionista maioritário das entidades gestoras destes sistemas, promova os estudos necessários e apresente ao concedente uma proposta de revisão dos contratos de concessão relativamente aos quais se verifiquem alterações com impacto relevante no equilíbrio financeiro das concessionárias.

16. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm acções da Sociedade e o Capital Social da Águas do Oeste, S.A. era, em 31 de Dezembro de 2010, integralmente detido pelos accionistas que constam do Quadro seguinte.

Accionista	Nº Acções (Classe A)			Capital Subscrito			% Capital Detido		
	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total
AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.	510.000	2.550.000	3.060.000	2.550.000	12.750.000	15.300.000	51,00%	51,00%	51,00%
Associação Municípios do Oeste	1.000	0	1.000	5.000	0	5.000	0,10%	0,00%	0,02%
Município de Alcobaça	141.769	166.269	308.038	708.845	831.345	1.540.190	14,18%	3,33%	5,13%
Município de Alenquer	1.000	339.534	340.534	5.000	1.697.670	1.702.670	0,10%	6,79%	5,68%
Município de Arruda dos Vinhos	1.000	86.933	87.933	5.000	434.665	439.665	0,10%	1,74%	1,47%
Município de Azambuja	1.000	355.977	356.977	5.000	1.779.885	1.784.885	0,10%	7,12%	5,95%
Município do Bombarral	36.970	55.470	92.440	184.850	277.350	462.200	3,70%	1,11%	1,54%
Município do Cadaval	42.192	50.854	93.046	210.960	254.270	465.230	4,22%	1,02%	1,55%
Município das Caldas da Rainha	210.268	0	210.268	1.051.340	0	1.051.340	21,03%	0,00%	3,50%
Município da Lourinhã	4.876	236.507	241.383	24.380	1.182.535	1.206.915	0,49%	4,73%	4,02%
Município da Nazaré	1.000	92.701	93.701	5.000	463.505	468.505	0,10%	1,85%	1,56%
Município de Óbidos	44.925	55.361	100.286	224.625	276.805	501.430	4,49%	1,11%	1,67%
Município de Peniche	1.000	131.137	132.137	5.000	655.685	660.685	0,10%	2,62%	2,20%
Município de Rio Maior	1.000	156.964	157.964	5.000	784.820	789.820	0,10%	3,14%	2,63%
Município de Sobral de Monte Agraço	1.000	63.982	64.982	5.000	319.910	324.910	0,10%	1,28%	1,08%
Município de Torres Vedras	1.000	658.311	659.311	5.000	3.291.555	3.296.555	0,10%	13,17%	10,99%
	1.000.000	5.000.000	6.000.000	5.000.000	25.000.000	30.000.000	100%	100%	100%

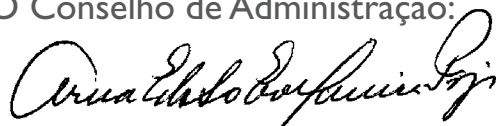
Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o accionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.060.000 de acções com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), correspondentes a 51,00% do Capital Social da Águas do Oeste, S.A..

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2010:

- A sociedade não tem acções próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

Óbidos, 24 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração:


Arnaldo Lobo Moreira Pego, Presidente


Arménio de Figueiredo, Administrador-Delegado

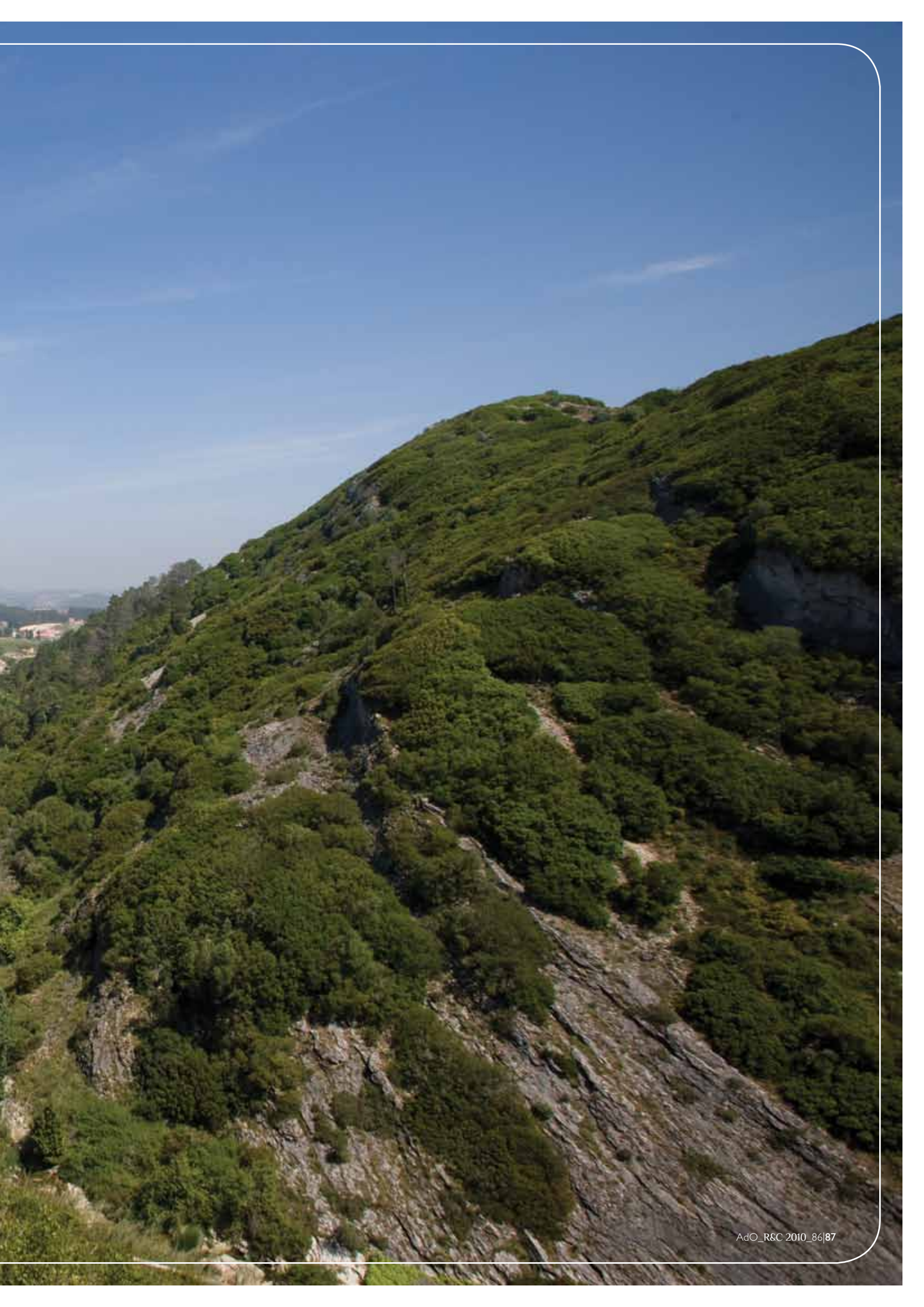

José Manuel Leitão Sardinha, Vogal


Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Vogal


Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vogal

C - Contas do Exercício de 2010







C - Contas do Exercício de 2010

I. Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2010.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstrações da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração do Rendimento Integral;
- Demonstração das Variações do Capital Próprio;
- Demonstração e Anexo dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório os seguintes Anexos:

- Notas às Demonstrações Financeiras

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos accionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas;
- Relatório de Auditoria aos Objectivos de Gestão.

Demonstração da posição financeira

Unidade: euros

Activo	Notas	31.12.2010	31.12.2009
		IFRS	IFRS
Activos Não Correntes			
Activos intangíveis	7	248.962.014,45	240.938.330,61
Activos fixos tangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros	8	5.327.455,71	4.361.614,23
Impostos diferidos activos	9	6.219.303,50	5.607.371,90
Clientes e outros activos não correntes			-
Total dos Activos Não Correntes		260.508.773,66	250.907.316,74
Activos Correntes			
Inventários	10	58.422,59	45.243,65
Clientes	11	22.976.608,09	16.497.942,22
Estado e outros entes públicos	12	124.492,31	280.298,20
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	112.890,89	90.080,62
Outros activos correntes	13	24.618.990,78	29.876.519,83
Caixa e seus equivalentes	14	180.661,83	299.564,82
Total dos Activos Correntes		48.072.066,49	47.089.649,34
Total do Activo		308.580.840,15	297.996.966,08
Capital Próprio dos Accionistas Maioritários			
Capital Social	15	29.733.969,60	28.559.245,50
Reservas e outros ajustamentos	15	77.730,88	77.730,88
Resultados transitados	15	(5.869.934,41)	(2.460.870,22)
Resultado líquido do exercício		(780.623,94)	(3.409.064,19)
Total dos Capitais Próprios		23.161.142,13	22.767.041,97
Passivos Não Correntes			
Provisões		-	-
Empréstimos	16	116.237.064,14	96.348.906,25
Fornecedores e outros passivos não correntes	17	13.099.213,53	13.800.921,95
Impostos diferidos passivos	9	5.088.309,26	5.607.371,90
Acréscimos de custos de investimento contratual	18	19.081.042,18	15.896.149,00
Subsídios ao investimento	19	106.631.832,75	104.074.438,33
Total dos Passivos não Correntes		260.137.461,86	235.727.787,44
Passivos Correntes			
Empréstimos	16	17.842.928,17	26.790.408,41
Fornecedores	20	4.700.122,54	10.150.563,90
Outros passivos correntes	21	2.108.613,04	1.989.920,30
Estado e outros entes públicos	12	630.572,41	571.244,07
Imposto sobre o rendimento do exercício	22		
Total dos Passivos Correntes		25.282.236,16	39.502.136,68
Total do Passivo		285.419.698,02	275.229.924,12
Total do Passivo e do Capital Próprio		308.580.840,15	297.996.966,09

Demonstração dos resultados

Unidade: euros

		31.12.2010	31.12.2009
	Notas	IFRS	IFRS
Vendas	23	16.678.909,00	13.980.356,60
Prestação de Serviços	23	9.547.840,95	8.654.464,41
Volume de negócios		26.226.749,95	22.634.821,01
Custo das vendas	24	(7.656.864,51)	(7.407.906,31)
Margem bruta		18.569.885,44	15.226.914,70
Fornecimentos e serviços externos	25	(9.150.705,55)	(8.297.027,42)
Gastos com o pessoal	26	(3.045.710,30)	(3.056.655,00)
Amortizações, depreciações e reversões	27	(9.427.862,82)	(8.121.658,24)
Provisões, ajustamentos e reversões		-	-
Subsídios ao Investimento	19	3.805.777,66	3.340.917,04
Outros gastos e perdas operacionais	28	(410.825,62)	(419.615,73)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	339.575,23	(161.273,34)
Resultados operacionais		680.134,04	(1.488.397,99)
Gastos financeiros	30	(3.569.606,25)	(2.844.011,85)
Rendimentos financeiros	31	993.308,07	946.429,05
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros			
Resultados financeiros		(2.576.298,18)	(1.897.582,80)
Resultados antes de impostos		(1.896.164,14)	(3.385.980,79)
Imposto do exercício	22	(15.454,04)	(16.696,22)
Imposto diferido	9 e 22	1.130.994,24	(6.387,18)
Resultado Líquido do Exercício		(780.623,94)	(3.409.064,19)
Rendimento Integral		(780.623,94)	(3.409.064,19)
Resultado por acção (básico e diluído)	15	(0,13)	(0,57)
Rendimento Integral por acção (básico e diluído)	15	(0,13)	(0,57)

Demonstração das variações do capital próprio

Unidade: euros

		Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	POC	30.000.000,00	77.730,88	(2.460.870,22)	(3.409.064,19)	24.207.796,47
Ajustamentos:						
- anulação do capital social não realizado		(1.440.754,50)				(1.440.754,50)
- actualização de dívidas de clientes						-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	IFRS	28.559.245,50	77.730,88	(2.460.870,22)	(3.409.064,19)	22.767.041,97
Aplicação do res. Líquido do exercício				(3.409.064,19)	3.409.064,19	-
Realização de Capital Social		1.174.724,10				1.174.724,10
Dividendos pagos						-
Resultado Líquido do Exercício					(780.623,94)	(780.623,94)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	IFRS	29.733.969,60	77.730,88	(5.869.934,41)	(780.623,94)	23.161.142,13

Demonstração dos fluxos de caixa

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	21.765.698,42	20.658.543,11
Pagamentos a fornecedores	(19.407.994,95)	(18.636.720,84)
Pagamentos ao pessoal	(3.264.353,80)	(3.278.801,35)
Pagamento de IRC	(37.196,97)	(8.513,35)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	1.415.344,23	2.321.875,05
	471.496,93	1.056.382,62
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	0,00	0,00
Recebimentos de activos fixos tangíveis	0,00	21,20
Recebimentos de activos fixos intangíveis	0,00	0,00
Recebimentos de subsídios de investimento	11.511.066,42	9.745.773,33
Recebimentos de juros e proveitos similares	41.595,88	144.947,44
Pagamentos de investimentos financeiros	(965.841,48)	(930.090,08)
Pagamentos de activos fixos tangíveis	(18.771.234,46)	(18.945.210,57)
Pagamentos de activos fixos intangíveis	0,00	0,00
	(8.184.413,64)	(9.984.558,68)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	32.935.725,00	34.043.245,00
Recebimentos de realizações de capital	1.174.724,10	0,00
Pagamentos de empréstimos obtidos	(17.245.235,00)	0,00
Pagamentos de juros e gastos similares	(4.633.230,14)	(3.989.096,36)
Pagamentos de dividendos	0,00	0,00
	12.231.983,96	30.054.148,64
Varição de Caixa e seus Equivalentes	4.519.067,25	21.125.972,58
Caixa e seus equivalentes no início do período	(4.447.598,59)	(25.573.571,17)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	71.468,66	(4.447.598,59)
	4.519.067,25	21.125.972,58

Decomposição de caixa e seus equivalentes

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	5.845,42	11.641,10
Depósitos à ordem	174.816,41	287.923,72
Depósitos a prazo	0,00	0,00
	180.661,83	299.564,82
Descobertos Bancários	(109.193,17)	(4.747.163,41)
	71.468,66	(4.447.598,59)

Notas às demonstrações financeiras

I. Actividade económica da Águas do Oeste, S.A.

I.1. Introdução

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por AdO ou Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 30.000.000 Euros, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de Novembro, tendo a sua sede social no Convento de São Miguel das Gaeiras, 2510-718 Gaeiras. A AdO, tem como actividade principal a exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste.

I.2. Actividade

A estrutura accionista da AdO é composta pela empresa Águas de Portugal, SGPS, S.A., pela Comunidade Intermunicipal do Oeste e pelos municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, e Torres Vedras.

A Empresa tem por objecto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos a "...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste...". Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 24 de Janeiro de 2001, foi atribuída à Empresa, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da concepção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, pelo prazo de 30 anos. Contudo, no aditamento ao Contrato de Concessão entre o Estado Português a Águas do Oeste, S.A., celebrado em 19 de Dezembro de 2003, foi estabelecida a prorrogação do prazo de concessão até ao final do ano de 2035.

I.3 Accionistas

São accionistas da AdO a Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51% do Capital Social), a Comunidade Intermunicipal do Oeste (0,02%), o Município de Alcobaça (5,13%), Município de Alenquer (5,68%), Município de Arruda dos Vinhos (1,47%), Município de Azambuja (5,95%), Município de Bombarral (1,54%), Município de Cadaval (1,55%), Município de Caldas da Rainha (3,50%), Município de Lourinhã (4,02%), Município de Nazaré (1,56%), Município de Óbidos (1,67%), Município de Peniche (2,20%), Município de Rio Maior (2,63%), Município de Sobral de Monte Agraço (1,08%), e o Município de Torres Vedras A (10,99%).

I.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 24 de Fevereiro de 2011.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adoptadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a AdO apresentou também, pela última vez, demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Ver nota 5).

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdO foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), foram adoptadas as seguintes normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010:

- IFRS 1 (Emenda) - Primeira adopção das IFRS. Estabelece excepções adicionais na adopção pela primeira vez das IFRS, ver Nota 5.
- IFRS 2 (Emenda) - Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transacções intra-grupo. Esta emenda vem clarificar que a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo, é tratada no âmbito desta norma. Em resultado desta emenda a IFRIC 8 – “Âmbito da IFRS 2” e a IFRIC 11 - “IFRS 2 - Transacções de Acções do Grupo e Próprias” foram retiradas.
- IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais. - Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, nomeadamente no que diz respeito:
 - (a) à mensuração dos interesses que não controlam (anteriormente designados interesses minoritários);
 - (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes;
 - (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração.
- IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. As alterações mais significativas são as seguintes:
 - ✓ transacções que dão origem a alterações na percentagem de interesses detidos que não resultem em perda de controlo são contabilizadas no capital próprio, não tendo qualquer impacto no *goodwill* nem nos ganhos e perdas;
 - ✓ quando ocorre a perda de controlo numa subsidiária:
 - ✓ todas as quantias reconhecidas no Rendimento Integral relativas a essa subsidiária são integralmente transferidas para ganhos e perdas;
 - ✓ os interesses retidos são remensurados para o justo valor e este efeito vai ser tido em consideração no ganho ou perda registado com a alienação;
 - ✓ o reembolso parcial de um investimento líquido numa subsidiária estrangeira deixa de dar origem à reclassificação das diferenças de transposição constantes do capital próprio para ganhos e perdas;
 - ✓ as perdas de uma subsidiária passam a ser quinhoadas pelos interesses que não controlam (anteriormente designados por interesses minoritários) mesmo que excedam os interesses destes na subsidiária. Em resultado desta emenda os resultados por acção diluídos num contexto de perda serão provavelmente iguais aos resultados básicos por acção.
- IAS 39 (Emenda) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.
- IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.
- IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis.
- IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa.
- IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes.
- Outras emendas às IFRS – Ano 2009. O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. O IASB aprovou 15 emendas a 12 normas, algumas das quais resultam em alterações no modo de contabilização, outras referem-se a questões de terminologia e consistência entre normas, sendo o seu impacto mínimo. A União Europeia endossou estas emendas em Março de 2010. Do processo de melhorias do Ano 2008, a emenda à IFRS 5 (clarificação sobre o tratamento de uma subsidiária detida para venda) apenas entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Finalmente, não foram adoptadas as disposições das normas e interpretações cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos futuros e que são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

- IFRS 1 (Emenda) - Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.
- IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas.
- IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão.
- IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo.
- IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio.

Ainda não endossadas pela UE:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros) Esta emissão insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade da sua aplicação. As principais alterações são as seguintes:
 - ✓ -Ao nível da classificação e mensuração:
 - ✓ são reduzidas as categorias de activos financeiros;
 - ✓ são eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos;
 - ✓ são eliminadas as restrições de reclassificação.
 - ✓ A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos;
 - ✓ As diferenças de justo valor em instrumentos de capital próprio considerados estratégicos passam a ser reconhecidas em reservas, sem passagem por resultados, mesmo em situações de imparidade ou venda.
- Outras emendas às IFRS – melhoramentos de 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas. A União Europeia ainda não endossou estas emendas.

Da aplicação das normas acima descritas (normas que não foram adoptadas e cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros), não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Oeste, S.A..

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdO, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdO e respectivas notas são apresentadas em euros.

2.2.2 Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são actualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa.

À data de 31 de Dezembro de 2010 a AdO não dispunha de transacções sem moedas diferentes do euro.

2.3 Actividade regulada

2.3.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A., enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multi-municipais) actua no âmbito das actividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a actividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respectivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Oeste, S.A. com actividades reguladas adoptou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de activos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos activos e passivos regulatórios se, e só se: **(i)** um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e **(ii)** o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A actividade da AdO é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça activos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas actividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática actual ou expectável do regulador; (i) uma entidade deve reconhecer um activo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um activo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de activos e passivos regulatórios, estes activos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

2.3.2 Acréscimos de custos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota parte anual dos custos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a um reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Actividade concessionada – IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os activos da concessão. Nos termos desta norma, a AdO presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas afectas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infra-estruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infra-estruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infra-estrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infra-estrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) actua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infra-estrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infra-estrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infra-estruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um activo financeiro, ou **(b)** um activo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um activo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro activo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infra-estrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um activo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.4.2 Classificação da infra-estrutura

Contratualmente, a Águas do Oeste assenta num modelo tendente à classificação da infra-estrutura como activo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de activo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro activo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização directa do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do activo financeiro. Deste modo, a AdO como concessionárias de SMM classifica as infra-estruturas dos sistemas que exploram como activos intangíveis – Direito de utilização de infra-estruturas.

Os activos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) directos e indirectamente relacionados com os projectos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afectos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afectação do pessoal aos respectivos projectos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

A manutenção e conservação corrente destes imobilizados, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem. As despesas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respectivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

As amortizações são calculadas de acordo a depleção, isto é, de acordo com o padrão dos benefícios auferidos através dos caudais, os quais constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais facturados nem cada exercício e os caudais a facturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

2.4.4 Rédito - serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. O modelo regulatório e as regras de cálculo das tarifas não permitem que a AdO expurgue da tarifa o serviço de construção e o serviço de operação, e que se determine o justo valor do respectivo rédito com fiabilidade.

Saliente-se ainda que a AdO, na fase de construção das infra-estruturas actua como um "agente"/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua actividade operacional.

Assim, e tendo em conta a actividade regulada da Empresa, o réditto reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador, tal como previsto nos contratos de concessão.

2.5 Activos intangíveis

2.5.1 Direitos de utilização de infra-estruturas

Ver nota 2.3.2.

2.5.2 Outros activos intangíveis

Os activos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes sobre as vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos, uma vez que os activos não reversíveis (caso existam) serão amortizados não pelo período de concessão, mas de acordo com o DR/25/2009. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como activos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre período de concessão da Empresa.

2.6 Activos e passivos financeiros

2.6.1 Classificação de activos financeiros

Os activos financeiros da Águas do Oeste, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular:

A Águas do Oeste, S.A. classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** activos financeiros disponíveis para venda.

2.6.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações activo. Estes activos correspondem a activos originados do decurso normal das actividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efectiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflectam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objectivos de que a Águas do Oeste, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Oeste, S.A., tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.6.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objectivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.6.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Águas do Oeste, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.6.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Águas do Oeste, S.A., no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da actividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.10 Imparidade

2.10.1 Imparidade de activos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

Clientes, devedores e outros activos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade, quando existem indicadores objectivos que a Águas do Oeste, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** incumprimento há mais de 3 meses; **(iii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iv)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.10.2 Imparidade de activos não financeiros

Os activos da Águas do Oeste, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é avaliado. É determinado o valor recuperável dos activos da Águas do Oeste, S.A., para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com actividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Águas do Oeste, S.A., efectua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respectivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

2.11 Capital

As acções ordinárias são o capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.12 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Oeste, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de activos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos activos subjacentes.

2.13 Provisões, activos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Concessão Regulada de Portugal, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflecte a expectativa actual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Activos e passivos contingentes

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra.

2.14 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, excepto quando a Águas do Oeste, S.A., seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

2.15 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.4-Rédito, as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.15.1 Prestação de serviços

Actividade regulada - Serviços em "alta" – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Actividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

2.15.2 Venda de bens

Actividade regulada - Serviços em "alta" – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

2.15.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efectiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

2.16 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os custos dos recursos directamente atribuíveis aos activos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles activos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respectivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados directamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.17 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Factores de risco

As actividades da Águas do Oeste, S.A., estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Oeste, S.A.. A Empresa, está sujeita ao risco de crédito nas suas actividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é reduzido dadas as características do serviço prestado, não existindo um risco de crédito significativo com um cliente em particular; na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Oeste, S.A., ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de Dezembro de 2010, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Unidade: euros

Activos financeiros bancários	31.12.2010
Depósitos à ordem	174.816,41
Fundo de reconstituição do capital	5.327.455,71
	5.502.272,12

Rating	31.12.2010
P-1 (Moody's)	5.502.272,12
	5.502.272,12

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Oeste, S.A., pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Oeste, S.A. efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Oeste, S.A., por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Unidade: euros

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	12.733.735,00		117.000.000,00
Fornecedores e outros passivos	4.700.122,54	3.078.483,77	10.020.729,76

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Oeste, S.A., advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Oeste, S.A., ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Oeste, S.A., ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associada à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

Unidade: euros

		31.12.2010	31.12.2009
Juros suportados	Real	828.144,53	1.414.365,30
Juros suportados	tx média +1%	1.341.637,97	1.939.993,19
Juros suportados	tx média (1%)	314.651,09	888.737,41

3.5 Risco de capital

O objectivo da Águas do Oeste, S.A. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço é manter uma estrutura de capital óptima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objectivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos accionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Oeste, S.A., é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (excepção feita aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a optimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos não correntes	116.237.064,14	96.348.906,25
Empréstimos correntes	17.842.928,17	26.790.408,41
Disponibilidades	(180.661,83)	(299.564,82)
Dívida	133.899.330,48	122.839.749,84
Subsídios ao Investimento	5.088.309,26	5.607.371,90
Total do capital próprio	23.161.142,13	22.767.041,97
Capital	162.148.781,87	151.214.163,71
Dívida/ Total do Capital	0,83	0,81

3.6 Risco regulatório

Como prestador de um serviço público, a Águas do Oeste, S.A., opera num ambiente altamente regulado. O regulador - ERSAR - mandatado pelo Governo, regula, entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos accionistas, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Águas do Oeste, S.A., analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Oeste, S.A., é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os activos e negócios em questão, podendo no entanto vir a ser alterados se a prática internacional do sector para situações idênticas apontar para um benchmark diferente.

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Oeste, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da actual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Oeste, S.A.. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos (ou de conjunto de activos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Oeste, S.A., os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infra-estruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as actuais estratégias dos participantes no capital da Águas do Oeste, S.A., que conjuntamente com outros factores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Oeste, S.A., não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos activos reportados. Se por efeito da avaliação actualmente em curso for

evidenciado qualquer indício de imparidade, o respectivo valor de balanço do activo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflecte nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdO.

5. Adopção pela primeira vez dos IFRS

Estatutariamente, a Águas do Oeste, S.A., preparava as suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o período que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas individuais de acordo com as IFRS, tal como previsto no n.º2 do artigo 4 daquele Decreto-Lei.

De seguida são apresentadas reconciliações do capital próprio e resultado do período comparativo, cujo relato estatutário tinha sido em POC, bem como a explicação das alterações mais significativas.

Unidade: euros

	31.12.2009	01.01.2009
Total do capital próprio - normativo POC	24.207.796,47	27.616.860,66
Capital social não realizado	(1.440.754,50)	(1.440.754,50)
Desconto de dívida de clientes		
Total do capital próprio - normativo IFRS	22.767.041,97	26.176.106,16

	31.12.2009
Resultado líquido - normativo POC	(3.409.064,19)
Capital Social não realizado	
Desconto de dívida de clientes	
Resultado líquido - normativo IFRS	(3.409.064,19)

Ajustamentos

a) Capital social não realizado

Em IFRS o capital apresentado na face do balanço deve corresponder ao capital efectivamente realizado. Assim, foi anulado o capital social subscrito mas não realizado por contrapartida do activo associado.

Reclassificações

1. Activo fixo tangível para activo intangível (IFRIC 12) e propriedades de investimento.

A AdO, S.A. no normativo POC tinha classificadas as infra-estruturas e equipamentos operacionais como imobilizado corpóreo. À luz dos IFRS, as infra-estruturas e equipamentos operacionais são apresentadas como um intangível, uma vez que correspondem a um direito de utilização das mesmas, por não ser a concessionária detentora plena de todos os seus direitos (por exemplo vender).

2. IRC a pagar

O valor do IRC a pagar foi destacado da conta de Estado e outros entes públicos e apresentado em linha separada do balanço, tal como exige o IAS 1.

6. Instrumentos financeiros por categoria

Unidade: euros

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Activos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de Balanço a 31.12.2010
Activos intangíveis	-	-	-	248.962.014,45	248.962.014,45
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	5.327.455,71	-	5.327.455,71	-	5.327.455,71
Impostos diferidos activos	-	-	-	6.332.194,39	6.332.194,39
Clientes e outros activos não correntes	-	-	-	-	-
Inventários	-	-	-	58.422,59	58.422,59
Clientes	22.976.608,09	-	22.976.608,09	-	22.976.608,09
Estado e outros entes públicos	-	-	-	124.492,31	124.492,31
Outros activos correntes	24.618.990,78	-	24.618.990,78	-	24.618.990,78
Caixa e seus equivalentes	180.661,83	-	180.661,83	-	180.661,83
Total do activo	53.103.716,41	-	53.103.716,41	255.477.123,74	308.580.840,15
Provisões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	116.237.064,14	116.237.064,14	-	116.237.064,14
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	13.099.213,53	13.099.213,53	-	13.099.213,53
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	-	-	-
Impostos diferidos passivos	-	5.088.309,26	5.088.309,26	-	5.088.309,26
Amortizações de investimento futuro	-	19.081.042,18	19.081.042,18	-	19.081.042,18
Subsídios ao investimento	-	-	-	106.631.832,75	106.631.832,75
Empréstimos correntes	-	17.842.928,17	17.842.928,17	-	17.842.928,17
Fornecedores	-	4.700.122,54	4.700.122,54	-	4.700.122,54
Outros passivos correntes	-	2.108.613,04	2.108.613,04	-	2.108.613,04
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	630.572,41	630.572,41
Total do passivo	-	178.157.292,86	178.157.292,86	107.262.405,16	285.419.698,02

7. Activos intangíveis

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Despesas de desenvolvimento	289.514,42	301.095,00
Propriedade industrial e outros direitos	34.661,04	36.047,48
Outros activos intangíveis	4.534.361,07	3.476.728,89
Direitos de utilização de infra-estruturas	218.131.350,24	207.868.842,94
Activos intangíveis em curso	25.972.127,68	29.255.616,30
	248.962.014,45	240.938.330,61

7.1 Movimentos do período

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2009	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2010
Despesas de desenvolvimento	328.540,00	-	-	-		328.540,00
Propriedade industrial e outros direitos	39.250,09	-	-	-		39.250,09
Outros activos intangíveis	3.630.546,39	-	-	-	1.239.006,62	4.869.553,01
Direitos de utilização de infra-estruturas	220.683.524,31	944.495,50	(124.336,22)	(20.536,51)	15.445.881,98	236.929.029,06
Activos intangíveis em curso	29.255.616,30	13.401.399,98	-	-	(16.684.888,60)	25.972.127,68
	253.937.477,09	14.345.895,48	(124.336,22)	(20.536,51)	-	268.138.499,84
Amortizações Acumuladas	31.12.2009	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2010
Despesas de desenvolvimento	(27.445,00)	(11.580,58)				(39.025,58)
Propriedade industrial e outros direitos	(3.202,61)	(1.386,44)				(4.589,05)
Outros activos intangíveis	(153.817,50)	(181.374,44)			-	(335.191,94)
Direitos de utilização de infra-estruturas	(12.814.681,37)	(6.571.988,86)	52.171,52	13.516,56	523.303,33	(18.797.678,82)
	(12.999.146,48)	(6.766.330,32)	52.171,52	13.516,56	523.303,33	(19.176.485,39)
Valor Líquido	240.938.330,61				1.046.606,66	248.962.014,45

7.2 DUI – movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Direitos de Utilização de Infra-estruturas Líquido (saldo inicial)	207.868.842,94	111.139.426,06
Adições	944.495,50	214.623,46
Transferências e abates	15.897.020,61	90.216.691,60
Alienações	(7.019,95)	(727,14)
Amortizações do exercício	(6.571.988,86)	(14.854.861,34)
Reversões de amortizações		21.153.690,30
Perdas por imparidade	-	-
Direitos de Utilização de Infra-estruturas Líquido (saldo final)	218.131.350,24	207.868.842,94

No ano de 2010 procedeu-se ao fecho das seguintes empreitadas:

- Empreitada de Reabilitação das ETAR Independentes da Lagoa de Óbidos + ETAR (Pitar) 1ª fase (Lote B) – ETAR Painho, Azambujeira dos Carros, Casal do Camarão, Sancheira, Figueiros/ Alguber e A-dos-Negros;
- Empreitada de Arranjos Exteriores da ETAR de Vale de Paredes;
- Empreitada de Execução dos Sistema de Saneamento de Lote A - Ampliação dos Sistemas de Saneamento de Torres Vedras e Cadafais; Lote B - Ampliação de Runa II (Sarge e Outeiro da Zibreira), Ampliação de Silveira II; Lote C – Sistemas de Saneamento de Vale da Borra, Espiçandeira, Porto da Luz, Palaios/ Palhacana, Bufarda, Casais do Júlio e Lote D – Prolongamento de emissários e interceptores referentes a projectos inseridos nas candidaturas 2002/PT/I 6/C/PE/001 (Aglomerados Urbanos dos Rios Real e Arnóia 2ª fase) e FC2004/PT/I 6/C/PE/006;
- ...Sistema Interceptor da Margem Norte do Arnóia (Lote A) e Ampliação do Sistema da Nazaré (Lote B);
- Empreitada de Remodelação da ETAR de Sobral de Monte Agraço – 1ª Fase;
- Empreitada de Execução do Emissário do Cadaval;
- PT e ramal de Bececarais II/ Ordasqueira/ Matações;
- Remodelação EE/ ETAR de Reinaldes;

- Empreitada de Reforço do Sistema Adutor Alenquer/Torres Vedras/ Mafra - Remodelação Sistema Elevatório de Alenquer (EE1) e Serra da Vila (EE2);
- Incremento de Reserva de Vila Nova da Rainha;
- Condução adutora de Vale Marinhas;
- Pavimentos AdO III Fase;
- Grupo elevatório do Farol/ Montijo;
- Desvio adutor de Sobral de Monte Agraço/ Loteamento Bairro Novo;
- Empreitada de Construção de Emissários Gravíticos de Casal do Torneiro e Casal da Seixosa.

8. Investimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Fundo de Reconstituição do Capital Social	5.327.455,71	4.361.614,23
	5.327.455,71	4.361.614,23

9. Impostos diferidos

Unidade: euros

	Taxa	31.12.2009	Aumentos	Diminuições	31.12.2010
Imposto Diferido Activo					
Prejuízos fiscais		-	2.772.876,86	(2.772.876,86)	-
Depreciação		15.896.149,00	2.661.532,50	(1.306.667,72)	17.251.013,78
Subsidio ao Investimento		6.533.338,61	1.092.861,59	-	7.626.200,20
IRC + Derrama	25,00%	5.607.371,90	1.631.817,74	(1.019.886,14)	6.219.303,50

Unidade: euros

	Taxa	31.12.2009	Aumentos	Diminuições	31.12.2010
Imposto Diferido Passivo					
Depreciação		15.896.149,00	1.102.979,25	(3.179.229,80)	13.819.898,45
Subsidio ao Investimento		6.533.338,61	-	-	6.533.338,61
IRC + Derrama	25,00%	5.607.371,90	275.744,81	(794.807,45)	5.088.309,27

10. Inventários

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Mercadorias		
Matérias-primas	58.422,59	45.243,65
Produtos acabados		
	58.422,59	45.243,65

11. Clientes

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Clientes municípios	22.285.710,04	15.966.586,18
Clientes outros	334.706,60	128.237,13
Devedores p/ acréscimos de rendimentos	356.191,45	403.118,91
	22.976.608,09	16.497.942,22

11.1 Clientes - municípios

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Clientes municípios	10.737.969,85	6.606.219,27
Clientes municípios TRH	250.678,06	210.068,64
Clientes municípios Acordos	3.425.419,16	4.186.945,92
Clientes municípios injunções	7.394.427,42	4.863.918,59
Clientes municípios juros de mora	477.215,55	99.433,76
	22.285.710,04	15.966.586,18

11.2 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Clientes municípios não correntes		
Clientes municípios correntes	22.285.710,04	15.966.586,18
	22.285.710,04	15.966.586,18

11.3 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Unidade: euros

	Vencido até n - 2	Vencido até n - 1	Vencido até n	Total Vencido	Não vencido	Total
Alcobaça	597.962,54	1.295.015,86	3.714.860,06	5.607.838,46	726.377,36	6.334.215,82
Alenquer	50.806,64	2.188.760,53	1.697.254,64	3.936.821,81	588.556,76	4.525.378,57
Arruda dos Vinhos	-	102.402,14	1.384.409,47	1.486.811,61	250.255,76	1.737.067,37
Azambuja	612.174,87	1.233.561,97	114.109,32	1.959.846,16	9.393,43	1.969.239,59
Azambuja (Águas de Azambuja)	-	-	-	-	270.825,19	270.825,19
Bombarral	-	31.437,00	206.518,42	237.955,42	140.199,00	378.154,42
Cadaval	-	-	368.474,80	368.474,80	164.270,37	532.745,17
Caldas da Rainha	-	-	-	-	253.416,09	253.416,09
Mafra - Compagnie Générale des Eaux	-	-	-	-	198.669,41	198.669,41
Mafra - Compagnie Générale des Eaux	-	-	-	-	198.669,41	198.669,41
Óbidos	-	416.830,45	787.891,49	1.204.721,94	112.996,93	1.317.718,87
Nazaré	-	760.940,24	1.164.398,94	1.925.339,18	211.460,56	2.136.799,74
Peniche	-	-	-	-	112.781,71	112.781,71
Rio Maior	-	-	36,23	36,23	216.921,12	216.957,35
Sobral de Monte Agraço	-	-	302.106,53	302.106,53	123.064,54	425.171,07
Torres Vedras	-	-	-	-	1.036.825,53	1.036.825,53
	1.260.944,05	6.028.948,19	10.279.975,84	17.569.868,08	4.715.841,96	22.285.710,04

12. Estado e outros entes públicos

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
IVA a receber	124.492,31	280.298,20
Outros	-	-
EOEP activos	124.492,31	280.298,20
IVA a pagar	-	-
Retenções - IRS	(69.567,89)	(22.787,93)
Retenções - Segurança Social	(77.879,88)	(52.275,33)
TRH	(482.747,12)	(495.803,29)
Outros	(377,52)	(377,52)
EOEP passivos	(630.572,41)	(571.244,07)
	(506.080,10)	(290.945,87)

13. Outros activos correntes

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Fundo de Coesão a receber	23.928.174,85	29.076.069,19
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	13.629,69	338.839,04
Outros devedores	377.021,39	316.456,31
Devedores por acréscimos de rendimentos	290.403,02	50.660,54
Diferimento de encargos	9.761,83	94.494,75
	24.618.990,78	29.876.519,83

14. Caixa e bancos

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	5.845,42	11.641,10
Depósitos à Ordem	174.816,41	287.923,72
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
	180.661,83	299.564,82

15. Capital

Unidade: euros

		Capital Subscrito 31.12.2010	Capital Realizado 31.12.2010	Capital Subscrito 31.12.2009	Capital Realizado 31.12.2009
Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	15.300.000,00	15.300.000,00	15.300.000,00	15.300.000,00
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,02%	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Município de Alcobaça	5,13%	1.540.190,00	1.274.159,60	1.540.190,00	1.274.159,60
Município de Alenquer	5,68%	1.702.670,00	1.702.670,00	1.702.670,00	1.702.670,00
Município de Arruda dos Vinhos	1,47%	439.665,00	439.665,00	439.665,00	439.665,00

		Capital Subscrito 31.12.2010	Capital Realizado 31.12.2010	Capital Subscrito 31.12.2009	Capital Realizado 31.12.2009
Município de Azambuja	5,95%	1.784.885,00	1.784.885,00	1.784.885,00	610.160,90
Município de Bombarral	1,54%	462.200,00	462.200,00	462.200,00	462.200,00
Município de Cadaval	1,55%	465.230,00	465.230,00	465.230,00	465.230,00
Município de Caldas da Rainha	3,50%	1.051.340,00	1.051.340,00	1.051.340,00	1.051.340,00
Município de Lourinhã	4,02%	1.206.915,00	1.206.915,00	1.206.915,00	1.206.915,00
Município de Nazaré	1,56%	468.505,00	468.505,00	468.505,00	468.505,00
Município de Óbidos	1,67%	501.430,00	501.430,00	501.430,00	501.430,00
Município de Peniche	2,20%	660.685,00	660.685,00	660.685,00	660.685,00
Município de Rio Maior	2,63%	789.820,00	789.820,00	789.820,00	789.820,00
Município de Sobral de Monte Agraço	1,08%	324.910,00	324.910,00	324.910,00	324.910,00
Município de Torres Vedras	10,99%	3.296.555,00	3.296.555,00	3.296.555,00	3.296.555,00
	100,00%	30.000.000,00	29.733.969,60	30.000.000,00	28.559.245,50

15.1 Resultado por acção

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Resultado líquido	(780.623,94)	(3.409.064,19)
Número médio de acções (5,00 Euros/ cada)	6.000.000,00	6.000.000,00
	(0,13)	(0,57)

15.2 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2009	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2010
Reservas e outros ajustamentos	77.730,88				77.730,88
Resultados transitados	(2.460.870,22)	(3.409.064,19)		-	(5.869.934,41)
Resultado líquido do exercício	(3.409.064,19)	3.409.064,19		(780.623,94)	(780.623,94)
	(5.792.203,53)	-	-	(780.623,94)	(6.572.827,47)

16. Empréstimos

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos Bancários BEI	116.237.064,14	96.348.906,25
Empréstimos Bancários - banca comercial	-	-
Empréstimos - locação financeira	-	-
Empréstimos - empresa-mãe	-	-
Não correntes	116.237.064,14	96.348.906,25
Empréstimos Bancários - banca comercial	12.733.735,00	22.043.245,00
Descobertos Bancários	109.193,17	4.747.163,41
Empréstimos - empresa-mãe	5.000.000,00	-
Empréstimos - locação financeira	-	-
Correntes	17.842.928,17	26.790.408,41
Total de empréstimos	134.079.992,31	123.139.314,66

16.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 ano	17.842.928,17	26.790.408,41
De 1 a 2 anos	-	-
De 2 a 3 anos	-	-
De 3 a 4 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	116.237.064,14	96.348.906,25
	134.079.992,31	123.139.314,66

16.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Taxa de juro variável		
Até 1 ano	17.842.928,17	26.790.408,41
De 1 a 2 anos	-	-
De 2 a 3 anos	-	-
Superior a 3 anos	31.782.968,75	31.769.843,75
	49.625.896,92	58.560.252,16
Taxa de juro fixa		
Até 1 ano	-	-
De 1 a 2 anos	-	-
De 2 a 3 anos	-	-
Superior a 3 anos	84.454.095,39	64.579.062,50
	84.454.095,39	64.579.062,50
	134.079.992,31	123.139.314,66

16.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Expira num ano	2.266.265,00	956.755,00
Expira para lá de 1 ano	-	-

16.4 Justo valor dos financiamentos

Unidade: euros

	Valor contabilístico 31.12.2010	Valor contabilístico 31.12.2009	Justo valor 31.12.2010	Justo valor 31.12.2009
Empréstimos Bancários BEI	117.000.000,00	97.000.000,00	41.236.224,40	40.271.868,83
Não correntes	117.000.000,00	97.000.000,00	41.236.224,40	40.271.868,83

As taxas de juro utilizadas para o apuramento do justo valor foram as seguintes:

- Ano de 2009: 7,21%

- Ano de 2010: 8,42%

17. Fornecedores e outros passivos não correntes

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Fornecedores de investimento	11.875.739,72	12.521.835,80
Dívida ao Município de Torres Vedras Infra-estruturas arrendadas	1.223.473,81	1.279.086,15
Outras contas a pagar	-	-
Outros fornecedores	-	-
	13.099.213,53	13.800.921,95

O justo valor dos saldos acima apresentados é semelhante ao de balanço pois o valor temporal do desconto é pouco relevante.

18. Acréscimos de custos de investimento contratual

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Acréscimos de custos de investimento contratual	19.081.042,18	15.896.149,00
	19.081.042,18	15.896.149,00

19. Subsídios ao investimento

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Fundo de Coesão	106.631.832,75	104.074.438,33
Integração de Património	-	-
Outros Subsídios	-	-
	106.631.832,75	104.074.438,33

19.1 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2009	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2010
Fundo de Coesão	104.074.438,33	(3.805.777,66)	14.783.422,29	(8.420.250,21)	106.631.832,75
Integração de Património	-	-	-	-	-
Outros Subsídios	-	-	-	-	-
	104.074.438,33	(3.805.777,66)	14.783.422,29	(8.420.250,21)	106.631.832,75

20. Fornecedores correntes

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Fornecedores de investimentos	1.890.705,83	7.813.822,19
Fornecedores gerais	1.183.402,21	1.109.738,64
Fornecedores empresas do Grupo	692.280,45	641.834,37
Fornecedores facturas em recepção e conferência	933.734,05	585.168,70
	4.700.122,54	10.150.563,90

21. Outros passivos correntes

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Acréscimos com férias e subsídio de férias	392.403,64	405.637,83
Empresas do Grupo	626.056,54	704.805,27
Outros acréscimos e diferimentos	1.048.103,84	863.030,12
Outros credores	42.049,02	16.447,08
	2.108.613,04	1.989.920,30

22. Imposto sobre o rendimento

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Estimativa de imposto a receber	128.344,92	106.776,84
Estimativa de imposto a pagar	(15.454,03)	(16.696,22)
	112.890,89	90.080,62

22.1 Imposto do exercício

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Imposto corrente	15.454,04	16.696,22
Imposto diferido	(1.130.994,24)	6.387,18
	(1.115.540,20)	23.083,40

22.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efectiva de imposto

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Resultados antes de impostos	(1.896.164,14)	(3.385.980,79)
Imposto à taxa normal + derrama: 25%	(474.041,03)	(846.495,20)
Tributação autónoma	(15.454,04)	(16.696,22)
Diferenças permanentes	36.266,02	41.694,12
Diferenças temporárias (prejuízos fiscais)	1.568.769,26	798.413,90
Total do imposto	(1.115.540,20)	23.083,40
Taxa efectiva de imposto	58,83%	(0,68%)

22.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

23. Vendas e prestação de serviços

23.1 Vendas

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Vendas de água	16.678.909,00	13.980.356,60
Outras vendas		
Correcção de exercícios anteriores		
	16.678.909,00	13.980.356,60

O crescimento das vendas está directamente relacionado com o aumento das quantidades vendidas, sendo de salientar que em 2010 se deu início à facturação de abastecimento de água Município de Nazaré e ao Município de Alcobaça.

23.2 Prestação de serviços

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Prestação de serviços a municípios	9.365.447,12	8.550.677,06
Prestação de serviços a particulares	182.393,83	103.787,35
Correcção de exercícios anteriores		
	9.547.840,95	8.654.464,41

Os municípios em que ocorreram variações positivas mais significativas, foram os de Torres Vedras e Peniche registando um maior caudal transportado e tratado.

24. Custo das vendas

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
CMVMC - Mercadorias	7.514.453,32	7.264.125,85
CMVMC - Matérias primas	-	11.181,10
CMVMC - Matérias subsidiárias	114.427,23	87.092,34
CMVMC - Diversos	40.489,50	51.042,71
TPPE - Activos em curso	(12.505,54)	(5.535,69)
	7.656.864,51	7.407.906,31
Variação da produção	-	-
	7.656.864,51	7.407.906,31

25. Fornecimentos e serviços externos

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Subcontratos	882.741,17	879.226,20
Trabalhos especializados	1.981.172,26	1.606.161,31
Publicidade e Propaganda	52.220,53	67.170,90
Vigilância e Segurança	94.031,96	45.988,89
Honorários	35.066,88	31.387,12
Conservação e Reparação	1.244.650,58	1.059.285,32
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	21.010,94	24.385,06
Livros e Documentação Técnica	2.051,30	5.644,32
Material de Escritório	23.783,42	13.788,26
Artigos para Oferta	1.635,63	1.266,54
Energia	2.794.400,57	2.555.859,88
Combustíveis	391.509,05	581.238,97
Água	214.699,27	158.835,25
Outros Fluídos	2.695,88	233,58
Deslocações e Estadas	40.890,53	48.637,31
Rendas e Alugueres	409.882,65	502.250,69
Comunicação	141.692,38	133.473,24
Seguros	559.108,04	390.926,91
Contencioso e Notariado	11.526,46	24.097,34
Despesas de Representação	4.983,40	4.155,25
Limpeza Higiene e Conforto	73.475,52	75.287,47
Reprodução Documentos	7.943,22	6.657,35
Material Laboratório	44.758,44	41.813,86
Material de Fotografia	58,33	-
Jornais e Revistas	758,15	357,75
Jardinagem	71.083,60	75.336,71
Outros FSE's	232.762,39	166.666,57
Correcções relativas a exercícios anteriores	90.420,96	-
	9.431.013,51	8.500.132,05
FSE's capitalizados	(280.307,96)	(203.104,63)
	9.150.705,55	8.297.027,42

- A variação negativa na rubrica Vigilância e Segurança resulta do aumento dos custos referentes a fardamento, para que a AdO respondesse aos requisitos em termos de legislação de segurança no trabalho, procedeu a substituição de todo o fardamento existente, garantindo a segurança dos seus trabalhadores.
- Em Trabalhos Especializados, a grande variação face ao ano anterior deveu-se essencialmente a custos associados à intervenção de emergência na Foz do Arelho derivada do mau tempo, e com a Implementação do Sistema Máximo.
- Nos combustíveis, a diminuição nos custos face ao ano anterior está relacionada com execução de ligações de energia por parte da EDP e a subsequente diminuição do consumo de gasóleo para geradores.

- Na rubrica Água a variação deve-se essencialmente, ao pedido de ramais de água para várias instalações da empresa.
- No que se refere aos seguros a variação decorre do acerto de prémio facturado em 2010, respeitante a 2009 assim como, por um maior valor de prémio de 2010 face a 2009, devido ao aumento capital seguro.
- Em outros FSE's a variação é justificada pelo acerto de preços do contrato de fornecimento de serviços de manutenção e assistência técnica das instalações da AdO, e por custos de assistência na elaboração de processos de concurso.

26. Gastos com pessoal

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Remunerações	2.704.775,18	2.841.135,79
Encargos sociais sobre remunerações	531.887,62	519.876,19
Encargos com pensões		
Outros custos com o pessoal	89.580,18	111.412,50
Correcções relativas a períodos anteriores	106.997,79	
	3.433.240,77	3.472.424,48
Gastos com pessoal capitalizados	(387.530,47)	(415.769,48)
	3.045.710,30	3.056.655,00

A variação positiva nesta rubrica resulta da diminuição de custos com remunerações do pessoal e de Órgãos Sociais.

26.1 Quadro de pessoal

	31.12.2010	31.12.2009
Número médio de colaboradores durante o período		
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efectivos e outros	131	124
Número médio de colaboradores a 31 de Dezembro		
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efectivos e outros	130	130

27. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Depreciação de propriedade de investimento		
Amortizações de activos intangíveis	6.766.330,32	5.635.267,09
Acréscimos de custos do investimento contratual	2.661.532,50	2.486.391,15
Reversões de amortizações de activos intangíveis		
	9.427.862,82	8.121.658,24

28. Outros gastos operacionais

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Impostos	311.053,23	362.296,77
Perdas em activos intangíveis	78.489,11	41.871,30
Donativos	13.100,58	7.998,00
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	-	560,56
Outros gastos operacionais	8.182,70	6.889,10
	410.825,62	419.615,73

A diminuição da rubrica de impostos está directamente relacionada com menores custos com imposto de selo.

29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Rendimentos suplementares	151.672,78	283.844,97
Subsídios à exploração	-	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	73.861,59	29.400,14
Correcções relativas a exercícios anteriores	114.040,86	(474.518,45)
	339.575,23	(161.273,34)

Nos Rendimentos e ganhos operacionais, a variação deve-se ao aumento dos proveitos com a venda de cadernos de encargos, pelo recebimento de indemnização, por parte do seguro multirisco, devido aos sinistros ocorridos em várias instalações durante as cheias de finais de 2006.

Para a variação positiva, é ainda de referir os acertos no ano anterior relativamente a capitalização de custos e anulação de multas a empreiteiros, facturadas em 2008.

30. Gastos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Juros suportados	3.895.880,81	4.322.249,87
Comissões bancárias	60.958,88	42.477,80
Desconto de dívidas		
Outros gastos financeiros	653.089,37	574.880,79
	4.609.929,06	4.939.608,46
Gastos financeiros capitalizados	(1.040.322,81)	(2.095.596,61)
	3.569.606,25	2.844.011,85

31. Rendimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Juros de actualização de dívida de clientes	-	-
Juros de actualização de dívida a fornecedores de activos Intagíveis	126.886,16	-
Juros de mora	780.837,03	777.752,86
Outros juros	85.584,88	168.676,19
	993.308,07	946.429,05

32. Transacções com entidades relacionadas

Unidade: euros

	31.12.2010 Proveitos	31.12.2010 Custos	31.12.2009 Proveitos	31.12.2009 Custos
AdP SGPS		(1.443.125,45)		(1.000.040,26)
AdP Serviços		(393.830,08)		(413.279,28)
Aquasis		(68.700,66)		(28.281,33)
Cávado		-		(350,00)
Epal		(7.387.567,16)		(7.599.072,72)
Águas da Região de Aveiro	5.360,85		-	
Valorsul	102.960,70		89.709,62	
Paulo José Salvador Ferreira		(3.672,98)		(3.672,92)

	31.12.2010 Activos	31.12.2010 Passivos	31.12.2009 Activos	31.12.2009 Passivos
AdP SGPS		(4.335.213,30)		(57.957,51)
AdP Serviços		(66.668,70)		(72.235,07)
Aquasis		(217,80)		(21.343,60)
Epal		(13.254.909,54)		(13.829.355,08)
Águas da Região de Aveiro	1.619,60		-	
Valorsul	291.817,78		183.533,46	
Paulo José Salvador Ferreira		(2.592,58)		(1.469,23)

No que respeita aos serviços prestados pelo colaborador Paulo Ferreira, os mesmos dizem respeito a serviços prestados como técnico responsável pela exploração de energia eléctrica.

33. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 317.210.729,94 Euros dos quais 241.177.212,79 Euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

Unidade: euros

Designação	Entidade	Preços do contrato	Valores já facturados por conta da adjudicação	Responsabilidade não relevada no Balanço
Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Oeste	Manvia/ Efacec	2.898.344,88	0,00	2.898.344,88
Empreitada de Execução de Emissários e Interceptores AdO - Candidaturas FC2000/PT/16/C/PE/001 e FC2004/PT/16/C/PE/006	Mauricio – LTO, Construções, S.A.	2.518.777,44	810.360,30	1.708.417,14
Implementação do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	Cegelec	1.124.927,77	0,00	1.124.927,77
Empreitada de execução do Sistema de Saneamento de Azambuja, Rio Maior e Arruda dos Vinhos	Lotes A e C - Aquino e Rodrigues Lote B - Maurício LTO	1.741.766,50	1.148.785,55	592.980,95
Empreitada de Concepção/Construção/Remodelação ETAR Carregado/Alenquer, Emissário Carregado, ETAR S. João Ribeira, Ribeira de S. João, Pontes Monfalim. Remodelação/Ampliação da ETAR da Nazaré	Degremont/ Monteadriano	15.673.553,07	15.157.740,00	515.813,07
Fiscalização da Empreitada de Execução de Interceptores, Emissários, Estações Elevatórias e Condutas Elevatórias candidaturas FC/2000/PT/16/C/PE/001 e FC/2004/PT/16/C/PE/006, Ampliação da Nazaré, Ampliação do Real, Santiago dos Velhos, Vale Óbidos, Margem Norte do Amóia, Casal do Camarão e Virtudes/Aveiras.	Pengest	498.920,00	0,00	498.920,00
Remoção, Transporte e Encaminhamento para destino final de Resíduos na área de Intervenção da ÁGUAS DO OESTE, S.A." Lote B	Cespa	364.185,00	29.428,78	334.756,22
Exploração ETAR Atouguia da Baleia	Degremont	983.337,25	708.141,76	275.195,49
Exploração ETAR Zambujeira	Degremont	935.844,11	670.611,22	265.232,89
Remoção, Transporte e Encaminhamento para destino final de Resíduos na área de Intervenção da ÁGUAS DO OESTE, S.A." Lote A	Terra Fértil	194.002,00	36.026,40	157.975,60
Empreitada de Execução da Ampliação do Sistema de Saneamento de Nazaré (Raposos/Pederneira) (Lote A) e Sistema de Saneamento da Margem Norte (Lote B)	Aquino Construções S.A./ Ecotécnica	1.289.606,54	1.178.606,54	111.000,00
Empreitada de Execução do Sistema de Ampliação do Sistema de Saneamento do Real 2ª Fase e Casal do Camarão	Aquino Construções S.A.	593.824,41	504.680,51	89.143,90
Empreitada de Execução do Sistema de Interceptores, Emissários, Estações Elevatórias e Condutas Elevatórias # Candidaturas FC2000/PT/16/C/PE/001 e FC2004/PT/16/C/PE/006 - Interceptor do Baleal	Mauricio – LTO, Construções, S.A.	108.498,85	56.024,00	52.474,85
Fiscalização da Empreitada de Concepção/Construção/ Remodelação ETAR Carregado/Alenquer, Emissário Carregado, ETAR S. João Ribeira, Ribeira de S. João, Pontes Monfalim. Remodelação/Ampliação da ETAR da Nazaré	Consulgal	1.379.250,00	1.330.218,50	49.031,50
Exploração ETAR Rio Maior	Sitel	452.570,01	406.799,08	45.770,93
Fornecimento e Instalação do Posto de Transformação da Estação Elevatória de Águas Residuais do Vau	A Santos	31.500,00	0,00	31.500,00
Remoção, Transporte e Encaminhamento para destino final de Resíduos na área de Intervenção da ÁGUAS DO OESTE, S.A." Lote D	Suma	25.918,00	0,00	25.918,00
PCQA 2011	SGS Portugal, S.A.	24.150,60	2.569,79	21.580,81
Determinações externas no âmbito dos planos de monitorização internos	Globalab - Ens. Químicos/ Microb. S.A.	83.685,45	66.948,36	16.737,09
Manutenção dos meios de primeira intervenção	SafetyÁgueda	21.000,00	4.433,96	16.566,04
Colocação em serviço Troço Turquel / Pederneira	Ecotecnica, S.A.	16.214,00		16.214,00
Fornecimento de 2 grupos electrobomba	Cardo Flowsolutions (ABS)	13.980,00	0,00	13.980,00
Serviços Prestados de Consultoria Técnica	Ilda Maria Zina Ribeiro	18.996,00	6.332,00	12.664,00

Designação	Entidade	Preços do contrato	Valores já facturados por conta da adjudicação	Responsabilidade não relevada no Balanço
Auditoria de renovação Qualidade e Ambiente e de concessão de segurança	SGS – Serviços Intern. De Certificação	20.646,76	8.247,44	12.399,32
Reparação de variadores da estação sobrepessora da Amieira	ABB	10.645,40	0,00	10.645,40
Remoção, Transporte e Encaminhamento para destino final de Resíduos na área de Intervenção da ÁGUAS DO OESTE, S.A." Lote C	Suma	10.278,00	0,00	10.278,00
Prestação de serviços de medidas de autoprotecção	ISQ - Instituto Soldadura e Qualidade	43.200,00	33.840,00	9.360,00
Empreitada de Concepção/Construção/Remodelação das ETAR Alenquer/ Carregado/Nazaré/Monfalim	RIMETAL-Const. Mont. Eq. Indust. Lda	7.305,00		7.305,00
Produção de Filme Institucional	Produção de Filme Institucional	19.955,00	14.966,25	4.988,75
Aquisição de equipamento de medida para análise de qualidade de energia	NOVALEC-Elect. Ind. de Protecção, Lda	4.920,00	0,00	4.920,00
Empreitada da Execução dos Sistemas de Saneamento de Miragaia, Atouguia da Baleia, Arruda dos Vinhos, Zambujeira e Paço	MOTA-ENGIL, Eng. e Construção, S.A.	98.436,72	94.907,34	3.529,38
Arranque do Sistema da Nazaré	ECOTÉCNICA, S.A.	3.144,22	0,00	3.144,22
Projecto EcoFamílias/ EcoCasa Água	Quercus - ANCN	11.100,00	8.325,00	2.775,00
Equipamento para verificação de choque hidráulico em ESP	Vortice Equipamentos Científicos, LDA	2.669,60	0,00	2.669,60
Prestação de serviços de medicina	MEDICISFORMA	3.633,90	1.211,30	2.422,60
Intervenção Grupos Electrobomba EE Turcifal.	PAVIQUER - Pav. Cont., LDA	2.200,00	0,00	2.200,00
Reparação de router ADSL	EFACEC-AMBIENTE	1.856,48	0,00	1.856,48
Fornecimento de elemento primário, optiflux 2000F DN80 PN40, montagem inc. selagem de caixa de interligação IP 68 e cabo LiYcY (5m) (PE de Cercal) Mais valia sensor novo inc. selagem de caixa de interligação IP 68 (PE de Delgada) Substituição de componentes eléctricos no medidor de cloro, descolmatização e calibração	SOMAGUE - Engenharia S.A.	1.848,00	0,00	1.848,00
Fornecimento e Montagem de Perfis Pultrudidos	STEP - Soc. Técnica de Est. Pult. Lda	1.705,00	0,00	1.705,00
Medição de energia EE Final ETAR Caldas da Rainha	DINIS LUZ Instalações Eléctricas, Lda	1.687,43	0,00	1.687,43
Alteração do nível de tensão de alimentação da EDP de 15kV para 30kV - EE de Alcanhões	EFACEC ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A.	1.656,71	0,00	1.656,71
Prestação de Serviços actividade água - PE de Figueiros	ENGIGAS-MANUT IND TECNOLOGIAS GAS S	1.590,27	0,00	1.590,27
Execução do Muro EE Casais do Araújo	Mário Pereira Cartaxo Lda	1.408,00	0,00	1.408,00
Reparação de bombas de lamas da E.T.A.R. de Miragaia	MEGACONTROL - INST EQ. SIST.IND.,LDA	1.329,00	0,00	1.329,00
Reparação de motor para EE Fervença	SOINCAL – Maq. e Ass.Técnica, Lda.	1.263,00	0,00	1.263,00
Apoio para Edição de Monografia	Junta de Freguesia das Gaeiras	1.200,00	0,00	1.200,00
Determinações externas no âmbito dos planos de monitorização internos	IST	5.328,00	4.262,40	1.065,60
Serviço de Operação e Exploração do Sistema Máximo	ADP - Águas de Portugal – Serv.Ambientais	6.060,00	5.050,00	1.010,00
Limpeza e higienização de instalações	AZURNET	5.799,30	5.353,20	446,10
Determinações externas no âmbito dos planos de monitorização internos	LUSAGUA	775,50	620,40	155,10
		31.264.493,17	22.294.490,08	8.970.003,09

34. Activos e passivos contingentes

34.1 Garantias prestadas

Unidade: euros

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
03/162/05384	BPI	EDP	Relações Comerciais da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico-Fornecimento de energia eléctrica às instalações do Carregal	3.959,30 €	11-Jun-03
303 337	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alcobça	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afectas ao projecto de despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Tomada	294.656,46 €	1-Ago-03
303 610	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alcobça	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das expropriações referentes às servidões administrativas para execução das obras afectas ao projecto de despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Tomada	109.776,63 €	13-Ago-03
303 762	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afectas ao projecto de despoluição da Lagoa de Óbidos	8.338,67 €	22-Ago-03
307 242	BES	I.E.P-Instituto das Estradas de Portugal	Garantir ,nos termos do contrato de empreitada, o integral, pontual e regular cumprimento das obrigações emergentes do respectivo contrato, de lei ou regulamento aplicáveis à empreitada.	11.500,00 €	13-Jan-04
308 571	BES	I.E.P-Instituto das Estradas de Portugal	Garantir ,nos termos do contrato de empreitada, o integral, pontual e regular cumprimento das obrigações emergentes do respectivo contrato, de lei ou regulamento aplicáveis à empreitada.	25.500,00 €	13-Jan-04
309 264	BES	I.E.P-Instituto das Estradas de Portugal	Garantir ,nos termos do contrato de empreitada, o integral, pontual e regular cumprimento das obrigações emergentes do respectivo contrato, de lei ou regulamento aplicáveis à empreitada.	51.000,00 €	12-Abr-04
309 354	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afectas ao projecto de despoluição da Lagoa de Óbidos	438.000,00 €	15-Abr-04
309 355	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afectas ao projecto de despoluição da Lagoa de Óbidos	380.000,00 €	15-Abr-04
309 356	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afectas ao projecto de despoluição da Lagoa de Óbidos	200.000,00 €	15-Abr-04
310 415	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	22.321,89 €	27-Mai-04
310 416	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	28.187,37 €	27-Mai-04
310 417	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	3.065,19 €	27-Mai-04
311 361	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de servidões administrativas no sistema de despoluição da bacia hidrográfica de Torres Vedras	233.662,00 €	12-Jul-04
311 696	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de servidões administrativas no sistema de saneamento de Maxial/ Aldeia Grande no concelho de Torres Vedras	119.022,80 €	23-Jul-04
317 510	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Runa	231.690,00 €	11-Abr-05
317 511	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Gosundeira	100.000,00 €	11-Abr-05
319 639	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 114-Travessia da Vala entre o Km 21+000 e o Km 21+600 da Estrada Nacional 114	45.000,00 €	5-Jul-05
319 640	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8-4 Travessia da Vala entre o Km 0+050 e o Km 0+180 e entre o Km 1+300 e o km 1+800 da Estrada Nacional 8-4	47.250,00 €	5-Jul-05

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
319 641	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8- Travessia da Vala entre o Km 75+600 e o Km 75+700 da Estrada Nacional 8	15.000,00 €	5-Jul-05
319 642	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos nos pontos quilométricos: Travessias EN 248 Km 11+830; Km 12+100; Km 14+000; Km 14+400; Km 14+495; Km 0+900 da Estrada Nacional 248 ;Vala EN 115; Km 54+600 a 55+100; EN 248: Km 11+800 a 15+100 e EN 248-2 Km 0+000 a 0+9	166.850,00 €	5-Jul-05
319 815	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 14+450	1.000,00 €	7-Jul-05
319 814	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 23+500	1.000,00 €	13-Jul-05
319 698	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 115 ao Km 2+200	3.000,00 €	7-Jul-05
320 152	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 1 - Abertura de vala longitudinal da EN 1 entre Km 48+900 e o Km 49+100	5.000,00 €	25-Jul-05
320 151	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 374 ao Km 4+950 e o Km 6+442; Km 7+480 e o Km 9+800 e travessias perpendiculares aos Kms 7+381; 7+480; 8+340 e 9+800	154.880,00 €	25-Jul-05
320 236	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Gosundeira	58.002,21 €	29-Jul-05
320 237	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	156.110,21 €	29-Jul-05
320 239	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cartaxo	Caucionar o fundo indispensável para pagamento de indemnizações referentes às servidões administrativas sobre os imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Alcoentre	86.190,17 €	29-Jul-05
320 293	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	206.238,43 €	1-Ago-05
320 294	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Mafra	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	133,93 €	1-Ago-05
320 295	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos	231.516,20 €	1-Ago-05
320 296	BES	Juiz do Tribunal de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos	12.303,31 €	1-Ago-05
320 297	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alenquer	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais	47.812,30 €	1-Ago-05
320 285	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos na EN 248 - Abertura de Vala Longitudinal entre os Kms 5+500 e o Km 6+100 e travessias perpendiculares aos Km 6+100 e 8+700 e na EN 374 - Travessias Perpendiculares aos Km 10+450 e 11+100	30.000,00 €	1-Ago-05
320 758	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248 Troço Adega, abertura de vala Longitudinal 11+400 ao Km 11+800E, e travessia a céu aberto ao Km 11+400 e Km 12+700	21.000,00 €	23-Ago-05
320 759	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos na EN 9-2 ao Km 27+000- Variante Pêro Negro	5.000,00 €	23-Ago-05
321 182	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento do Concelho de Torres Vedras, Turcifal e Freiria	25.225,00 €	13-Set-05
321 183	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	35.595,92 €	13-Set-05

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
321 990	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 3+900 ao Km 4+000-D	166.500,00 €	17-Out-05
321 810	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 8 ao Km 60+500, da abertura de vala da EN 115-2 do Km8+100 e da travessia da EN 115-2 ao Km5+900, Km7+900 e Km8+100	11.500,00 €	17-Out-05
322 213	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos na EN 366 ao Km 4+100; Km8+700-E; EN 1-5 do Km1+500 ao Km 2+500 e EN 115 do Km 19+550 ao Km 19+750, abertura da vala e travessias da EN 1-5 ao Km 2+600 e EN 366 ao Km 4+650 e Km 8+200	280.000,00 €	26-Out-05
322 214	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 4+000-D Abertura de Vala Longitudinal e Travessia	5.000,00 €	26-Out-05
323 088	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 - Zona Centro-Lote A, na EN 114, Travessia por PH ao Km 17+250	1.650,00 €	5-Dez-05
323 185	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B EN 8-2Km 2+000/ Km 2+200 (Parelismo) e Km 2+200 (Travessia)	30.000,00 €	9-Dez-05
323 360	BES	Meitíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações sobre os Imóveis necessários à Construção das Infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento Maxial	62.724,36 €	16-Dez-05
323 592	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Dois Portos.	70.000,00 €	27-Dez-05
323 602	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B - Troço Delgada Gaeiras, Local IP6 Km 18+250 nó com a A8/C 1 (Travessia sobre a Obra de Arte)	600,00 €	27-Dez-05
323 997	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras	45.000,00 €	18-Jan-06
324 274	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Azambuja	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Alcoentre	1.169,00 €	1-Fev-06
324 275	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Silveira	6.500,00 €	1-Fev-06
324 276	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Gosundeira	6.000,00 €	1-Fev-06
324 462	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras	262.500,00 €	9-Fev-06
324 492	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Silveira /Delgada	114.000,00 €	9-Fev-06
327 784	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalm	65.469,68 €	3-Jul-06
327 785	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Arruda dos Vinhos	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalm	16.233,03 €	3-Jul-06
327 931	BES	E.PE-Estradas de Portugal	Execução do Sistema de Abastecimento de Água II Parte II - Troço Alcanhões/ Casais Maria Delfina	15.592,95 €	10-Jul-06
328 474	BES	E.PE-Estradas de Portugal	"Abastecimento de Água à Zona Centro - Lote B, licenciamento para instalação de condutas e vala sob viaduto, Local: A8 Km 70+100 Viaduto nº 101"	5.700,00 €	10-Ago-06
329 784	BES	E.PE-Estradas de Portugal - Direcção de Estradas de Leiria	"Execução dos trabalhos de Abastecimento de Água II - Zona Norte - Troços Figueiredo - Casal do Rei e Casal do Rei - Caldas da Rainha"	256.750,00 €	27-Out-06
331 782	BES	E.PE-Estradas de Portugal	Execução da Abertura de Vala na EN 374 do Km 5 + 200 ao Km 5 + 340 e Travessias ao Km 3 + 900 e ao Km 5 + 340	7.000,00 €	12-Jan-07

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
332 157	BES	E.PE-Estradas de Portugal	"Garantir a execução dos trabalhos relativos à Empreitada de Abastecimento de Água II - Troço Casais Maria Delfina - Silheira, local EN 114-Km 50,800 ao Km 51,000 + (Paralelismo) e Km 51,00 Atravessamento"	21.843,38 €	2-Fev-07
332 749	BES	E.PE-Estradas de Portugal	"Execução dos trabalhos entre o km 67+235 - A8"	3.675,00 €	6-Mar-07
332 750	BES	E.PE-Estradas de Portugal	"Execução dos trabalhos entre o km 23+700 e o km 24+300 EN 114 e km 76+800 A8"	45.000,00 €	6-Mar-07
333 552	BES	E.PE-Estradas de Portugal	"Execução dos trabalhos relativos à empreitada de Sistema de Saneamento de Miragaia, Amuda, Paço, Zambujeira, Atouguia-EN 114 Km 11+430"	3.000,00 €	12-Abr-07
334 661	BES	E.P-Estradas de Portugal	Execução de Trabalhos de Água II Parte IV e VI, na EN 8-6 Km 2 + 390/Km 2+657 e Km 5+213 / Km 5+273 (paralelismo); EN 8-6 Km 12+190 e EN 8 Km 118+243 (Travessia por Perfuração Horizontal)	32.400,00 €	5-Jun-07
337 125	BES	E.P.-Estradas de Portugal Direcção de Leiria	"Execução dos trabalhos relativos à empreitada no IP6 Km 1+426 Km 2+125"	11.707,50 €	11-Out-07
337 126	BES	Juíz do Tribunal de Caldas da Rainha	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	1.386,90 €	11-Out-07
337 127	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras"	52.765,20 €	11-Out-07
337 128	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Vale da Borra"	5.004,00 €	11-Out-07
337 129	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Bufarda"	730,50 €	11-Out-07
337 130	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais"	632,50 €	11-Out-07
337 182	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I"	1.222,25 €	11-Out-07
337 183	BES	Juíz do Tribunal de Cladas da Rainha	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I"	171,75 €	11-Out-07
337 185	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Palhacana-Palaios"	4.713,50 €	11-Out-07
337 189	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Porto da Luz"	4.115,38 €	11-Out-07
337 195	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa"	3.393,68 €	11-Out-07
337 198	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento da Aldeia Gavinha"	275,50 €	11-Out-07
337 200	BES	Juíz do Tribunal de Nazaré	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	4.123,00 €	11-Out-07
337 202	BES	Juíz do Tribunal de Alcobaca	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	13.451,00 €	11-Out-07
337 205	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	13.526,61 €	11-Out-07
337 208	BES	Juíz do Tribunal de Santarém	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	7.428,09 €	11-Out-07

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
337 209	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	4.007,40 €	11-Out-07
337 210	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I"	1.254,64 €	11-Out-07
339 638	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Sistema de Abastecimento de Água I - Zona Centro - Lote B, Travessia por perfuração Horizontal - Local A8 Km 67+100"	17.550,00 €	7-Fev-08
339 983	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Execução de trabalhos de Água I - Zona Centro - Lote B, local: A8 Km 74+000"	13.500,00 €	26-Fev-08
340 165	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Construção do Sistema de Abastecimento de Água II (Zona Norte) - Troço Senhora da Luz - Alcobaça - EN 8 - 6 Km 11 + 890 Km 12 + 190 (Paralelismo) Alteração do traçado da Conduta Adutora"	22.500,00 €	4-Mar-08
340 889	BES	E.P.-Estradas de Portugal Direcção de Leiria	"Sistema de Abastecimento de Água II, Parte IV e VI - Travessia da A8 Km 108+650"	8.926,50 €	7-Abr-08
341 836	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	"Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real"	98.502,88 €	23-Mai-08
341 834	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real"	4.144,08 €	23-Mai-08
341 833	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real"	90.899,39 €	23-Mai-08
341 832	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Rio Maior"	3.848,33 €	23-Mai-08
341 831	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Vila Nova/Maçussa"	28.025,97 €	23-Mai-08
341 837	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Aveiras/Virtudes"	6.036,75 €	23-Mai-08
347 740	BES	EP-Estradas de Portugal	"Empreitada de EN 115-4 e EN 115-3"	31.000,00 €	20-Jan-09
347 888	BES	EP-Estradas de Portugal	"Trabalhos na ETAR de Pontes de Monfaim, En 248-2 ao Km 0+163 ao Km 0+240-D, Abertura de Vala Longitudinal e Travessias"	5.000,00 €	5-Fev-09
348 455	BES	EP-Estradas de Portugal	"Trabalhos da Empreitada de Construção da Ampliação do Sistema de Saneamento de Rio Maior; Conduta Elevatória de Vale de Obidos - Travessia por Perfuração Mecânica do IC2 ao Km 69,6300"	5.000,00 €	16-Fev-09
349 781	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura de Vala na EN242 Km 5+755 ao Km 36+600 LD (Nazaré)"	47.700,00 €	13-Abr-09
349 782	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a recepção provória da Linha de Interligação a 74,4 KVA/69,19 KW - ETAR de Cadafais (PFE: 290 000 047 774)"	3.829,00 €	13-Abr-09
349 783	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a recepção provória da Linha de Interligação a 116,25 KVA/108,11 KW - ETAR do Turcifal (PFE: 290 000 047 773)"	5.935,00 €	13-Abr-09
349 784	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a recepção provória da Linha de Interligação a 46,5 KVA/43,24 KW - ETAR de Porto da Luz (PFE: 290 000 047 772)"	2.425,00 €	13-Abr-09
349 785	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a recepção provória da Linha de Interligação a 80 KVA/74,4 KW - ETAR de Alcoentre (PFE: 290 000 039 051)"	3.829,00 €	13-Abr-09
Depósito Caução	CGD	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do art.º 49º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR do Turcifal, sita no Lugar de Colaria, freguesia de Turcifal, Concelho de Torres Vedras"	12.500,00 €	22-Abr-09

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
350 034	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do artº 49º do Decreto-Lei n.º. 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR do Turcifal, sita no Lugar de Colaria, freguesia de Turcifal, Concelho de Torres Vedras"	1.250,00 €	23-Abr-09
350 035	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do artº 49º do Decreto-Lei n.º. 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR do Maxial, sita no Lugar de Maxial, freguesia de Maxial, Concelho de Torres Vedras"	1.250,00 €	23-Abr-09
350 033	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do artº 49º do Decreto-Lei n.º. 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR das Gaeiras, sita no Lugar de Caxinas, freguesia de Gaeiras, Concelho de Óbidos"	1.125,00 €	23-Abr-09
351 614	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do artº 49º do Decreto-Lei n.º. 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de Vila Nova da Rainha, freguesia de Vila Nova da Rainha, Concelho de Azambuja"	5.000,00 €	30-Jun-09
351 615	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do artº 49º do Decreto-Lei n.º. 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de Vila Facaia/Ramalhal, situada no lugar de Ramalhal (Casal de Espadaneia), Freguesia de Ramalhal, Concelho de Torres Vedras"	9.375,00 €	30-06-2009
351 616	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do artº 49º do Decreto-Lei n.º. 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de Porto Dinheiro, situada no lugar de Porto Dinheiro, freguesia de Ribamar, Concelho de Lourinhã"	6.250,00 €	30-Jun-09
351 617	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do artº 49º do Decreto-Lei n.º. 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de A-dos-Negros, freguesia de Ados-negros, Concelho de Óbidos"	8.750,00 €	30-06-200
352 077	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o n.º 2 do artº 49º do Decreto-Lei n.º. 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de Palaços/Palhacana, situada no lugar de Ribafria, Freguesia de Ribafria, Concelho de Alenquer"	4.375,00 €	16-Jul-09
353 573	BES Portugal, S.A. - Delegação Regional de Lisboa	E.P. - Estradas de	"Trabalhos de Abertura de Vala Longitudinal na EN 3 do Km 2 + 590 ao Km 1 + 900-D"	20.700,00 €	2-Out-09
353 770	BES	EDP-Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR de Runa (PFE: 290 000 047 777)"	857,64 €	1-Out-09
353 771	BES	EDP-Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR da Gozundeira (PFE: 290 000 049 183)"	740,88 €	1-Out-09
353 772	BES	EDP-Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR do Maxial (PFE: 290 000 047 776)"	555,96 €	1-Out-09
354 046	BES	Juiz do Tribunal da Nazaré	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Nazaré"	1.460,00 €	15-Out-09
354 047	BES	Juiz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Maceira"	21.937,30 €	15-Out-09

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
354 052	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Arruda dos Vinhos"	15.100,00 €	15-Out-09
354 051	BES	Juíz do Tribunal de Caldas da Rainha	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Margem Norte"	1.890,00 €	15-Out-09
354 050	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Atouguia da Baleia"	13.300,00 €	15-Out-09
354 049	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Santiago dos Velhos"	9.500,00 €	15-Out-09
354 048	BES	Juíz do Tribunal da Lourinhã	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Zambujeira"	30.050,00 €	15-Out-09
359 910	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura de Vala Longitudinal e Travessias (sobre berma e/ou valeta) EN 3 do Km 8+510 ao KM 10+175 - D"	50.850,00 €	5-Jul-10
359 911	BES	EDP-Distribuição Energia	"Ligação de Média Tensão do PS NZR 127 - Estrada Camarária - Nazaré (Requisição n.º.290000057566)"	403,00 €	5-Jul-10
359 913	BES	EDP-Distribuição Energia	"Ligação de Média Tensão do PS NZR 126 - Estrada Nacional - Nazaré (Requisição n.º.290000059124)"	757,50 €	5-Jul-10
359 983	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura de Vala Longitudinal (Berma) e Travessias por Perfuração, EN 115-2 do Km 0+000 ao Km 900D e EN 115 do Km 33+600 ao 33+900D"	10.800,00 €	5-Jul-10
360 499	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infra-estruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras, integrado no Sistema de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sizandro"	77.100,00 €	28-Jul-10

34.2 Processos judiciais

A Águas do Oeste, S.A., com referência à data de 31 de Dezembro de 2010, tem quatro litígios judiciais:

- Processo n.º516/09.3TBRMR (Tribunal Judicial de Rio Maior – 2º Juízo)

Descrição do litígio: Os Autores Álvaro Santos e Carlos Santos intentaram uma acção de reivindicação, sob a forma de processo sumário, no âmbito da qual requerem a condenação da Águas do Oeste, S.A., na restituição da propriedade de uma parcela da qual são proprietários, na qual se instalou uma conduta de água, requerendo ainda que a Águas do Oeste, S.A. retire a referida conduta. **Valor proposto da acção:** 20.000,00 euros. **Posição actual da acção:** Apresentado requerimento probatório.

- Processo n.º1832/09.0TBCLD (Tribunal Judicial de Caldas da Rainha – 1º Juízo)

Descrição do litígio: Os Autores António Batista e Ermelinda Batista intentaram uma acção declarativa de condenação, sob a forma de processo sumário, no âmbito da qual alegam ter a Águas do Oeste, S.A., ocupado uma área de terreno superior à que haviam acordado, pelo que requerem o pagamento de uma indemnização adicional pela ocupação da mesma. **Valor proposto da acção:** 15.523,00 euros. **Posição actual da acção:** Foi agendada audiência de julgamento para o dia 2011.05.09.

- Processo n.º452/10.0BELSB (Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa – 2ª U.O.)

Descrição do litígio: O Autor Fernando Lopes intentou uma acção de administrativa, sob a forma sumária, no âmbito da qual pretende que a Águas do Oeste, S.A. seja condenada pelo prejuízo que diz ter sofrido, na sequência de obras que esta realizou num terreno do qual é proprietário. **Valor proposto da acção:** 6.863,60 euros. **Posição actual da acção:** Concluída fase dos articulados.

- Processo n.º472/10.5TBRMR (Tribunal Judicial de Rio Maior – 2º Juízo)

Descrição do litígio: A Autora Agrovía – Sociedade Agropecuária, S.A., intentou uma acção declarativa de condenação, sob a forma de processo ordinário, no âmbito da qual pretende que a Águas do Oeste, S.A., reconheça o seu direito de propriedade

dos terrenos onde esta se instalou uma conduta de água, pretendendo ainda que esta proceda à remoção da mesma, colocando os terrenos na situação em que se encontravam, antes da instalação da referida conduta. **Valor proposto da acção:** 30.000,01 euros. **Posição actual da acção:** Apresentada contestação em 2010.10.07.

Não foram criadas provisões para os montantes constantes nos processos uma vez que se entende que não são devidos ou exigíveis quaisquer valores.

35. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Oeste, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, directamente ou por pessoa interposta.

Artº.324º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Águas do Oeste, S.A., não possuiu quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21º do Decreto-Lei nº. 411/91 de 17 de Setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2010, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efectuará em Janeiro do ano seguinte.

36. Rendimento garantido

O Contrato de Concessão prevê a remuneração anual dos capitais próprios afectos ao projecto, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos acrescida de 3 pontos percentuais, a título de prémio de risco. Em 2010 a taxa apurada foi de 8,42% e o montante acumulado de remuneração, à data de 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 12.353.972,11 euros.

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Capital social realizado	29.733.969,60	28.559.245,50
Reserva legal	77.730,88	77.730,88
Rendimento Acumulado N-I	9.098.092,11	6.560.363,89
Base de incidência	38.909.792,59	35.197.340,27
Taxa de juro	5,42%	4,21%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	8,42%	7,21%
Remuneração accionista do ano	3.255.880,20	2.537.728,23

A evolução dos valores apurados pode ser analisada como se segue:

Unidade: euros

Remuneração em dívida por ano	Valor Anual	Valor Acumulado
2001	86.014,19	86.014,19
2002	188.086,94	274.101,13
2003	263.104,32	537.205,45
2004	297.992,86	835.198,31
2005	320.047,68	1.155.245,99
2006	921.491,26	2.076.737,25
2007	2.063.115,34	4.139.852,59
2008	2.420.511,10	6.560.363,69
2009	2.537.728,22	9.098.091,91
2010	3.255.880,20	12.353.972,11

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

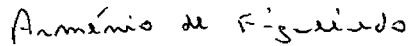
37. Eventos subsequentes

Em Fevereiro de 2011, o Grupo AdP recebeu do Concedente (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território), uma carta solicitando à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., na qualidade de accionista maioritário das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento, saneamento e de valorização e tratamento de resíduos que promova os estudos necessários e apresente ao concedente uma proposta de revisão dos contratos de concessão relativamente as quais se verifiquem alterações com impacto relevante no equilíbrio financeiro das concessionárias.

O Conselho de Administração



Arnaldo Lobo Moreira Pêgo, Presidente



Arménio de Figueiredo, Administrador-Delegado



José Manuel Leitão Sardenha, Vogal

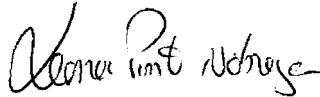


Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Vogal



Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vogal

O Técnico Oficial de Contas



Maria Leonor Pinto Nóbrega



Relatório e Parecer do Fiscal Único



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Oeste, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, que inclui uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Oeste, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2010 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2010 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2011

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'R. A. S. Martins'.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Oeste, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 308.580.840 Euros e um total de capital próprio de 23.161.142 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 780.624 Euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Oeste, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ênfase

9. Sem afectar a nossa opinião chamamos a atenção para o seguinte facto de, tal como descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Relatório de Auditoria aos Objectivos de Gestão



ERNST & YOUNG

**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório sobre Procedimentos Acordados

Introdução

1. Executámos os procedimentos acordados com V. Exas. e abaixo enumerados, com o objectivo de verificar a conformidade dos Objectivos de Gestão do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentados no Relatório de Gestão, nomeadamente no Capítulo 10 da parte sobre a Actividade da Empresa, com os requisitos estabelecidos na Assembleia Geral de 17 de Março de 2010, e respectivo Contrato de Gestão, e a informação que serviu de suporte à sua preparação.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A., a preparação do Relatório de Gestão, nomeadamente do Capítulo 10 da parte sobre a Actividade da Empresa, com os Objectivos de Gestão para o ano de 2010, que evidencie os valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em emitir um Relatório sobre Procedimentos Acordados com base no trabalho efectuado.

Âmbito

3. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Os procedimentos foram executados exclusivamente para auxiliar V. Exas. na validação dos Indicadores de Gestão para o ano de 2010, e incluiu, nomeadamente:
 - a) Confirmação da concordância dos indicadores de gestão e dos objectivos estabelecidos e aprovados na Assembleia Geral de 17 de Março de 2010;
 - b) Análise da documentação de suporte da informação utilizada no cálculo dos valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos e a qual foi previamente analisada e validada pelo Departamento de Auditoria Interna do Grupo, incluindo o cumprimento das orientações corporativas, que nos submeteu um relatório sobre as suas conclusões;
 - c) Confirmação dos cálculos efectuados relativamente aos valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos e tendo por base os critérios estabelecidos, a metodologia definida na referida Assembleia Geral e a documentação referida na alínea anterior;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited

- d) Confirmação dos cálculos efectuados relativamente ao valor atingido anual, resultante da soma dos resultados atingidos para cada indicador, conforme a metodologia definida na Assembleia Geral.
4. Os procedimentos que executámos não constituem uma auditoria nem um exame simplificado, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, conseqüentemente, não será expresso qualquer Parecer.

Conclusão

5. Com base no trabalho efectuado, não foram identificados quaisquer factos ou situações significativos que nos levem a concluir que os valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, contidos no Relatório de Gestão, nomeadamente no Capítulo 10 da parte sobre a Actividade da Empresa, apresentado pela Águas do Oeste, S.A. para aquele exercício, não estejam em conformidade com os requisitos definidos para a sua elaboração.

Lisboa, 10 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rui Abel Serra Martins'.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Anexo

Objectivos de Gestão de 2010 - Águas do Oeste, S.A.

OBJECTIVOS DE GESTÃO DE 2010 – ÁGUAS DO OESTE, S.A.				
INDICADORES			VALOR FIXADO ⁽¹⁾	VALOR ATINGIDO
1.	ROCE	(%)	100% ⁽²⁾	142%
2.	EBITDA / Receitas	(%)	100% ⁽²⁾	143%
3.	Custos com Pessoal / EBITDA	(%)	100% ⁽²⁾	166%
4.1	Cash-Cost Abastecimento	(%)	100% ⁽²⁾	104%
4.2	Cash-Cost Saneamento	(%)	100% ⁽²⁾	97%
5.	Investimento	(%)	100% ⁽²⁾	43%
6.	Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	63	131
7.	Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	67	59
8.	Volume de Actividade	(%)	100% ⁽²⁾	110%
9.1	Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	98%	98%
9.2	Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	85%	83%
10.1	Qualidade da Água Fornecida	(%)	100%	100%
10.2	Qualidade dos Efluentes Tratados	(%)	100%	99%
11.	Reforço da Eficiência Contratual	(%)	93%	87%
12.	Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	-2
13.	Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%

NOTAS:

VALOR FIXADO ⁽¹⁾ – Valor fixado pela Assembleia Geral de 17 de Março de 2010.

(2) – Indicadores calculados com base no OPT aprovado pelo Concedente em 11 de Maio de 2010.

Valor do Atingimento Global dos Objectivos de Gestão: 2,10

Índice de imagens

Capa	Lagoa de Óbidos
2	ETAR do Carregado (Alenquer)
4	Presidente do Conselho de Administração - Arnaldo Pêgo
7	Rio Alcoa (Alcobaça)
8 9	Costa Oeste de Peniche
10	ETAR da Nazaré
12 13	Moinho do Oeste
14	Eólicas do Oeste
	Conselho de Administração da Águas do Oeste
21	José Sardinha, Carlos Miguel, Arnaldo Pêgo, Fernando Costa e Arménio de Figueiredo (da esquerda para a direita)
	Painéis fotovoltaicos instalados em infra-estruturas da Águas do Oeste
	Veículo Submarino Autónomo desenvolvido para a Águas do Oeste
31	Acção de Sensibilização Ambiental – ETAR da Charneca (Óbidos)
	Acção de Responsabilidade Social – Centro de Acolhimento de Jovens (Torres Vedras)
34	Acções de formação diversas dirigidas a colaboradores
46 47	Praia da Nazaré
48	Nazaré
	ETAR da Sancheira Grande (Óbidos)
	Ampliação do Sistema de Saneamento do Real (Bombarral e Cadaval)
70	ETAR do Carregado (Alenquer)
	ETAR de Alenquer
	Reservatório de Turquel (Alcobaça)
	Reservatório de Maria Delfina (Santarém/ Rio Maior)
72	Estação Elevatória (EE) do Paço (Lourinhã)
	Reservatório do Pinhal (Lourinhã)
	ETAR de S. João da Ribeira (Rio Maior)
	ETAR de Pontes de Monfalim (Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço)
76	Estação Elevatória de Reinaldes (Peniche)
	Monitorização da qualidade da Água - Campanha de Amostragem
77	Monitorização da qualidade da água das ribeiras – Campanha de Amostragem
	ETAR de Rio Maior
	ETAR de Atouguia da Baleia (Peniche)
78	ETAR da Zambujeira (Lourinhã)
	ETAR de Torres Vedras
	Recolha de amostra de água residual
	Pesquisa de Agentes Biológicos
79	Simulacro – ETAR da Charneca
	Acção de Formação interna em SST
	Festa das Adiafas (Cadaval)
	Semana Infantil (Caldas da Rainha)
80	Visita Obras de Requalificação do Litoral – ETAR de Vale de Paredes (Alcobaça)
	Dia Aberto à ETAR de S. Martinho do Porto
86 87	Paisagem do Oeste
88	Serra do Montejunto
134	Lagoa de Óbidos

Contactos:

Águas do Oeste, S.A.

Convento S. Miguel das Gaeiras - Gaeiras

2510-718 Óbidos

Tel.: +351 262 955 200

Fax: +351 262 955 201

e-mail: geral@aguasdooeste.com

www.aguasdooeste.pt

Edição:

Águas do Oeste, S.A.

Design Gráfico:

AdP – Águas de Portugal, Serviços Ambientais S.A.

Direcção de Marketing e Comunicação

Maquetização:

Várzea da Rainha Impressores - Óbidos

